

**CARLOS GARCIA RIZZON**

**FRONTEIRAS DA ALMA DE UM CAUDILHO ASSINALADO:  
HISTÓRIAS E FICÇÕES DE ANTÔNIO DE SOUZA NETTO**

PORTO ALEGRE

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA  
ESPECIALIDADE: LITERATURA COMPARADA  
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS CULTURAIS

**FRONTEIRAS DA ALMA DE UM CAUDILHO ASSINALADO:  
HISTÓRIAS E FICÇÕES DE ANTÔNIO DE SOUZA NETTO**

**CARLOS GARCIA RIZZON**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> PATRÍCIA LESSA FLORES DA CUNHA**

Tese de Doutorado em Literatura Comparada, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**PORTO ALEGRE**

**2011**

Ao meu avô, Rodolino da Rosa Garcia (*in memoriam*), que me ensinou a gostar da História e da Literatura do Pampa.

A Viviane Garcia Vieira; Marcelo Duarte de Andrade; Rosiélli Giambastiani Rech; Yanna Karlla G. H. Cunha; Rui Antônio Marques Carrara; Priscila Rodrigues Soares da Silva; Elisangela Vasconcellos Gomes; Elizandro Rodrigues de Rodrigues; Baiarte Franco Abreu e Fyama da Silva Medeiros, meus alunos que, no desenvolvimento de seus estudos acadêmicos, têm se filiado às pesquisas aqui realizadas.

## **AGRADECIMENTOS**

À Profª Drª Léa Masina, por acreditar no meu trabalho na primeira hora.

À Prof. Drª Patrícia Lessa Flores da Cunha, por acreditar no meu trabalho até a última hora.

## RESUMO

Personagem recorrente em obras do escritor Tabajara Ruas, Antônio de Souza Netto tem, historicamente, um papel protagonista em muitas das guerras que movimentaram as políticas de nações independentes recém constituídas no sul do continente americano durante o século XIX. Em **Os varões assinalados**, **Netto perde sua alma** e **As cartas do domador** (ou **Netto e o domador de cavalos**), o autor expõe uma personagem revestida de realidade e ficção, em que é possível perceber uma trajetória que parte de uma apresentação calcada mais na história para se chegar a uma representação inventada de Netto. Para situar essa abordagem realizada pela literatura, apontam-se, neste trabalho, alguns conceitos relevantes para a interpretação proposta, como regionalismo, fronteira e heroicidade, fazendo-se o confronto de diferentes posições presentes na historiografia e assim, no questionamento de definições tradicionais, mostrar possibilidades que conferem uma identificação múltipla da personagem em análise. O diálogo com outras obras literárias de autores variados também é aqui apresentado, evidenciando desse modo, através de análises comparatistas intertextuais e interdisciplinares, perspectivas outras para a compreensão de fatos e personagens que compõem a cultura gaúcha.

**Palavras-chave:** Regionalismo; Gauchesca; Fronteira; Heroicidade.

## ABSTRACT

A recurring character in the books from the writer Tabajara Ruas, Antônio de Souza Netto has, historically, a main role in many wars that moved the politics of the recently formed nations from the south of the American continent during the 19<sup>th</sup> century. In **Os varões assinalados**, **Netto perde sua alma** and **As cartas do domador** (or **Netto e o domador de cavalos**), the author shows a character coated of reality and fiction, where it is possible to perceive a trajectory that goes from an introduction based on history to get to a made-up representation of Netto. To situate this approach made by literature, some relevant concepts for the proposed interpretation are shown here in this paper, like regionalism, the notion of frontier and the role of the hero, making the comparison of different positions present in historiography and thus, on the questioning of traditional definitions, showing possibilities that confer a multiple identification of the character in question. This work also deals with the dialogue of other literary compositions from varied authors, pointing out to, through such interdisciplinary and intertextual comparative analysis, other perspectives for the comprehension of facts and characters that make up the *gaúcho's* culture.

**Keywords:** Regionalism; *Gauchesca*; Frontier; Heroism.

## RESUMEN

Personaje recurrente en obras del escritor Tabajara Ruas, Antônio de Souza Netto tiene, históricamente, un rol protagonista en muchas de las guerras que movieron las políticas de naciones independientes recién constituidas en el sur del continente americano durante el siglo XIX. En **Os varões assinalados**, **Netto perde sua alma** y **As cartas do domador** (o **Netto e o domador de cavalos**), el autor expone un personaje revestido de realidad y ficción, en que es posible percibir una trayectoria que parte de una presentación calcada más en la historia para llegarse a una representación inventada de Netto. Para situar ese abordaje realizado por la literatura, se apuntan, en este trabajo, algunos conceptos relevantes para la interpretación propuesta, como regionalismo, frontera y heroicidad, haciéndose el confronto de diferentes posiciones presentes en la historiografía y así, en el cuestionamiento de definiciones tradicionales, mostrar posibilidades que confieren una identificación múltiple del personaje en análisis. El diálogo con otras obras literarias de autores variados también es aquí presentado, evidenciando de ese modo, a través de análisis comparatistas intertextuales e interdisciplinares, perspectivas otras para la comprensión de hechos y personajes que componen la cultura gaucha.

**Palabras clave:** Regionalismo; Gauchesca; Frontera; Heroicidad.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. TEMPOS E LUGARES DO REGIONALISMO .....	13
2. FRONTEIRAS DE UMA TERRA INDECISA .....	46
3. HEROICIDADES DE HONRAS INCERTAS .....	82
4. MUITAS BATALHAS, MUITOS VARÕES, A MESMA ALMA .....	109
5. OUTRA ALMA PARA NETTO .....	125
6. UMA ALMA ASSINALADA .....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	163

## INTRODUÇÃO

Antônio de Souza Netto é uma personagem importante da história do Rio Grande do Sul, pois foi ele quem proclamou a República Rio-grandense durante o movimento revolucionário que conturbou o sul do Brasil na primeira metade do século XIX.

Sua história porém é bem mais ampla, pois também foi oficial na campanha da Cisplatina, na década de 1820, quando o Brasil, enquanto uma nação recém fundada, ainda tentava estabelecer definitivamente seus limites. Aquele território foi perdido com a criação de um novo país, o Uruguai, entre as fronteiras do Brasil e da Argentina. Após sua retirada para a Banda Oriental com o fim da Revolução Farroupilha, Netto estabeleceu-se como fazendeiro naquele território. A conjuntura política que encontrou por lá, no entanto, obrigou-o a participar e interferir em questões que, se por um lado eram internas, por outro tinham correlações com o Brasil, pois o norte uruguaio era habitado por numerosa população brasileira. Dessa maneira, envolveu-se também em conflitos que, em suas repercussões, criaram elementos que motivaram a criação da Tríplice Aliança que lutou na Guerra do Paraguai. Foi combatendo contra os paraguaios que Antônio de Souza Netto se feriu, sendo então hospitalizado em Corrientes, Argentina. Por motivo de infecção, morreu no dia 1ª de julho de 1866.

Essa trajetória histórica do general Netto tem alimentado temas de obras literárias de diferentes autores. Marcelino Tabajara Gutierrez Ruas é um deles. Como personagem literária de Tabajara Ruas, Netto tem percorrido também outras veredas. Sua representação no romance **Os varões assinalados** está relacionada aos relatos registrados documentalmente. Já em **Netto perde sua alma**, há um misto de embasamento histórico dos acontecimentos nos quais Netto teve participação e uma invenção criada pelo autor, relacionando a personagem de Netto a situações que, embora imaginadas, podem ser concebidas como próximas da realidade. Uma terceira obra de Tabajara Ruas em que Netto está presente é ainda inédita em livro. Publicada em um sítio da internet, recebeu o título de **As cartas do domador**. Nela, a figuração de Netto se insere na lenda do “Negrinho do pastoreio”, correspondendo a uma representação engendrada pelo autor. Tanto essa última obra, sob o título de **Netto e o domador de cavalos**, quanto **Netto perde sua alma**

ganharam as telas do cinema. Aqui, no entanto, serão trabalhadas somente as produções de texto escrito.

Para o desenvolvimento das análises, parte-se da exploração de alguns conceitos identificados como pertinentes para o aprofundamento da leitura das obras de Tabajara Ruas. Assim, realiza-se o questionamento da historiografia literária tradicional, que enfoca o Regionalismo através de características reducionistas, apontando cores locais afirmadas em descrições de paisagens e usos de linguagens locais. Ao contrário da limitação a um território, mostrar-se-á o Regionalismo como fenômeno universal que se realiza por meio de particularidades próprias relacionadas a contextos amplos. Nessa perspectiva, aproximam-se realidades históricas do Rio Grande do Sul e do Uruguai, país limítrofe com a região sul do Brasil. Território marcado por conflitos e acordos que configuraram fronteiras no estabelecimento das nações, o caráter regionalista nas obras de muitos autores sul-rio-grandenses e uruguaios, e também argentinos, é bastante acentuado. Atualmente o Regionalismo tem adquirido análises relevantes através de pressupostos trazidos pelos Estudos Culturais e pelas abordagens realizadas no âmbito da Literatura Comparada. No contraste dos binômios do local e do universal, do particular e do geral, do centro e da periferia, o Regionalismo articula novas percepções do discurso literário e, no caso da literatura sul-rio-grandense, ao ser inserido na tradição de uma literatura articulada com as literaturas *platenses*, reconfigura noções de identidade e alteridade.

Símbolo de toda a comarca pampiana, a Gauchesca caracteriza a cultura regional tanto do sul do Brasil quanto da nação uruguaia. Formada sob condições históricas, sociais e políticas análogas tanto nos países do Prata quanto no Rio Grande do Sul, a figura do gaúcho experimentou transformações que a fazem transitar entre extremos. Classificado inicialmente como um pária, um vagabundo ou um bandido, o gaúcho adquiriu notável importância como representante de bravura e heroísmo pelo seu engajamento em guerras de fronteira e revoluções. Com o fim dos conflitos e, posteriormente, com a industrialização rural, foi expulso do campo, perdeu seu espaço e voltou à marginalização. Essas diferentes temáticas foram abarcadas pela literatura que, conforme as posturas ideológicas, desqualificou o gaúcho, caracterizando-o como um bárbaro e inimigo da civilização, ou o mitificou através de denominações como “monarca das coxilhas” ou “centauro dos pampas”. A crítica literária atual que trata da Gauchesca rejeita quaisquer dessas interpretações, buscando redimensionar a representação do gaúcho.

Conforme o histórico da região pampiana, é possível considerar como espaço fronteiriço todo o Uruguai e o Rio Grande do Sul. As aproximações culturais entre um e outro lado do limite que separa o Brasil do território uruguaio são muito presentes. Dessa maneira, as relações de identidade estão em constante processo de reconfiguração, pois o contato com o Outro provoca contínuas reelaborações. Essas marcas produzem formas híbridas que, em permanente movimento, estabelecem percepções diferenciadas em relação àquelas presentes nos centros mais distantes. As vozes da fronteira, do lugar de onde se enuncia este trabalho, vozes da fronteira cidade de Jaguarão, nesta pesquisa estão em evidência, desde algumas mais conhecidas academicamente até outras que por ora possuem um reconhecimento local, algumas de séculos passados e outras da atualidade. Desse modo, aqui estão presentes as vozes de jaguarenses como Joaquim Caetano da Silva, que, no século XIX, trabalhou nas definições dos limites entre Brasil e Guiana Francesa e que deixou orientações sobre o reconhecimento das nossas fronteiras; de Alfredo Varela, historiador que pensou a história do Rio Grande do Sul a partir de suas relações com os países do Prata; de João Pinto da Silva, que pensou a história da literatura do Rio Grande do Sul, registrando os autores e as obras que construíram a tradição literária produzida no sul do Brasil; também as vozes dos contemporâneos Sérgio da Costa Franco, que tem pesquisado muito sobre Jaguarão, detendo-se no estudo de documentos que contam a sua história; de Eduardo de Souza Soares, outro interessado no passado da cidade e que faz um trabalho de pesquisa essencial para a manutenção da memória do lugar; de Martim César Gonçalves, poeta que mantém vivo o espírito fronteiriço, identificando-se como herdeiro de diferentes tradições, brasileira e uruguaia; e também a voz de Aldyr Garcia Schlee, um escritor que, depois de um período esquecido e rejeitado por editoras, nos últimos anos tem alcançado o devido reconhecimento de sua obra.

Essas questões são relevantes para a leitura da personagem Antônio de Souza Netto das obras de Tabajara Ruas. Esse será o propósito da análise que segue, procurando mostrar a multiplicidade de uma figura histórica da cultura gaúcha. Assim, na análise de **Os varões assinalados**, serão feitas relações com textos de historiadores da Revolução Farroupilha para mostrar a proximidade da representação de Netto com os fatos que estão documentados. O estudo de **Netto perde sua alma** é feito a partir da tradução da obra no Uruguai, verificando transformações aportadas ao texto em função do contexto cultural e histórico uruguaio. Por fim, em **As cartas do domador**, realiza-se uma aproximação com a

lenda do “Negrinho do pastoreio”, verificando o caminho de historicização da personagem da lenda em contraste com a ficcionalização da personagem histórica de Netto.

## 1. TEMPOS E LUGARES DO REGIONALISMO

O conceito de regionalismo tem tomado diferentes concepções conforme épocas e intelectuais que o analisam, tendo sido definido ou por aspectos localistas, o que o conota a sentimentos separatistas; ou na sua integração à nação, promovendo vontades de pertencimento; ou em relação a uma universalidade, transcendendo demarcações territoriais. Também há críticos que estabelecem oposições através de um binarismo hierárquico, tratando as obras de cunho regional como uma literatura menor e incipiente<sup>1</sup>; enquanto que outros, como Guilhermino Cesar, reconhecem que “a ocorrência de falares regionais não prejudica em nada a literatura geral de qualquer nação. É um episódio normal, inerente à rotina linguística, a discrepância entre a norma culta e a linguagem popular”<sup>2</sup> (1994, p. 55), possibilitando, assim, que o regionalismo apresente reflexões importantes através da revelação de traços culturais de algum lugar. Essa posição segue a consideração do crítico literário João Pinto da Silva, que pondera em qual medida uma obra regionalista pode ser produtiva ou não:

O regionalismo não é, em si, um mal. Pode ser até benéfico, sempre que contribuir para o fortalecimento das partes, sem debilitar o todo. A sua nocividade, portanto, só entra a se fazer sentir quando, de alguma forma, exprime tendência ou anseios separatistas. (1998, p. 52)

A visão que traz Guilhermino Cesar sobre o regionalismo, ao analisar a literatura gauchesca, é diferente do enfoque colocado pela tradicional historiografia da literatura brasileira. Nesta, há uma busca pela evidência do uso de cores locais nas produções de caráter nativista, afirmadas em descrições de paisagens e costumes, no uso de linguagens típicas, na abordagem de temáticas rurais e credences peculiares e em idealizações do passado. Desse modo, a crítica delimita a percepção de leitura dos elementos narrativos das obras literárias, destacando o exótico e o particular em detrimento de questões que poderiam ser universais, conforme queria Gilberto Freyre ao apontar que regionalismo e nacionalismo se complementam do mesmo modo que se complementam nacionalismo e

---

<sup>1</sup> Cf. José Hildebrando Dacanal, “O conceito de regionalismo – e tudo o que se engloba na controvérsia a ele referida, em particular seu correspondente oposto, o universalismo – é um dos mais típicos subprodutos da estrutura mental secundária e colonizada dos letrados latino-americanos em geral e principalmente dos brasileiros, aparecendo como exemplo característico do elemento traumático que define a cultura dependente, específica das sociedades que se formaram no continente a partir do final do séc. XVIII.” (2002, p. 93)

<sup>2</sup> Nesta tese, estão atualizados os textos das citações segundo normas ortográficas vigentes.

universalismo, ideia que se alinha ao preceito de Liev Tolstói: “conhece tua aldeia e serás universal”. Nessa perspectiva, o sociólogo pernambucano promoveu, em 1926, o Congresso Brasileiro de Regionalismo, onde lançou o “Manifesto Regionalista” (anos depois, o próprio autor o renomeou “regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista”), defendendo riquezas regionais no desenvolvimento cultural do país em oposição à importação de modelos e valores estrangeiros, uma vez que estes não consideravam as peculiaridades e as diversidades físicas e sociais brasileiras. Essa posição Freyre sustentou também em outros momentos, como na conferência intitulada “Unidade e Diversidade, Nação e Região”, realizada nos Estados Unidos, em 1944, quando dizia:

Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana. Um filósofo no legítimo sentido, tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente ele pode ser suprarregional no sentido de ignorar as condições regionais da vida, da experiência, da cultura, da arte, e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar. (FREYRE apud OLIVEN, 1992, p. 34-35)

Falando a um público estadunidense, porém em clara mensagem a muitos dos pensadores brasileiros de sua época, o sociólogo criticava a padronização e a “monotonia cultural” provinda da “influência do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela ideia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para todos os outros povos da América”. (idem, p. 35). Desde 1928, as palavras de Freyre já encontravam ressonância no modernista Plínio Salgado que, proferindo conferência em São Paulo no ato de inauguração da biblioteca do “Centro Gaúcho”, confessou ter superado o tempo em que estranhava “o caráter excessivamente regionalista das letras rio-grandenses”, compreendendo que, em literatura, “só será universal o que for profundamente nacional. E só será nacional o que for espontaneamente local” (1928, p. 9).

Essa é uma posição que estabelece possibilidades de relações amplas, pois permite que o local realize suas interferências e marque sua presença na construção de ideias universais, como observam Enrique Foffani e Adriana Mancini ao analisar o regionalismo argentino e considerarem o pensamento transcultural de Ángel Rama que, por sua vez, lembrava expressão utilizada pelo escritor peruano José María Arguedas: “Leer el universo desde la región es una apropiación que desregionaliza pero [...] *sin renunciar al alma.*” (FOFFANI; MANCINI in DRUCAROFF; JITRIK, 2000, p. 263) [grifo dos autores]

De modo semelhante, mas em caminho inverso, foi a observação de Machado de Assis no seu ensaio “Instinto de nacionalidade”, de 1873, ao expressar que a conformação de uma literatura nacional não se dá pela aparência de suas cores, mas sim pela sua alma, ou, nas palavras do escritor carioca, por seus “toques naturais”:

um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocábulo e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. (1999, p. 30-31).

Igual colocação é feita por Jorge Luis Borges, revelando que “lo verdaderamente nativo suele y puede prescindir del color local”, pois, refletindo sobre a tradição literária do seu país, o escritor diz: “podemos creer en la posibilidad de ser argentinos sin abundar en color local” (1989, p. 270). Enfatiza Borges que, em atos de leitura, são estabelecidos diálogos entre literaturas de diferentes lugares, permitindo que elementos locais traduzam universalidades da mesma forma que contribuições exteriores componham obras regionalistas:

la idea de Borges [...] acerca del derecho que todo escritor argentino tiene a la cultura universal encuentra otro atajo por donde resolver el conflicto. El carácter deliberadamente lábil de entrar y salir de una cultura permite poner en contacto directo el adentro de ella con su afuera. El escritor plantea la cuestión en términos espaciales, lo cual hace posible la descripción del conflicto a partir de la confrontación de las culturas de las regiones con las culturas extranjeras y como una manera de zanjar lo más retrógrado del regionalismo, esto es, el pintoresquismo y el color local. Esta confrontación es una operación de lectura. (FOFFANI; MANCINI in DRUCAROFF; JITRIK, 2000, p. 262-263)

É nessa percepção que é possível verificar a presença de estrangeirismos em obras regionalistas sem que estas percam sua tonalidade, mas sim que, no contraste linguístico, sejam ainda mais nítidos os traços culturais do lugar. A obra **Memórias do Coronel Falcão**, de Aureliano de Figueiredo Pinto, escrita entre 1936 e 1937, muito evidencia essa questão. Vejam-se os exemplos:

Esparramaram-se por ali, contando as fichas daquela jornada. Derreados, amparados a esteios, a troncos de cinamomo, na frente, olham o longe com beatitude. Os avios de mate começam a ser movimentados. Vai generalizar-se o amargo. E as caféinas da “paraguayensis”, à *son insu*, entrarão a destravar prosas e charlas. Casos e cuentos de vários rumo e de outros pagos, hão de fornecer a boa lonca para a trança fina das evocações. (PINTO, 1974, p. 22).

Ou

E o carro estaca em frente às casas, como um touro negro empacado nos laços e espedaçado a cachorro.

- Quem será? Ainda não é tempo de gados gordos...

Hupa! Uma all-rightíssima comissão em traje de júri, missa das dez ou chegada de deputado. Recebo-os. Acolho-os com a discreta hospitalidade de campônio cansado ao fim do dia. (idem, p. 24)

### Ou ainda

O Dal Bosco iluminara *a giorno* a fachada da prefeitura. Dona Cachucha Fandango organizara a *marche-aux-flambeaux*. E o Dr. Liúnissa era o orador oficial. Mas já estávamos no quadragésimo quinto discurso e ele ainda não pronunciara a peça. [...] Falou mais gente, encorajada, com aquele doutoral fracasso.

Don Piedra Sola – con el permiso de ustedes - recitou trechos do *Tabaré*. Don Medina – se les gusta, cómo no? – visto as rivalidades naturais *en las orillas del Plata*, declamou pedaços do *Martín Fierro*. (idem, p. 86-87).

Nessa obra, o autor faz uso de aspas ou itálico para destacar termos e expressões, mas também, com frequência, incorpora vocabulário estrangeiro ou cria neologismos sem nenhuma ressalva. Nota-se que a presença de uma variedade de outras línguas é tão constante quanto a referências linguísticas, menções a hábitos e indicações literárias que apontam a regionalidade do texto. Concretiza-se, dessa maneira, o diálogo entre o regional e o universal sem que haja sobreposições hierárquicas determinando maior ou menor valor literário. Ao contrário, a riqueza literária se apresenta na conjunção dos estrangeirismos com o vocabulário típico na linguagem elaborada por Aureliano de Figueiredo Pinto, capaz de, por exemplo, na referência a um elemento notoriamente local e popular – a erva-mate – fazer uso do latim, conferindo internacionalização e erudição a esse produto tradicional da cultura gaúcha.

No entanto, a visão do regionalismo como algo estreito e superado, marcado por traços pitorescos de algum lugar, é o que está mais presente, de um modo geral, na crítica literária que, conteudisticamente, sinaliza nada mais do que peculiaridades locais tematizadas em ambientes rurais. Isso é o que se observa nos argumentos, por exemplo, de Lúcia Miguel-Pereira no seu livro **Prosa de ficção** (de 1870 a 1920), publicado em 1950, quando, no capítulo em que analisa o regionalismo, coloca:

[O regionalista] Sobrepõe, destarte, o particular ao universal, o local ao humano, o pitoresco ao psicológico, movido menos pelo desejo de observar costumes – porque então se confundiria com o realista – do que pela crença o seu tanto ingênua de que divergências de hábitos significam divergências essenciais de feitio. É por isso levado fatalmente a conferir às exterioridades – à conduta

social, à linguagem, etc. – uma importância exclusiva, e a procurar ostensivamente o exótico, o estranho. (1988, p. 176)

Além de restringir as significações e a riqueza de valores culturais que uma obra regionalista pode ter, Miguel-Pereira ainda reduz as relações que ela pode estabelecer com temas mais diversos, sejam de caráter geográfico, linguístico ou quaisquer outros:

Para estudar, pois, o regionalismo, é mister delimitar-lhe o alcance: só lhe pertencem de pleno direito as obras cujo fim primordial for a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora. (idem, p. 175)

Do mesmo modo, alguns anos depois, Nelson Werneck Sodré, em sua **História da literatura brasileira**, citando muitas das colocações de Miguel-Pereira, faz apontamentos semelhantes sobre o regionalismo, ressaltando limitações derivadas das descrições de paisagens pitorescas:

quase sempre com uma obediência levada ao extremo, com servilismo mesmo, foi a fascinação pelo meio geográfico. Domina-o, todo ou quase todo, um geografismo por vezes delirante, um apego profundo ao pitoresco, que esteve também presente no sertanismo e que dele proveio. A natureza absorve, na ficção regionalista, o papel do homem e este vive em função dela, esmagado pela sua impotência. (1976, p. 406)

Outra restrição apontada em Sodré refere-se ao modo de falar das personagens, pois, segundo o crítico, o desejo de fidelidade na representação de uma rudeza através da fala “mais ainda amesquinha o papel do homem, e correspondia a uma generalizada incompreensão” (idem, p. 406-407). Sodré não condena de todo o regionalismo, pois reconhece nele uma valorização do elemento popular e uma revelação do Brasil aos seus leitores através de um acervo de informação documentária. Mas conclui que os autores regionalistas, no apego ao linguajar próprio de cada região e da pintura descritiva da paisagem, não discriminam o essencial do secundário na arte literária.

Para Antonio Candido, no entanto, a linguagem presente no texto regionalista pode ser um poderoso instrumento de transformação e de revelação e autoconsciência do país, pois, sendo trabalhada com adequação à temática enfocada, tem a capacidade de expor com melhor conveniência – diferente da língua culta, convencional e padronizada – aspectos culturais de cada lugar, ou seja, possui maior propriedade para representar experiências

humanas em contextos que manifestam identidades. O texto literário permite essa aproximação do universo primitivo com o civilizado, do analfabeto com o instruído. O problema, alerta o crítico, dá-se quando o autor diferencia as vozes rústicas das personagens com a do narrador “encastelado numa terceira pessoa”, preso ao “requite gramatical e acadêmico” (CANDIDO, 1972, p. 808), mostrando dualidades nos discursos, de forma que separe as linguagens. Relega-se, nesse caso, a voz “diferente” ou local a um plano de inferioridade, distante de uma norma reconhecida como superior. Isso seria, para Candido,

Uma espécie de estilo esquizofrênico, puxando o texto para dois lados e mostrando em grau máximo o distanciamento em que se situava o homem da cidade, como se ele estivesse querendo marcar pela dualidade de discursos a diferença de natureza e de posição que o separava do objeto exótico que é o seu personagem. (idem, p. 807)

Desse modo, a linguagem relacionada com o lugar não passaria de um destaque de exotismos, reduzida a curiosidades. Como esclarece José Clemente Pozenato, “esse uso anormal da linguagem, em que ela é posta em vitrina como objeto de contemplação, só pode resultar em uma decisão baseada em pressupostos que nada têm a ver com o fazer literário.” (1974, p. 18). Por outro lado, havendo harmonia entre narração e vozes de personagens, dissolve-se a separação do escritor e do leitor com os sujeitos literários e mantém-se a função poética da linguagem. Candido exemplifica com a solução do escritor João Simões Lopes Neto que, criando um narrador fictício – o velho Blau Nunes –, é eficiente e convincente na realização de uma estética própria que se valoriza porque faz com que o leitor se sinta “participante de uma humanidade que é a sua e, deste modo, pronto para incorporar à sua experiência humana mais profunda o que o escritor lhe oferece como visão de realidade” (CANDIDO, 1972, p. 809), como se percebe no fragmento abaixo, do conto “Duelo de farrapos”, do escritor pelotense:

Este caso que vou contar pegou o começo no fim de 42, no Alegrete, e foi acabar num 27 de fevereiro, daí dois anos, nas pontas do Sarandi, pras bandas e já pertinho de Santana.

Foi assim. Tenho que contar pelo miúdo, pra se entender bem. Em agosto de 42, o general, que era o presidente da República Rio-grandense – vancê desculpe... estou velho, mas inté hoje, quando falo na República dos Farrapos, tiro o meu chapéu!... – o general fez um papel, que chamavam-lhe – decreto – mandando ordens pr’uma eleição grande para deputados; estes tais é que iam combinar as leis novas e cuidar de outras coisas que andavam meio à matroca, por causa da guerra. (LOPES NETO, 2009, p. 116)

A força criadora da linguagem de Simões Lopes Neto não se dá simplesmente por um recurso técnico de escritura, conferindo à personagem a narração do texto, o ponto de vista. Com expressiva naturalidade, seu discurso coloca-se nas origens, conferindo-lhe prestígio mítico e poético. “Aquele que está na origem – comenta Pozenato – fala com total credibilidade, porque é testemunha. [...] Essa maneira de falar dá a seu discurso um poder de condensação que nenhuma glosa ou definição consegue jamais apanhar em seu desdobramento.” (1974, p. 48)

Mesmo que vejam em João Simões Lopes Neto um autor que superou representações de cores locais – embora não reconheçam seu mérito dentro de um âmbito regionalista, mas sim universal –, tanto Lúcia Miguel-Pereira quanto Nelson Werneck Sodré generalizam o valor do regionalismo, conferindo a esta categoria um estágio em uma linearidade evolutiva da criação literária, onde desempenha uma função específica no desenvolvimento literário da nação: “Todas as nossas fronteiras, a não serem as marítimas, estão ainda por conquistar para a civilização, e nessa conquista hão de ter larga parte os regionalistas.” (MIGUEL-PEREIRA, 1988, p. 183). Constata-se assim que, sob a mesma consideração do escritor e político argentino Domingo Faustino Sarmiento em **Facundo**, obra publicada ainda na primeira metade do século XIX, em 1845, Miguel-Pereira está a apontar a dicotomia civilização *versus* barbárie, cabendo ao regionalismo realizar conquistas e abrir passagens para marchas civilizatórias. Na análise da autora, existiria um caminho habitual na escritura da ficção, partindo-se do particular para se chegar, em espontânea expansão, ao geral. Segundo seus pressupostos, em países colonizados como o Brasil, a importação da cultura intelectual europeia inverteu essa trajetória, “indo do universalismo clássico para o americanismo romântico, deste para o brasileirismo, e descobrindo tarde o regionalismo” (idem, p. 177). Por isso o reconhecimento limitado que faz do regionalismo como desbravador de fronteiras e, portanto, vinculado a uma literatura menor, pois, na linha evolutiva que sugere, ele se encontra em um estágio inicial da criação a ser superado por outros períodos literários. Essa consideração é aceita por Afrânio Coutinho ao apresentar o regionalismo como “unidade elementar” que cresce “de domínio a domínio” (1968, p. 203). Sendo assim, como literatura ainda incipiente, seria menos elaborada artisticamente.

O caráter sequencial de movimentos literários também é apontado por Alfredo Bosi em sua **História concisa da literatura brasileira**, livro publicado em 1970, onde situa o

regionalismo dentro de uma trajetória herdada do naturalismo e que precedeu “o vivo interesse dos modernistas pela realidade brasileira total, não apenas urbana” (2006, p. 208), pois, segundo Bosi, o “projeto explícito dos regionalistas era a *fidelidade ao meio a descrever*: no que aprofundavam a linha realista estendendo-a para a compreensão de ambientes rurais virgens para a nossa ficção.” (idem, p. 207) [grifo do autor]. Apesar de redirecionar a compreensão do regionalismo, apontando o vetor não para a ornamentação do passado – como foi o sertanismo romântico que, em uma abordagem estética transplantada, representou tipos e lugares nacionais através de elementos exóticos e oníricos no interesse de uma afirmação do próprio, do natural, do selvagem –, mas para uma fidelidade a raízes que contribuíram para as temáticas do modernismo – embora combatido pela homogeneização do programa desse movimento –, nesse momento, a crítica ainda localiza o regionalismo em um tempo determinado, pertencente a uma época e com uma funcionalidade evolutiva na criação literária. Nessa perspectiva, a vanguarda modernista seria um contraponto ao “passadismo” regional, instituindo brasileirismos folclóricos e reafirmando binarismos hierárquicos, onde uma literatura incipiente trataria de um mundo ainda impregnado de rusticidades enquanto que outra, mais elaborada, enfocaria o progresso. Esse conflito se observa em artigo de Mário de Andrade publicado em 1928, onde o autor modernista considera que os elementos especificamente regionais são “uma fraqueza molenga de concepção criadora e uma pobreza guaçu de cultura”. E diz mais:

Regionalismo é pobreza sem humildade. É a pobreza que vem da escassez de meios expressivos, da curteza das concepções, curteza de visão social, caipirismo e saudosismo. Comadrismo que não sai do beco e, o que é pior: se contenta com o beco.

[...] O nacionalismo só pode ser admitido consciente quando a arte livre de um povo ainda está por construir. Ou quando perdidas as características básicas por um excesso de cosmopolitismo ou de progresso, a gente carece buscar nas fontes populares as essências evaporadas. [...] Agora o regionalismo, esse não adianta para nada nem para a consciência de nacionalidade. Antes a conspurca e depaupera-lhe estreitando por demais o campo de manifestação e, por isso, a realidade. O regionalismo é uma praga antinacional. (in SCHWARTZ, 1995, p. 484)

A polêmica estabelecida no conflito do modernismo com o regionalismo está presente também em outros sistemas literários latino-americanos. É o que expõe Ángel Rama em **Transculturación narrativa en América Latina** ao citar o amargo desabafo “Ante el tribunal”, de Horacio Quiroga, conhecido em 1931:

De nada me han de servir mis heridas aún frescas de la lucha, cuando batallé contra otro pasado y otros yerros con saña igual a la que se ejerce hoy conmigo. Durante veinticinco años he luchado por conquistar, en la medida de mis fuerzas, cuanto hoy se me niega. Ha sido una ilusión. Hoy debo comparecer a exponer mis culpas, que yo estimé virtudes, y a librar del báratro en que se despeña a mi nombre, un átomo siquiera de mi personalidad.” (QUIROGA apud RAMA, 1989, p. 21)

Na pugna entre regionalistas e vanguardistas, também é apontada por Rama, além da já mencionada manifestação de Gilberto Freyre, a visão proposta pelo peruano José Carlos Mariátegui, que defendia uma literatura social indigenista. Essa seria uma terceira força ideológica, pois expunha a marginalização do mundo indígena. De forma similar, o regionalismo brasileiro da década de 1930 também foi marcado por forte acento social, tanto que, em 1939, o mesmo Mario de Andrade, que anos antes havia criticado com veemência o regionalismo, chegando a tachá-lo de “praga antinacional”, redime a literatura regional sul-rio-grandense e pondera que

De todas as literaturas regionais do Brasil, tenho a impressão que a gaúcha é a que mais apresenta uma identidade de princípios, uma normalidade geral dentro do bom, uma consciência de cultura, uma igualdade intelectual e psicológica que a tornam fortemente unida e louvável. (ANDRADE apud CESAR, 1956, p. 17)

Conclui então que

a literatura do Rio Grande do Sul é hoje brasileira, [...] [pois] mesmo sem boleadeiras, cultivo exterior da valentia, pampices e minuanos de fácil cor local, [há um caráter geral que] tonaliza intimamente o gaúcho e lhe permite permanecer dentro de um regionalismo mais profundo e enriquecedor da nossa entidade nacional. (idem, ibidem)

O impulso de renovação advindo com as vanguardas colocou para os autores regionalistas o desafio de resguardar tradições locais, porém por meio de novas estruturas literárias. Dessa forma, a solução passa a ser fazer uso

de las aportaciones de la modernidad, revisar a la luz de ellas los contenidos culturales regionales y con unas y otras fuentes componer un híbrido que sea capaz de seguir transmitiendo la herencia recibida. Será una herencia renovada, pero que todavía puede identificarse con su pasado. (RAMA, 1989, p. 29)

Associando as renovações da trajetória regionalista na América Latina com a metáfora proposta por Lúcia Lippi Oliveira para a literatura brasileira, apresentam-se três analogias relativas a diferentes momentos das produções literárias: a primeira é a do “paraíso”, marcada pela exuberância da paisagem descrita nos textos românticos; outra,

presente na perspectiva da denúncia social do regionalismo da década de 1930, é o “inferno”; e por fim, como “purgatório”, incorporando liberdades estéticas propostas pelas vanguardas, estão obras de autores como Juan Rulfo e João Guimarães Rosa.

Também apontando fases no desenvolvimento da literatura, mas com um embasamento sociológico apurado, Antonio Candido percebe que a continuidade do regionalismo durante o século XX coloca em evidência uma distinção que teria sido capaz de realizar mudanças na orientação da produção literária de toda a América Latina. Refere-se o crítico à noção de subdesenvolvimento que, na literatura brasileira, se desenha a partir da década de 1930 e que se instaura definitivamente com o fim da Segunda Guerra Mundial. Até esse momento, prevalecia a ideia de “país novo”, preconizada desde as independências das nações americanas, através da qual a grandeza da pátria associava-se à exuberância da natureza virgem e, com isso, a esperança de progresso e a afirmação nacional expressavam-se literariamente pelo exotismo de um território projetado na utopia, como discute Rômulo Monte Alto, para quem as ex-colônias americanas são

áreas que a ficção histórica procura para discutir a nacionalidade a partir de seus espaços discursivamente vazios e culturalmente tensionados. [...] Sobre estes lugares interiores, para essas regiões de fronteira interna – o sertão, o pampa, o deserto, a selva, o *llano* – a literatura se volta, repetidas vezes e de maneiras diversas, em busca de respostas à pergunta pela natureza do ser nacional, erigindo, nesse ínterim, certas paisagens como matrizes fundacionais. (MONTE ALTO, 2006, p. 632)

Paisagens que são criações de um mundo mítico e onde – nas palavras do crítico costarriquenho Bernal Herrera, citado por Léa Masina –, “se suponen depositados los valores fundantes de la nacionalidad, sometidos al embate de procesos de inmigración y urbanización que estaban acabando con ese mundo que, en sentido estricto, nunca había existido”. (HERRERA apud MASINA, s/d).

Segundo análise de Candido, a precariedade, no século XIX, dos meios culturais dos países latino-americanos, aliada ao analfabetismo da grande massa da população, fez com que os escritores, atrelados a uma ideologia ilustrada, buscassem referenciais forâneos de leituras, importando da Europa formas e valores para imitar padrões artísticos que, revestidos com a exuberante natureza americana, moldaram os projetos de construção de literaturas nacionais. O crítico destaca também que

Tudo isso não ia sem ambivalência, pois as elites imitavam, por um lado, o bom e o mau das sugestões europeias; mas, por outro, às vezes simultaneamente, afirmavam a mais intransigente independência espiritual, num movimento pendular entre a realidade e a utopia de cunho ideológico. E assim vemos que analfabetismo e requinte, cosmopolitismo e regionalismo, podem ter raízes misturadas no solo da incultura e do esforço para superá-la. (2000, p. 149)

Como resultado, ao mesmo tempo em que se buscou uma independência através de um projeto de literatura nacional afirmado em raízes regionais, apresentou-se um exotismo ao gosto do público leitor europeu ou europeizado, o que demonstra a permanência de uma dependência cultural ou, nas palavras de Candido, uma “forma aguda de dependência na independência”. Para o crítico, a superação desse estágio partiu da constituição de uma tradição literária, onde exemplos nacionais, mesmo que inspirados em formulações estrangeiras, permitiram a autoafirmação de uma literatura própria. Foi o caso provocado pelo modernismo brasileiro, através do qual, segundo colocação do antropólogo Ruben George Oliven, uma das contribuições desse movimento

consiste justamente em ter colocado tanto a questão da atualização artístico-cultural de uma sociedade subdesenvolvida, como a problemática da nacionalidade. Nesse sentido, a partir do modernismo (1924 em diante), o ataque ao passadismo é substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional, ocorrendo uma redescoberta do Brasil pelos brasileiros. (1992, p. 32)

A busca por raízes nacionais integrou-se aos variados movimentos e manifestos das vanguardas americanas, implicando em uma cultura mais ampla, desfocada, na expressão de Candido, dos “nacionalismos patrioteiros” do romantismo. Nessa composição transnacional, a América Latina toma consciência do seu subdesenvolvimento, e a noção de atraso em relação a países de maior poder econômico repercute em produções de obras direcionadas a temáticas de cunho social, registrando um regionalismo voltado para a realidade e empenhado politicamente através de representações de desigualdades e injustiças. A tomada de consciência da noção do subdesenvolvimento desmascara o atraso material e são inventariadas e reveladas as misérias da população e as debilidades institucionais.

Candido confere, ainda, uma terceira fase da produção literária onde a dimensão regional se faz presente. No entanto, chama a atenção para um refinamento técnico, “graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade.” (2000, p. 161). Ultrapassados o exotismo do século XIX e o referencial documentário das carências

sociais dos decênios de 1930 e 1940 que fizeram do regionalismo, na consideração de Candido, “uma etapa necessária” (idem, p. 159) que focalizou a realidade local e que “existiu, existe e existirá enquanto houver condições como as do subdesenvolvimento” (1972, p. 807), o crítico observa o aparecimento de obras amadurecidas por técnicas renovadoras que consolidam a literatura latino-americana através de uma universalização da região. Assim, considera que o enfoque regionalista pode “chegar à etapa onde os temas rurais são tratados com um requinte que em geral só é dispensado aos temas urbanos, como é o caso de Guimarães Rosa, a cujo propósito seria cabível falar num super-regionalismo.” (idem, *ibidem*)

Contudo, estudos como os de Ligia Chiappini e de Denise Mallmann Vellerius não aceitam a denominação “super-regionalismo” dada por Candido e também outras de outros pensadores, como “sense of place” ou “regionalismo cósmico”. Segundo suas análises, essas nomenclaturas insistem em acentuar o regionalismo como subliteratura e persistem nas dualidades local *versus* universal e regional *versus* vanguarda, pois não reconhecem as transformações e o amadurecimento do regionalismo como categoria literária. Divergindo das conceituações que a crítica vinha trazendo, Chiappini contesta:

quando a obra não atinge um certo padrão de qualidade que a torne digna de figurar entre os grandes nomes da literatura nacional, ela é regionalista; quando, pelo contrário, consegue atingir esse padrão ela não seria mais regionalista, seria uma obra da literatura nacional, [...] para não dizer universal. (in PIZARRO, 1994, p. 699)

No texto de Vallerius, a autora avalia que o que, por parte dos críticos, no Brasil, motivou a rejeição da consideração do termo regionalismo como indicação de uma categoria da literatura foi um contexto político que vinha desde a implantação do Estado Novo. A cerimônia da queima das bandeiras estaduais realizada pelo governo de Getúlio Vargas, em 1937, é emblemática para demonstrar a instauração de um novo regime com forte centralização do poder e, por conseguinte, enfraquecimento das antigas oligarquias regionais. Houve uma série de políticas que aparelharam o Estado nacional, como a padronização do sistema educacional brasileiro. O escritor Luiz Carlos Barbosa Lessa foi testemunha desses acontecimentos:

Para garantir a unidade e integridade do Brasil, ele [Getúlio Vargas] havia mandado queimar em praça pública todas as bandeiras dos estados e mandado que dessem sumiço a todos os livros que, nas escolas, ensinavam professores e alunos a conhecer a História, a Geografia e a Tradição do seu Pago. Até aí, não

havia escola nossa que não seguisse a *Chronologia da história rio-grandense*, de A.C. Lima, e as *Ephemerides rio-grandenses*, de Clemenciano Barnasque. (Preste atenção: *rio-grandenses*). Mas, tal como a bandeira rio-grandense, esses livros tinham sido obrigados a desaparecer. (LESSA in GONZAGA; FISCHER, 1998, p. 73)

Criou-se a visão do regionalismo como algo ultrapassado, estreito, retrógrado e indesejado. O projeto desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek e o posterior período da ditadura militar deram continuidade ao ideário de unidade nacional, cabendo ao regionalismo, nessa conjuntura, a identificação com o anacrônico e o atraso. Essa foi uma opinião dominante que durou muito tempo, instaurando-se assim um preconceito com influência até mesmo entre os escritores, como observa a pesquisadora Léa Masina, vivendo estes uma “tensa relação entre escrever sobre o *terruño* e suas questões locais” e a pretensão de “um universalismo entendido erroneamente como incompatível com a visada regional.” (s/d)

Para Chiappini e Vallerius, a avaliação é de que, se houve tempos em que eram cores locais ou documentação de realidades que qualificavam sua manifestação, hoje, o regionalismo, e não uma nova categoria ou denominação, permanece presente, revitalizado por contribuições estéticas contemporâneas e, ao mesmo tempo, portador de uma larga tradição cultural. Conforme Vallerius, “devemos procurar entendê-lo [o regionalismo], portanto, não como uma tendência anacrônica ou como sinônimo de literatura menor, mas como um fenômeno literário dinâmico que se encontra em constante processo de transformação.” (2010, p. 203). As formas renovadas em que o regionalismo se apresenta podem ser entendidas pela definição que faz Ángel Rama sobre o conceito de transculturação narrativa, pelo qual reconhece mudanças provocadas por impactos externos, mas compreendendo que a cultura e a tradição locais não serão passivas frente ao contato com culturas forâneas,

Al contrario, el concepto se elabora sobre una doble comprobación: por una parte registra que la cultura presente de la comunidad latinoamericana (que es un producto largamente transculturado y en permanente evolución) está compuesta de valores idiosincráticos, los que pueden reconocerse actuando desde fechas remotas; por otra parte corrobora la energía creadora que la mueve, haciéndola muy distinta de un simple agregado de normas, comportamientos, creencias y objetos culturales, pues se trata de una fuerza que actúa con desenvoltura tanto sobre su herencia particular, según las situaciones propias de su desarrollo, como sobre las aportaciones provenientes de fuera. Es justamente esa capacidad para elaborar con originalidad, aun en difíciles circunstancias históricas, la que demuestra que pertenece a una sociedad viva y creadora, rasgos que pueden manifestarse en cualquier punto del territorio que ocupa aunque preferentemente

se los encuentre nítidos en las capas recónditas de las regiones internas. (1989, p. 33-34)

Desse modo, desfazem-se dicotomias hierárquicas e articulam-se versões transculturadas, onde as expressões narrativas transitam entre conciliáveis representações locais e universais e possibilitam relativizações e reelaborações de conceitos e paradigmas antes tidos como indiscutíveis. Então é possível entender, como bem discute o escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, que

não devemos pensar que o regionalismo, mesmo quando bem realizado, é uma literatura que nos isola; muito ao contrário, no momento em que é verdadeira literatura, isto é, no momento em que se realiza com apreciável quilate estético, passa a pertencer a todos, tornando-se reconhecível e incluindo-se na multiplicidade que caracteriza as culturas do globo. (in BORDINI; SCHÜLER, 2004, p. 38)

Outra renovação sobre o regionalismo apontada pela crítica atual refere-se à caracterização do lugar. Diferente da restrição territorial ressaltada tradicionalmente, Chiappini faz a leitura do regionalismo como um fenômeno de ocorrência universal, onde “as ‘peculiaridades regionais’ alcançam uma existência que as transcendem” (1995, p. 159) e, no caso brasileiro, tem uma abrangência que abarca “autores e obras muito diferentes entre si, originados e/ou localizados em diversas regiões de norte a sul do Brasil, distribuídos em diferentes momentos de nossa história” (CHIAPPINI in PIZARRO, 1994, p. 667), além de ser uma categoria crítica com apropriação não só à literatura, mas também a outras áreas, como a história e a política, por exemplo. E, conforme complementa observação de Masina, o regionalismo transita por uma diversidade de manifestações locais, entre o erudito e o popular, entre a literatura culta e a popular, entre ideologias conservadoras e progressistas, conferindo-lhe mobilidade e complexidade. (s/d)

Aspecto igualmente importante relativo ao espaço diz respeito a como se assinala a paisagem, que já não se dá pela demarcação do território observado simplesmente através de geográficas pinturas descritivas, mas por noções de reconhecimento indicadas por representações imaginárias da realidade. Dessa maneira,

a região descrita ou aludida não é apenas um lugar fisicamente localizável no mapa do país. O mundo narrado não se localiza necessariamente em uma determinada região geograficamente reconhecível, supondo muito mais um compromisso entre referência geográfica e geografia ficcional. Trata-se, portanto, de negar a visão ingênua da cópia ou reflexo fotográfico da região. Mas, ao mesmo tempo, de reconhecer que, embora ficcional, o espaço

regional criado literariamente aponta, como portador de símbolos, para um mundo histórico-social e uma região geográfica existentes. (CHIAPPINI, 1995, p. 159)

A linha evolutiva no amadurecimento da literatura que praticamente a totalidade da crítica verificou no seu desenvolvimento, tendo partido da cópia de modelos europeus, passando por “dependências na independência” até alcançar maturidade nos seus padrões, não justifica reconhecer a presença do regionalismo apenas entre fins do século XIX e início do século XX, pois traços regionais já estavam registrados nos primórdios da nossa literatura, como em José Antonio do Vale Caldre e Fião, através dos seus romances **A divina pastora** e **O corsário**, publicados como folhetins em 1847 e 1849, respectivamente. Obras que inclusive, junto ao título, trazem as indicações “novela rio-grandense” a primeira e “romance rio-grandense” a outra, demonstrando um viés muito particular em um momento em que se pretendia a construção de uma literatura nacional, antecipando-se, destarte, ao projeto do romantismo no reconhecimento das diversidades regionais que compõem a nação. É desse autor, por exemplo, o enceto da expressão “monarca das coxilhas” no texto literário para representar um sujeito que, nas guerras ou nas rudes lidas do campo, mantém um caráter elevado, seja como cavalheiro ou cavaleiro: “Almênio, recebendo a cuia das mãos de sua hóspede, mostrava um donaire cavalheiresco tão natural ao *monarca das coxilhas riograndenses*” (1992, p. 35). E

A mocidade e o brilhantismo dos *monarcas das coxilhas* disputavam a glória dos triunfos de amor e a preferência nos salões de Bernardo. Os jovens respiravam o hálito da guerra e das cavaleirescas lidas dos campos; suas roupas eram as originais da província e seus adornos a espada, a lança, o laço, as bolas e as ricas e pesadas *chilenas*. (idem, p. 208)

A denominação “monarca das coxilhas” será apropriada e difundida por muitos dos regionalistas sul-rio-grandenses e se tornará clássica na referência ao tipo detentor de honra, valentia e liberdade em uma época em que a palavra “gaúcho”, antes de caracterizar peão e guerreiro, ainda se rejeitava, pois era adjetivo pejorativo que denotava pária e vagabundo, violento bandido e ladrão de gado. Mesmo assim, Caldre e Fião chega a utilizar-se do termo em conotação positiva, como em “– Eu tenho um fiel peão em quem muito confio: é um bravo e guapo gaúcho.” (1979, p. 134)

Também não confere situar o regionalismo a um período finalizado porque, ainda nos dias de hoje, muitos são os escritores que seguem trabalhando com temáticas regionais,

sendo que estas não necessariamente se restringem unicamente ao meio rural. A consideração da ampliação do território regionalista, abarcando não só o campo, mas também a cidade, já era apontada por Arturo Sergio Visca desde a década de 1960. Para o crítico uruguaio, a publicação do conto “El pozo”, de Juan Carlos Onetti, em 1939, foi a propulsão do chamado “montevideanismo”, motivando novas temáticas na literatura uruguaia que, até então, possuía marcas notadamente campeiras. Importante observar a perspicaz percepção de Visca, que não vê oposição ou descrédito na produção de temas rurais, porém assimila a urbanidade como uma renovação no que considerou um regionalismo urbano:

La literatura uruguaya vive – es un hecho evidente – una nueva forma de regionalismo: el regionalismo urbano. No hay razón para oponerse a él. Ha traído ventajas indudables a una literatura – especialmente en su sector narrativo – canalizada sostenidamente sobre el tema rural o campesino: campo, pueblos del interior o esa zona fronteriza entre unos y otros. Ha aportado, sin duda, un necesario soplo de renovación. Pero hay, en cambio, razón o razones para oponerse a ciertos desenfoces críticos y algunas falsas posturas ante la literatura del pasado uruguayo que el entusiasmo (bastante snob, en algunos) por el ‘montevideanismo’ han producido. (1972, p. 331)

Reforçando essa ideia está a argumentação de Léa Masina ao reconhecer que o processo de colonização europeia no Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XIX, formou “bolsões culturais reveladores da dominância de diferentes etnias. Essas ‘comunidades’ culturais não correspondem apenas a zonas rurais, mas representam regionalismos urbanos simultâneos e diferenciados pela procedência da cultura importada” (MASINA, s/d). Essa era uma tendência que, em 1924, já pressupunha João Pinto da Silva. No entanto, naquele momento, o crítico ainda aguardava a produção de obras que confirmassem sua hipótese:

A região serrana, bem característica outrora, vai perdendo aos poucos as suas notas típicas, sob o afluxo das levas imigratórias de variadas origens e procedências. Como prever o som exato do complexo órgão psicológico que ali se está elaborando? Reproduzirá, talvez, o da capital, indeciso timbre mesclado de vozes da terra e de cada vez mais vivo cosmopolitismo.” (SILVA, 1930, p. 128-129)

A constatação do que era previsto por João Pinto da Silva se dará no decorrer do século XX, provocando, como reivindica Masina, percepções étnicas do regionalismo:

[...] o regionalismo deveria abarcar as contribuições das diferentes etnias advindas das migrações e, assim, multiplicar-se na tensa relação com um imaginário já existente e dominante. [...] esse regionalismo fronteiriço, da campanha, próximo à gauchesca platina, irá conviver, nas últimas décadas do

século XX, com outros regionalismos literários, fruto das correntes migratórias sobretudo alemãs e italianas. [...] nessas diferenças funda-se o conceito de regionalismo étnico. (MASINA, s/d)

Também Luiz Antônio de Assis Brasil coloca em questão a definição de um “único rosto” na identificação cultural do Rio Grande do Sul. Para o escritor, “é de considerar-se que os eixos definidores do processo cultural sul-rio-grandense passam necessariamente pelo hibridismo étnico” (2004, p. 38). Assim, reconhece que há uma variedade de correntes imigratórias que, imbricadas à tradição regional, conforma identidades diversificadas. Complementa seu raciocínio apontando que

A literatura já se deu conta disso há muito, e aí estão as obras de Vianna Moog, de José Clemente Pozenato entre outros, para mostrar que muita água correrá sob esse moinho até que possamos imaginar um rosto literário cabal para o gaúcho. Talvez isso nunca aconteça, nem estou certo de isso seja necessário ou até possível. (idem, p. 39)

E em consonância a essas posições estão as colocações de Chiappini e Vallerius, para quem a dicotomia campo *versus* cidade – tão aludida na crítica literária tradicional, que individualizou seu objeto de estudo e fixou tipos, costumes, paisagens e linguagens locais – não se legitima, pois o regionalismo tem existido “como padrão cultural ‘compensatório’ frente às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais” (VALLERIUS, 2010, p. 204) desde o século XIX até a atualidade. Para Chiappini, “a história do regionalismo mostra que ele sempre surgiu e se desenvolveu em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização. Ele é, portanto, um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano”. (1995, p. 154). Em sua função compensatória, o regionalismo serviu como busca de brasilidade autêntica após a separação da metrópole portuguesa; como enfrentamento às mudanças oligárquicas provocadas por novos sistemas econômicos com o início da industrialização; como rejeição ao nacionalismo homogeneizante do projeto modernista; e, nos dias de hoje, faz frente à política da globalização imposta por mercados econômicos. Dessa forma, o regionalismo não serve para o estabelecimento de oposições binárias, mas sim para a provocação de tensões, sejam entre campo e cidade, ou entre oralidade e escrita, ou mesmo entre nostalgias do passado e misérias do presente. Mas Vallerius adverte que o fortalecimento de particularidades e identidades locais só acontece se houver um regionalismo renovado, pois senão “delegar a ele um sentido de conservadorismo em oposição ao cosmopolitismo [...] [será] delegar à temática regional literária a pecha de literatura menor e de manifestação própria de países subdesenvolvidos”

(2010, p. 202). Por essa razão, a autora faz a diferenciação entre o tradicionalismo e o regionalismo, este capaz de revisões, reelaborações e novas invenções, permitindo o que José Carlos Garbuglio chamou de “fôlego de gato” (apud CHIAPPINI in PIZARRO, 1994, p. 700), enquanto que aquele, “exigindo a repetição, acaba apregoando a afirmação excludente de uma única tradição e de uma única identidade” (VALLERIUS, 2010, p. 210) monumentalizada. Sujeito a transformações que o atualizam sistematicamente, o regionalismo permite, como atenta Masina, relações com outras manifestações, como foi o caso da literatura *platense* nos anos de 1920, indica a pesquisadora, onde “modernismo [parnasianismo/simbolismo], regionalismo e vanguarda conviveram, dialogaram e em muitos momentos se confundiram” (s/d). A permissão dessas simultaneidades possibilita não uma sobreposição do moderno em relação à tradição, mas a articulação de formas diversificadas que revelam, conjuntamente, absorção e resistência ao impacto externo, sob a visão transculturada definida por Rama. Assim, será a temática procedente das tradições culturais que propiciará ao regionalismo, como uma mesma categoria, a aglutinação de obras produzidas por autores de estilos variados.

Também as tradições culturais é que conformarão espaços regionais não restritos a delimitações nacionais, convergindo no que Rama denominou comarcas culturais, pois, como argumenta Antonio Candido no diálogo com o crítico uruguaio, as divisões nacionais são puramente históricas, “mas a realidade é transnacional e se prende a certas regiões que foram despedaçadas pela ‘balcanização’ e que ele [Rama] chama ‘comarcas’” (CANDIDO in CHIAPPINI; AGUIAR, 1993, p. 268). Para Rama, “estas regiones pueden encabalgarrar asimismo diversos países contiguos o recortar dentro de ellos áreas con rasgos comunes, estableciendo así un mapa cuyas fronteras no se ajustan a las de los países independientes.” (1989, p. 58), de tal modo que, como se percebe, o “estado Rio Grande do Sul, brasileiro, muestra vínculos mayores con el Uruguay o la región pampeana argentina que con Mato Grosso o el nordeste de su propio país” (idem, *ibidem*). A divergência das divisões políticas determinadas pelos Estados-nação com o mapeamento cultural proposto por Rama produz ainda outra tensão que se estabelece no tratamento do regionalismo, ou seja, a relação de identidade de um território que se configura na fronteira entre nações, que é o caso específico da comarca pampiana, onde a histórica mobilidade das linhas divisórias entre os Impérios ibéricos colonizadores e, depois, entre Argentina, Brasil e Uruguai repercute mais intensamente na conformação permeável do espaço, configurando a região por uma tradição cultural que extrapola limites nacionais.

Sendo assim, para a compreensão da noção de identidade desse lugar, convém considerar, como aponta a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que “região e nação são formas particulares de representação do social, pois se referem à formação de padrões de referência identitária, que dão coesão social e produzem a sensação de pertencimento.” (2001, p. 209). Roberto DaMatta exemplifica o caráter mutável da identidade em relação ao seu pertencimento:

Num dado nível, as regiões são importantes e um gaúcho pode se distinguir radicalmente de uma catarinense (“barriga verde”); mas se ambos – o gaúcho e o catarinense – vão para Belém, os dois se juntam como “sulistas” em oposição aos “nortistas”. Mas se um gaúcho, um catarinense e um paraense se encontram em Buenos Aires, eles imediatamente se definem como “brasileiros”, por oposição aos argentinos (vistos como “gringos”). Agora, se um argentino e esses três brasileiros se encontram em Chicago, eles invocam sua identidade de “latino-americanos”, em oposição à cultura local [...]. Nesse nível, então, o “nacional brasileiro” e o “nacional argentino” se regionalizam. (2004, p. 25)

Região e nação são, pois, elaborações de âmbito imaginário que atuam na construção de realidades dadas por negociações que se confrontam na comparação com o Outro. Nessas considerações, verifica-se que, na formação histórica do Rio Grande do Sul, sobretudo no século XIX, o Outro são muitos Outros, ou seja, ora é o inimigo castelhano, com quem se confronta por conquista de território; ora é o Império brasileiro, com quem se faz enfrentamentos políticos; e ora é seu conterrâneo de província, com quem disputa o governo, podendo efetivar-se a guerra em quaisquer dessas situações. Sendo variável o reconhecimento do Outro, a noção de identidade se dará de forma múltipla, pois, como assinala a pesquisadora Joana Bosak, a

constituição [da identidade] não se dá de forma estanque; ela pode ser refeita e rearticulada a cada novo movimento político, histórico, geográfico, cultural ou, ainda, literário. O que permanece é um substrato anterior, uma noção mais vaga e difusa do conceito que lhe dá uma forma primeira. No caso da literatura, que é o que aqui interessa, a cada nova obra escrita, esse olhar pode ser ampliado e revisitado de forma a fornecer um novo arcabouço teórico, que permite uma mirada outra sobre o tema em questão. (2010, p. 24)

Nesse sentido, ao focar a história e as personagens que dão representação ao lugar, as narrativas literárias regionalistas se apresentam como fontes para a construção e a legitimação de marcos de referência identitária, inventando um passado para explicar o presente e construir o futuro. Segundo Pesavento,

Ter um passado é ter raízes, é dizer e saber de onde vem um povo, qual o seu perfil e suas características, é poder inscrever o futuro no presente, é articular e compor articularidades, podendo ler o passado desde o mesmo presente e poder salvar este passado para gerações futuras. (2001, p. 211)

Na construção do passado, como bem observa Pesavento, “a experiência da Revolução Farroupilha veio a desempenhar um papel decisivo para a composição da autoimagem sulina.” (idem, p. 215). Esse acontecimento ocorrido em um território que estabeleceu as fronteiras do extremo sul do Brasil, que desafiou o Império e sustentou por dez anos uma Revolução e, ainda, proclamou uma República tem, de fato, muito vigor para fortalecer raízes e pautar estéticas no desenvolvimento de uma literatura com profundos traços regionalistas. Por isso, não surpreende que, recém dois anos após realizado acordo de paz, quando ainda eram vivas muitas das personagens que fizeram a Revolução, já tenha sido tema de Caldre e Fião em **A divina pastora**, considerado o segundo romance da literatura brasileira, e em **O corsário**. Também não causa espanto que, anos depois, no mapeamento da paisagem nacional do projeto literário do romantismo, tenha sido esse o contexto histórico escolhido por José de Alencar para criar o seu **O gaúcho** (1870) e, junto ao reconhecimento do termo que intitula a obra, consagrar a expressão “centauro dos pampas”. Não surpreendem nem espantam porque o enfoque que fazem da célebre Revolução enfatiza uma causa nacional, mostrando o rio-grandense, ou gaúcho, como brasileiro. Nesse intuito, Caldre e Fião condena a Revolução, como mostram as palavras da personagem Hendrichs, um colono alemão:

- Tendes observado, disse Hendrichs, quantos embates de paixões diversas tem havido no campo da revolução? Pois bem, é este sempre o resultado infalível das intestinas guerras. Guerra civil! Flagelo imenso de todos os povos! Quando deixarás de aparecer entre os homens e de roubar-lhes os brandos gozares da paz amena e deleitosa ao coração do homem? Recaia a maldição do inferno sobre aquele que ousar soprar os brandões da discórdia e que ousar manchar com hálito pestífero os laços da fraternidade humana! (1992, p. 34)

A posição de José de Alencar, que trabalha em um projeto literário agregador à monarquia, enfatizando as diferenças regionais para mostrar a diversidade de uma mesma nação, também é contrária à guerra farroupilha, explicitada que foi na intromissão argumentativa do autor cearense na sua narrativa:

Não foi unicamente um crime político, um atentado à integridade do Império, foi mais do que isso: foi um grande erro que felizmente não se consumou. A separação do Rio Grande seria um sacrifício de sua nacionalidade, que brevemente ficaria absorvida, senão aniquilada pela anarquia das repúblicas platinas. Não se decepa um membro para dar-lhe força. (1978, p. 81)

Tanto em Caldre e Fião como em Alencar, a Revolução Farroupilha não é enaltecida ou glamourizada, porém serve como contextualização de uma região que, sendo fronteira, é marcada historicamente por sua condição bélica, o que impõe o perfil de um tipo independente, altivo e corajoso, próprio para o delineamento do herói romântico da época. Pesavento chama a atenção de que as representações realizadas por Caldre e Fião, um gaúcho que vivia na corte do Rio de Janeiro, e por José de Alencar, um cearense que nunca pisou solo rio-grandense, junto a outros autores – como o também gaúcho e também vivendo na corte Antônio Álvares Pereira Coruja, que publicou, em 1852, a **Coleção de vocábulos e frases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul** e, entre 1886 e 1890, uma série de crônicas intituladas **Antigualhas**, e o português Augusto César de Lacerda, que adotou o Brasil para viver e escreveu o drama teatral **O monarca das coxilhas**, encenado no Recife em 1867, além dos relatos dos viajantes europeus nas primeiras décadas do século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire, Nicolau Dreys<sup>3</sup> e Arsène Isabelle –, foram visões “desde fora” do Rio Grande do Sul. Em **O continente**, Erico Verissimo ilustra essa representação de quem se coloca como observador através da sua personagem Dr. Carl Winter que, em carta a Carl Von Koseritz, referindo-se aos habitantes do Rio Grande do Sul, escreve: “[...] nunca vi gente mais ativa. Estão sempre prontos a lançar, domar, parar rodeios, correr carreiras e principalmente a travar duelos e ir para a guerra.” (VERISSIMO, 2004, p. 86)

Caldre e Fião tenta justificar sua autoridade dizendo que “é necessário ser Rio-grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul” (1992, p. 81) para ter conhecimento e escrever sobre a então província. No entanto, Pesavento enfatiza que a percepção à distância favorecia um certo senso comum na visualização do sul, correspondendo a uma formulação positiva, ou seja, apesar de “diferente”, o gaúcho era “um ser nacional”. Dessa forma, quando as

---

<sup>3</sup> Este viajante francês, que chegou ao Brasil em 1817 e que, em 1839, publicou **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**, fez a seguinte descrição de Bagé e da hoje Jaguarão, chamando a atenção para suas localizações fronteiriças: “Além da Coxilha Grande, da parte de O., a província compreende ainda a povoação de Bagé quase limítrofe à linha divisória, entre os nascentes do Ibicuí-Guaçu, do Rio Negro e do Jaguarão; mais abaixo deste último rio, isto é, a 6 léguas mais ou menos de sua embocadura na Lagoa Mirim, ergue-se a freguesia do Espírito Santo do Serrito, no cume de uma eminência cujo declive continua com suavidade até as águas do rio. Ambos os lugares pouco têm de notável, fora da circunstância de sua posição na extrema fronteira que confina com os estados independentes da Sul-América; a povoação do Serrito, a saber: a parte superior que encerra os quartéis, os armazéns e a casa do comandante, está fechada em estacas que podem servir para preservá-la das correrias de patrulhas inimigas.” (in SOARES; FRANCO, 2010, p. 26)

narrativas “desde dentro” se consolidam com a fundação do Partenon Literário<sup>4</sup>, em 1868, já estavam traçados os caminhos para a identificação do gaúcho como brasileiro.

Antes disso, no entanto, versos de origem popular que apareceram durante o decênio revolucionário (1835-1845) atestam, conforme identifica a pesquisadora Maria Eunice Moreira, “o caráter separatista do movimento” (in BAUMGARTEN; MOREIRA, 2001, p. 147). São manifestações de tradição oral, recopiladas por Apolinário Porto Alegre, João Simões Lopes Neto e Augusto Meyer em, respectivamente, **Cancioneiro da Revolução de 1835** (1891), **Cancioneiro guasca** (1910) e **Cancioneiro gaúcho** (1952), que mostram, ainda segundo Moreira, que

A Revolução Farroupilha, por seu caráter separatista e regional, consolida o processo de idealização, em que se confundem mito e realidade.  
De outra parte, o regionalismo, enquanto corrente literária, está ligado ao separatismo sul-rio-grandense, cuja origem se encontra no episódio farroupilha e nos ideais que o cercam. (idem, p. 153)

Nos versos dos cancioneros, quando ainda eram palpantes os enfrentamentos bélicos contra o poder imperial, o regionalismo manifesta-se por uma visão localista que enfatiza a separação, heroiciza os combatentes rio-grandenses e estrangeiriza o opositor, como demonstram as anônimas estrofes

Fortes braços farroupilhas  
Nunca sabem fraquejar,  
Hão de punir os tiranos,  
Hão de a pátria libertar.

Não hão de os vis galegos  
Nossa pátria dominar,  
Somos livres rio-grandenses,  
Sempre havemos triunfar (in PORTO ALEGRE, 1981, p. 67)

A guerra enseja que se inflame a coragem e se incite o entusiasmo na vitória, de modo que os cancioneros funcionem tal como o *cancionero gaucho* das lutas do Prata contra os espanhóis pela independência e depois contra os luso-brasileiros, quando estes

---

<sup>4</sup> Sociedade frequentada por mais de 50 poetas e prosadores do interior e da capital do Rio Grande do Sul – “alguns nomes, poucos, de valor indiscutível e dos quais ainda hoje se fala com admiração. O resto era constituído de curiosos, hóspedes da literatura” (SILVA, 1930, p. 37). Apadrinhada por Caldre e Fião, que voltara ao sul, e liderada por Apolinário Porto Alegre, tinha entre seus membros autores como Vítor Valpírio, pseudônimo de Alberto Coelho da Cunha; Apeles e Aquiles Porto Alegre, irmãos de Apolinário; Francisco de Sá Brito; Carlos Von Koseritz; Múcio Teixeira; entre outros.

ocupavam a Cisplatina, como foi o caso dos “Cielitos” atribuídos a Bartolomé Hidalgo e outros de autores desconhecidos, como o que segue:

No hay miedo, pues los macetas  
No han de atropellar el cerco;  
Que Artigas anda a las yeguas,  
Y dejó los potros dentro.

Cielito de los reyunos,  
Ay cielo de los porteños,  
Que al decir ¡Viva la Patria!  
Se c... en los gallegos. (in BECCO, 1967, p. 27)

Nos dias de hoje, intenções separatistas do Rio Grande do Sul não encontram ressonâncias que possam conter significância nem mesmo dentro do Estado. Há alguns anos, houve murmúrios isolados nesse sentido, mas a não recepção popular a essa ideia mostrou a insensatez da proposta. No decorrer do século XIX, entretanto, ainda sob regime imperial, muitos pensadores desta província sulina sentiram a necessidade de explicitar suas convicções e reforçar seu patriotismo ao Brasil. Foi o caso de Joaquim Caetano da Silva que, em encontro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em 1851, quando fazia o lançamento do seu livro **Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa**, dirigiu-se ao Imperador Dom Pedro II, dizendo:

Nascido na margem do Jaguarão, na raia meridional do Brasil, deleito-me em circungirar a vista por todos os remotos confins deste vosso vastíssimo Império; em elevado pelas pomposas maravilhas da sua indisfarçável magnificência, ensoberbeço-me com a ideia de que todo ele é minha Pátria. Cioso da mínima leiva deste território paradisíaco, empenho votos para que todos os brasileiros desferrolhando-se para sempre das masmorras do provincianismo, sublimem-se de uma vez às olímpicas assomadas de seu âmbito completo, e sem distinção de Rio-grandense, ou Paraense, o abarream impenetravelmente em amplexo fraternal; e quando as Nações gigantes porfiam em perpétuos e onímodos esforços para mais se engrandecerem, não nos apresentemos nós ao Mundo ostentando por alvo glorioso e a pigmeiar-nos. (SILVA apud SILVA, 1998, p. 51-52)

É certo que existiram vozes separatistas desde o começo das manifestações que vieram a provocar a secessão de 1836, como comprova o artigo publicado no dia 27 de dezembro de 1835 em “O Continentista” – jornal editado em Porto Alegre e dirigido pelo italiano Tito Lívio Zambeccari e também, supõe-se, pelo uruguaio Manoel Ruedas –, onde se sustentava dar continuidade e aprofundar o movimento iniciado no dia 20 de setembro daquele ano, quando Antonio Rodrigues Fernandes Braga foi deposto da Presidência da Província:

Quando uma série não interrompida de vexações e sofrimentos obriga a um povo a procurar nas armas o último recurso para remediar os males que o oprimem, ele não deve deixar imperfeita a sua obra: deve fazer os últimos sacrifícios para completar a sua empresa, tendo em consideração as perseguições e os castigos que o aguardam se, por ventura, fraqueia e abandona o caminho da honra: ao contrário tudo deve sacrificar a fim de salvar das garras da tirania e da opressão a sua pátria, destinando-lhe entre as nações do universo o lugar separado [...]; devendo nos servir de exemplo o brio, o valor e firmeza dos nossos vizinhos cisplatinos, que tudo sacrificaram para debelar a tirania e despedaçar as vergonhosas cadeias que algemavam seus pulsos. Rio-grandenses livres, é preciso preparar-vos para unidos e firmes sustentardes a grande obra. (in SPALDING, 1963, p. 26-28)

Os discursos oficiais dos rebeldes, porém, divergem dos posicionamentos mais exaltados naquele início dos enfrentamentos com o poder central. Tanto que, quando a Câmara Municipal de Pelotas, preocupada com os rumos que se delineavam, acrescidos pela negação da posse de José de Araújo Ribeiro, novo presidente nomeado pela Regência do Império, indagou os chefes farroupilhas sobre os rumores de separação, em carta com data do dia 29 de dezembro de 1835, o então coronel Antônio de Souza Netto respondeu:

Eu (identificado com os princípios que animam a todos os verdadeiros patriotas autores da gloriosa data de 20 de setembro) posso assegurar a Vv. Ss. que não é possível levantar o colo esse emérito partido republicano que apareceu em Porto Alegre com intento de nos separar da associação brasileira. (idem, p. 29)

A própria proclamação de Bento Gonçalves da Silva do dia 25 de setembro de 1835, explicando os motivos do levante e justificando o episódio do dia 20 anterior, conferia integridade ao Brasil e descartava a ideia de república:

Sim, Compatriotas, devemos ao Brasil que neste momento tem seus olhos fitos em nós, esta manifestação tanto mais sincera e pronta, quanto maior é o dever em que nos achamos de desvanecer os temores com que nossos inimigos o quiseram alarmar, acusando-nos de sustentar vistas de desunião e república. (idem, p. 284)

Em outro manifesto aos habitantes da cidade de Porto Alegre, o líder rebelde confirmava seu posicionamento, aclamava o Império e dizia que a deposição de Fernandes Braga

foi obra de um só momento. Eis aqui, cidadãos, o poder da opinião. A tempestade foi passageira, e a calma deve suceder em vossos corações. [...] Tranquilizai-vos, eu vos peço novamente em nome dos bravos que, para vosso bem e prosperidade, bradaram: – Viva a liberdade! Viva o nosso jovem monarca constitucional! Viva a Constituição reformada! E vivam todos os corajosos rio-grandenses livres! (in VARELA, 1915, p. 538)

Também a proclamação do deputado Marciano Pereira Ribeiro, empossado Presidente da Província pela Assembleia Legislativa, asseverava aos rio-grandenses: “Cerrai os ouvidos aos perversos e intrigantes que procuram amedrontar-vos com ideias e falsos boatos de repúblicas, roubos, mortes e separação da província.” (idem, p. 539)

Para o historiador Alfredo Varela, no entanto, os movimentos de setembro de 1835, que culminaram na proclamação da República Rio-grandense no ano seguinte, já estavam delineados desde há muito tempo:

afirmei e afirmo que havia muito se achava assentado o movimento emancipador. Absurdo acreditar que, de 20 de julho [de 1835] a dois meses depois, se organizasse uma sublevação da forma pela qual se produziu essa. O que Bento Gonçalves resolveu com os deputados do seu círculo e mais amigos da causa, e com a aquiescência de Bento Manuel [...], foi o *modus faciendi*, o plano, para derrubar as autoridades supremas da província e assenhoriarem-se desta. (idem, p. 518)

Também é da opinião de Varela que a conjuntura política rio-grandense era motivada por conturbações políticas vividas no Uruguai, onde, por parte do caudilho Juan Antonio Lavalleja, houvera tentativa de destituição do presidente Fructuoso Rivera. As escaramuças da Banda Oriental foram absorvidas por José de Alencar, que incorporou no seu romance ambientado na paisagem pampiana fatos históricos que tiveram grande repercussão e interferência em episódios fronteiriços:

Naquela tarde do dia 29 de setembro de 1832, havia no povoado [Jaguarão] uma agitação, que indicava algum fato extraordinário. Os habitantes em turmas enchiam as ruas, e especialmente a das Palmas, que fica fronteira ao quartel. A razão desse ajuntamento, e do alvoroço que se percebia entre o povo, podia conhecê-la quem se desse ao trabalho de escutar as falas daqueles bandos de curiosos.

- Foram batidos?

- Completamente. Rivera caiu sobre eles que foi uma lástima.

- E Bento Gonçalves os prendeu?

- Não vai desarmá-los?

- Ande lá, acudiu um tropeiro, que o Lavalleja é um duro. Há de tirar a desforra.

Com efeito, Juan Lavalleja, o herói da independência de Montevidéu, sua pátria, tendo-se revoltado contra o Presidente da República, Fructuoso Rivera, fora afinal derrotado pelas forças legais e obrigado a passar a fronteira.

[...] Desde 1832, quando se realizou em Jaguarão o desarmamento de D. Juan Lavalleja pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, plantaram-se na província os germes de uma conspiração, no sentido de proclamar a independência e república. O caudilho oriental tinha empregado os maiores esforços para fomentar essa propaganda, que favorecia seus planos de trêfega ambição. (ALENCAR, 1978, p. 18; 79-80)

O jornal “Recopilador” noticiava, em novembro de 1834, que outro periódico, o “Sentinela”, “caluniava ao protetor da liberdade oriental, o herói Lavalleja, e rende os maiores elogios ao tirano que o oprime” (VARELA, 1915, p. 521). Meses depois, em março de 1835, o mesmo “Recopilador” anunciava a eleição de Manuel Oribe na República Oriental do Uruguai, rendendo grandes elogios ao novo presidente e destratando Fructuoso Rivera como ladrão, traidor e, complementa Varela, “para que os doestos firam mais cruelmente, traça a franca apologia de seu competidor [Lavalleja], mimo dos liberais rio-grandenses” (idem, ibidem). Com tal que o historiador questiona:

A insistência nas agressões, a demasia das últimas, que prova? Grande simpatia por Lavalleja [...]; mas, por grande que fosse, a acrimônia da linguagem chegaria a estas sangrentas injúrias se os farroupilhas não vissem em Rivera, além do inimigo do foragido oriental, um empecilho aos planos que acalentavam? Por outra parte, melindrado dom Fructos, e sem piedade alguma, é admissível que se não dispusesse em favor do partido de Braga, que na província se opunha a seus insultadores? (idem, ibidem)

Segundo Varela, existia opinião de que, em 1834, o Rio Grande do Sul estaria dividido entre “fructistas e lavallejistas”. Por isso, afirma que “nada mais foi que um reflexo das revoluções cisplatinas a nossa, de 1835 a 1845”. (idem, p. 522)

Diante de diferentes abordagens, intencionalmente emancipadora para uns e para outros não, pode-se concluir que a Guerra dos Farrapos, diz o jornalista José Antônio Severo, “é o mais regional, o mais nacional e o mais internacional fato histórico produzido no Rio Grande do Sul” (2004, p. 14), pois foi regional, no sentido de local, por criar uma República independente; foi nacional por defender um regime republicano para o Brasil; e foi internacional por investir em um ideário iluminista, com a participação de lideranças como Giuseppe Garibaldi, um republicano revolucionário nos dois lados do oceano Atlântico. A diversidade nas considerações de um mesmo episódio marca, segundo pesquisa de Carlos Alexandre Baumgarten, um discurso crítico que está na origem do regionalismo, conforme atestam palavras de Glodomiro Paredes publicadas na revista “Arcádia”, em 1869: “Já me quer parecer que vejo um Bernardim Ribeiro a descrever a vida do gaúcho, o ser nacional por excelência, tão cheia de lances poetizáveis [...] o Rio Grande que, moralmente, forma uma nação à parte, também terá um literatura, propriedade sua”. (apud BAUMGARTEN in BAUMGARTEN; CURY; VAZ, 2005, p. 140). Assim, no mesmo discurso, apresentam-se uma perspectiva integrante (“gaúcho, o ser nacional”) e outra separatista (“nação à parte”) na relação da província com a nação.

Se as considerações de Alfredo Varela indicam uma internacionalização do que foi a Revolução Farroupilha, o que, de certo modo, se confirma com a fuga do legalista comandante de armas Sebastião Barreto Pereira Pinto para o território uruguaio, acolhido pelas forças de Rivera, e também com a participação de militantes orientais, como o veterano Bonifacio Calderón, dos italianos Garibaldi, Luigi Rossetti e Tito Livio Zambecari, do mercenário inglês John Grenfell e outros mais nas batalhas que se travaram no solo rio-grandense; por outro lado, há autores que costumam lembrar um fato não comprovado, mas que orienta uma visão nacionalista do levante farroupilha, como descreve João Neves da Fontoura em suas **Memórias** (1958):

Lá vai mais de um século, quando a Revolução Farroupilha atingia o fim de suas forças e possibilidades, depois de quase dez anos de combates e guerrilhas, o ditador Rosas querendo cravar no Sul uma ponta de lança contra a política exterior do Brasil, cometeu o erro psicológico (esses erros nos ditadores platinos sempre se repetiram embora sob formas diferentes; veja-se o caso de Perón) de oferecer soldados, armas e recursos aos revolucionários gaúchos. A resposta não se fez esperar, naquele texto, digno das falas dos heróis antigos e assinado por Davi Canabarro: ‘Senhor, o primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue para assinarmos a paz de Piratini com os imperiais, pois acima do nosso amor à República está nosso brio de brasileiros’. E foi assim que acabou a guerra dos farrapos! Os combatentes de um e outro lado – vencidos não houve! – terminaram unidos, nos campos de Caseros, em que tombou a ditadura da mazorca rosista”. (FONTOURA, 1958, p. 3-4)

A reflexão presente nas palavras de Fontoura de que “vencidos não houve” ao fim da epopeia farroupilha ilustra um autoconceito dotado de positividade que se construiu a partir das negociações de uma paz acertada para um final honroso, mesmo que para isso se tenha efetivado um episódio horroroso: em Porongos, tropas imperiais dizimaram o desarmado Corpo de Lanceiros Negros, cujos integrantes participaram da guerra farroupilha visando sua liberdade.

Existindo essa construção imaginária de não derrota, a Revolução Farroupilha será o fato histórico que proporcionará uma temática identificada com os ideais de escritores das últimas décadas do século XIX, pois, como assinala Regina Zilberman, “os sul-rio-grandenses provavelmente não se viram constrangidos a utilizar aquele que consideravam o evento histórico mais importante da trajetória da Província para declararem seus princípios e visão da sociedade em que viviam.” (in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p. 71). Reunidos no Partenon Literário, uma legião de escritores expandiu a vida literária e cultural na província, organizando bibliotecas, ministrando aulas noturnas e discutindo

através de revistas literárias, como “Arcádia”, “Murmúrios do Guahyba” e a própria “Revista Mensal do Partenon Literário”, não só questões literárias – afirmadas por uma proposta regionalista –, mas também aspectos políticos e sociais, como a república e a escravidão. Como registra Guilhermino Cesar, fazendo referência a texto publicado em 1850 no jornal “O Filantropo”, do Rio de Janeiro, o patrono do Partenon Literário já era defensor da abolição desde longa data: “por denúncia de Caldre e Fião<sup>5</sup>, sabe-se que, em meados do século XIX, apenas ‘um abutre contrabandista de carne humana’, Manuel Pinto da Fonseca, introduziu na província para cima de vinte mil africanos importados ilegalmente” (CESAR, 2002, p. 32).

A Revolução Farroupilha serviu como referência para acentuar o enfrentamento político ao regime monarquista no momento em que a economia brasileira se industrializava, alterando a produção e, com isso, enfraquecendo o poder das oligarquias até então vigentes. Lígia Chiappini aponta que “o projeto do Partenon Literário reproduzia a ideologia dos fazendeiros da campanha gaúcha, ou melhor, a fração dessa classe que perdia a hegemonia à medida que surgiam outras forças políticas e econômicas no estado, a caminho da modernização.” (in PIZARRO, 1994, p. 672). Na época, a economia do Rio Grande do Sul movimentava-se pela produção de charque, que era fabricado em safras de duração relativamente curta, sendo dispendiosa a manutenção de numerosa mão de obra escrava. Assim, segundo João Pinto da Silva, os membros do Partenon não se restringiram a discursos: “Aliando a palavra à ação, apesar das dificuldades materiais que o assediavam, [o Partenon] alforriou, por sua conta, mais de cinquenta escravos.” (1930, p. 38). Sociedades abolicionistas seguiram o exemplo e, em 1884, houve esforços libertários e, em atos voluntários de senhores donos de escravos, grande quantidade de cativos tornou-se livre, sinal de que já se anunciava o fim do Império.

Porém, até as últimas décadas do século XX, a historiografia tradicional não reconhecia na economia pastoril do Rio Grande do Sul uma forte presença de cativos. Quando existentes, dirimia-se sua exploração, pois os proprietários das estâncias e seus familiares desempenhavam as mesmas funções que seus peões e cativos, construindo assim o mito de uma democracia rio-grandense no campo. Em **Viagem ao Rio Grande do Sul**,

---

<sup>5</sup> Supõe-se que as desavenças com os escravocratas tenha custado a Caldre e Fião o desaparecimento do seu primeiro romance das livrarias e bibliotecas, tendo sido recuperado somente 145 anos depois pelo livreiro Adão Fernando Monquelat, que localizou um exemplar de **A divina pastora** em um sebo de Montevideu, possibilitando a sua reedição em 1992.

registrando sua passagem pela província entre 1820 e 1821, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire relatara:

[...] não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. (1999, p. 47)

O viajante fez ressalvas no tocante às charqueadas, porém não condenou o tratamento “enérgico” dispensado aos cativos rebeldes, ou “cheios de vícios”, conforme qualifica:

Afirmo que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do País. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas charqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia. (idem, p. 73)

Mais ao final daquele século, jovens acadêmicos republicanos, sob encomenda do Clube Vinte de Setembro, do qual faziam parte estudantes gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo, também publicaram obras efetuando considerações da mesma ordem. A **História popular do Rio Grande do Sul**, escrita por Alcides Lima em 1882, ainda quando a escravidão era vigente no Rio Grande Sul e no Brasil, anota uma quase ausência de cativos na formação sulina porque

A vida fácil e folgazã dos campos, os hábitos aguerridos e livres que o povo tinha contraído, os exercícios constantes de destreza física e de independência moral a que estavam sujeitos pelo gênero de vida que adotaram, haviam colocado a população em antagonismo completo com as leis semibárbaras da metrópole portuguesa (1935, p. 103)

Os argumentos de Joaquim Francisco Assis Brasil em **História da República Rio-grandense**, obra publicada no mesmo ano do livro do seu colega Alcides Lima, seguem conferindo menor utilização de mão de obra escrava, enfatizando a dificuldade do transporte e as condições econômicas da população:

[...] o infame comércio não poderia ser ali exercido com grandes vantagens: antes de tudo, a difícil e perigosa entrada da barra, onde não havia ainda um serviço regular de praticagem, e depois a pobreza dos habitantes, que não permitia larga saída à negra mercadoria, deviam ser obstáculos de considerável monta. Assim é que, pela época da revolução da província, bem que já o sangue etíope houvesse penetrado na massa da população, não era, contudo, em quantidade eficiente que acentuasse nela uma influência decisiva. (1982, p.15)

É possível entender que as análises de Alcides Lima e de Assis Brasil estejam relacionadas à propaganda republicana e abolicionista que defendem, adotando um discurso que se mostra consonante com a tradição política rio-grandense que se coloca em convergência com os ideais das lutas farroupilhas do decênio de 1835 a 1845. Porém as alegações da pequena presença de cativos no pampa terão continuidade durante o século XX. Na sua **História literária do Rio Grande do Sul**, João Pinto da Silva avalia que o contingente de cativos não era numeroso na província porque o trabalho no campo não demandava uma presença significativa: “Não abundaram, por aqui, os escravos, principalmente porque a nossa, naquele tempo [século XIX], única indústria não reclamava, como ainda hoje não reclama, grande quantidade de braços.” (1930, p. 67). Não divergindo dos autores que o antecederam, Guilhermino Cesar, em **História do Rio Grande do Sul: período colonial**, de 1970, reafirma as alegações apresentadas, declarando que os povoadores açorianos do século XVIII, sem recursos, cuidavam sozinhos de suas produções na lavoura; e que ao colono alemão, que chegou à província no século XIX, proibia-se a utilização de cativos, de modo que “quer as autoridades coloniais, quer as do Império, não protegeram, antes evitaram, a entrada do elemento servil na extremadura brasileira.” (CESAR, 2002, p. 30). Porém, o mesmo autor informa que muito da documentação dos registros das matrículas de escravos desapareceu depois que Rui Barbosa, quando Ministro da Fazenda, mandou queimar os livros referentes ao comércio de negros “para que não restasse lembrança de semelhante ignomínia em nossos arquivos” (CESAR, 2008, p. 246). Décio Freitas e Luiz Roberto Targa também apontam que a produção pastoril sulina funcionava essencialmente através do trabalho livre, reconhecendo que o negro cativo desempenhava apenas tarefas auxiliares em apoio à atividade principal da produção criatória do gado. Talvez essas considerações dos historiadores se dêem porque seria complexa a introdução de um africano em trabalhos exercidos por peões no campo. Na África não se conhecia o pastoreio extensivo realizado por homens a cavalo. A aprendizagem da montaria para capturar o gado em campo aberto com boleadeiras ou laço exigia treinamento de anos, e as tarefas de derrubar, marcar, castrar, carnear e domar animais eram práticas muito difíceis para quem não estava habituado. No entanto, estudos recentes, como os dos historiadores Mário Maestri e Helen Osório, atestam, junto ao trabalho agrícola e à produção das charqueadas, atividades pastoris realizadas por cativos. Documento firmado pelo general Bento Manuel Ribeiro, quando se preparava para o

terceiro sítio de Porto Alegre na época da Revolução Farroupilha, em junho 1838, evidencia a existência do negro campeiro:

Tendo chegado à vista de Porto Alegre no dia 11 do corrente, logo no dia 12 se fez sobre os arredores da cidade uma emboscada, da qual resultou ficar em nosso poder 500 reses, entrando 200 bois mansos, 200 cavalos, 80 em muito bom estado, um rebanho de ovelhas e 14 negros que cuidavam do gado. (Ofício de 16/06, de Aldeia dos Anjos, AHRS, doc. nº 7737 da Coleção Varela apud FRANCO, 2000, p. 85)

Maestri conclui, então, que o manejo do gado no campo pelo negro cativo, a pé ou a cavalo, deu-se devido à expansão demográfica da população escravizada, de modo que “crianças cativas do sexo masculino seriam destinadas, desde tenra idade, para essas tarefas, tornando-se hábeis trabalhadores nas tarefas pastoris.” (2008, p. 232). Para o surgimento de uma narrativa como a do “Negrinho do pastoreio” é admissível que tenha sido frequente o envolvimento de crianças cativas no trabalho com animais no campo, assim como é provável que maus-tratos aos escravos não fossem incomuns nas estâncias do pampa, tendo a lenda, portanto, surgido depois de muitos históricos “negrinhos do pastoreio”, retratados na literatura do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai. Bem como, a formação de um regimento do exército farroupilha formado unicamente por africanos e seus descendentes, o Corpo de Lanceiros Negros, durante a Revolução de 1835, só foi possível pela prática de montaria e conhecimento de habilidades não restritas unicamente ao trabalho agrícola. Havendo castigos a escravos nas estâncias e o voluntariado dos negros na Revolução Farroupilha, talvez os únicos que tinham certeza dos seus objetivos na guerra – a liberdade prometida pela república –, é possível compreender que os estudos históricos contemporâneos, reconhecendo uma participação importante de cativos no trabalho pastoril, possuam conclusões mais pertinentes e fundamentadas.

Como observa Regina Zilberman, a “história foi, desde o começo da literatura no Rio Grande do Sul, o berçário da ficção gaúcha” (2004, p. 69), designando substratos que, abordados pelos autores regionalistas, constituíram temas que, junto a configurações de tempos, espaços e personagens, conformam obras identificadas com a cultura própria do lugar, mas que, ao mesmo tempo, dialogam com territorialidades mais amplas. Isso porque, aponta o escritor Milton Hatoum, “a ‘verdade essencial’ de uma obra não é uma verdade ontológica, e sim a verdade do drama humano que o texto de ficção encerra: os personagens e os conflitos com eles mesmos e com os outros na teia da narrativa” (2004, p. 88). Isso confere perceber que não exclusivamente do “conteúdo”, como concebia a crítica

literária tradicional, se realiza a obra regionalista. Uma interessante passagem descrita por Julio Cortázar ilustra esse entendimento. No texto “Algunos aspectos del cuento”, o escritor argentino relata que

[...] en una rueda de hombres de campo a la que asistíamos unos cuantos escritores, alguien leyó un cuento basado en un episodio de nuestra guerra de independencia, escrito con una deliberada sencillez para ponerlo, como decía su autor, “al nivel del campesino”. El relato fue escuchado cortésmente, pero era fácil advertir que no había tocado fondo. Luego uno de nosotros leyó “La pata de mono”, el justamente famoso cuento de W.W. Jacobs. El interés, la emoción, el espanto, y finalmente el entusiasmo fueron extraordinarios. Recuerdo que pasamos el resto de la noche hablando de hechicería, de brujos, de venganzas diabólicas. (2004, p. 531)

Cortázar faz a crítica aos que acreditam que “para escribir un cuento lo único que hace falta es poner por escrito un relato tradicional, conservando todo lo posible el tono hablado, los giros campesinos, las incorrecciones gramaticales, eso que llaman el color local” (idem, p. 526). Essa seria uma forma reducionista e falsa por acentuar nada mais do que exotismos que se apresentam como distantes, pois não são capazes de representar de forma produtiva os tempos e espaços a que se propõem. O alcance da quebra do exotismo se dá na capacidade de nomear para, assim, dominar. Segundo Luiz Antônio de Assis Brasil, a “nomeação – ou *nominação*, se assim o desejarem – sintetiza, no plano simbólico, o assumir aquele espaço regional para si. É outra forma de dizer o ‘Esta terra tem dono’, de Sepé Tiaraju.” (2004, p. 32). Assis Brasil ressalva que isso não quer dizer que a literatura regionalista seria uma forma de isolamento, mas ao contrário, pois, como apontado pelo escritor em citação acima, “passa a pertencer a todos”. Isso significa que a grandeza pode estar no lugar onde se está, ou seja, conforme reflexão do escritor Tabajara Ruas, “a grandeza está ao nosso alcance, está ao nosso lado, basta saber olhar” (2004, p. 62). O escritor de Uruguiana investe nessa assertiva e, em **Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez** – “la más autobiográfica de sus novelas”, no dizer do ensaísta Pablo Rocca –, homenageando a Erico Verissimo, traduz a interação entre imaginação e realidade atingida somente por obras bem construídas, incluindo-se as regionalistas. No romance de Ruas, em passagem que tem a ver com a experiência de vida do autor, um menino, acostumado a ler peripécias de personagens de lugares distantes, se surpreende e se encanta ao conhecer as aventuras do Capitão Rodrigo:

O capitão já surgia entre nuvens de fumo e pólvora. Investindo contra canhões castelhanos, arrebatando bandeiras. Ali, naquele sábado, no portal da casa, depois do almoço, aquecido pelo sol da primavera, o adolescente ouviu o som de patas de cavalo e levantou os olhos da página que lia. O cavaleiro vinha vindo

pelo meio da rua de terra, a trote, silencioso e solitário, imponente no ponche negro, chapéu de barbicacho, rebenque pendendo do pulso. O cavalo subia e descia sobre a rua inquieta, as crinas relampejavam. O cavaleiro passou em frente ao rapaz. Tocou com dois dedos a aba do chapéu e foi se afastando no mesmo trote cadenciado, como uma aparição ou como se tivesse saído das páginas do livro. (RUAS, 1994, p. 39-40)

A abordagem regionalista na literatura sul-rio-grandense tem uma longa trajetória, com matizes diferentes no seu desenvolvimento, conforme as épocas vividas por cada autor. Constante é o enfoque histórico na construção de um passado, pois, conforme sugere Guilhermino Cesar, “como região fortemente individuada pelos contratempos da História, a Campanha veio a ser palco de uma interação social em que a economia pastoril, os conflitos e rivalidades de fronteira imprimiram muito cedo marcas próprias, ainda não apagadas de todo” (1994, p. 27). Tem-se buscado, assim, um pertencimento que, conforme a intenção, configura territorialidades com maior ou menor abrangência. Essas configurações projetam-se pela crítica literária, realizando demarcações ou rompendo os limites para estabelecer relações diferentes daquelas tradicionalmente emolduradas.

Na atualidade, entre outros escritores, Tabajara Ruas é um dos que, resgatando personagens e acontecimentos da história, tem apresentado romances que, no diálogo com as tradições literárias e históricas, conferem questionamentos a visões consagradas, realizando, assim, a construção de um regionalismo revigorado, pois sua produção infere outras possibilidades na percepção do passado. Antônio de Souza Netto, como sua personagem literária, no cotejo com a história contada em diferentes fronteiras, percorre um caminho de multiplicidades.

## 2. FRONTEIRAS DE UMA TERRA INDECISA

O limite entre a região sul do Brasil e o Uruguai tem um passado de movimento, tendo sido identificado em diferentes lugares no transcurso dos tempos. Esse histórico configurou uma fronteira permeável, onde um e outro desses países possuem marcas imbricadas de identidade e alteridade. Isso leva a considerar, como aponta João Pinto da Silva ao historiar a literatura sul-rio-grandense, que “o nosso regionalismo é todo de acentuado cunho fronteiriço, ainda quando a ação de contos e novelas se desenvolve longe da linha divisória.” (1930, p. 129)

Caracterizando um território aberto à interferência e aos influxos de variadas contribuições culturais, a fronteira constitui-se em um entrelugar, onde a porosidade e o trânsito que lhe são próprios operam constantes movimentos de expansão e retração. Assim, conforma um território híbrido, onde um mesmo aspecto – a linguagem, por exemplo – pode proporcionar relações de aproximação e distanciamento com o Outro. Uma situação exemplificadora disso dá-se quando, no comércio de Jaguarão, um cliente pede por alguma mercadoria que já não há no estabelecimento. Então o vendedor responde: “Não me fica mais”. Para um brasileiro que não é do lugar, em um primeiro momento, é difícil compreender a informação. Já para um uruguaio, mesmo que não fale Português, o entendimento é facilitado, pois, além da sintaxe emprestada da Língua Espanhola, faz-se uso da tradução literal de uma expressão muito comum no Uruguai: “No me queda más [en el *stock*]”, ocasionando uma construção gramatical que pode ser considerada correta somente em um uso localizado. Fora desse lugar, fora da fronteira, ela perde o sentido. Assim, “Não me fica mais” é Português, mas não é; e é Espanhol, mas também não é; tudo ao mesmo tempo. Ou seja, é uma linguagem fronteiriça que adquire significação através de movimentos de vai e vem linguístico entre os idiomas. De modo similar às trocas linguísticas, outras relações sociais e culturais que se estabelecem no espaço fronteiriço estão sujeitas a intercâmbios de ordens diversas, seja no aspecto econômico – o contrabando, por exemplo –, seja no jurídico – cidadãos com dupla cidadania, denominados *doble chapa* – seja em outros.

Dessa forma, é possível compreender a noção de fronteira como um espaço múltiplo, mestiço e heterogêneo, marcado pelas presenças das diferenças que afirmam

lugares de contato e inter-relação. Mas, mesmo com os meios tecnológicos dos dias atuais que permitem intensificar as relações, ainda são constantes os obstáculos que impõem descontinuidades e barreiras que buscam impedir o trânsito e as aproximações entre povos de tradições culturais diferentes, como são os casos, por exemplo, do muro que separa territórios ocupados por israelitas e palestinos e do muro que, escandalosamente, avança Oceano Pacífico adentro para separar os Estados Unidos do México e de toda a América Latina, impondo a fixação de uma linha, sem conseguir, no entanto, impedir de todo a sua permeabilidade.

Com isso, antes de se tratar da fronteira pelo enfoque literário, convém refletir sobre seus diferentes conceitos e explicitar aspectos históricos e políticos que configuram a região que coloca em contato o Brasil com o Uruguai.

O vocábulo fronteira, derivado de *frons* do latim, tem origem na indicação de um território situado *in frontis*, ou à frente. Parte, pois, de uma significação bélica estabelecida por ações de impérios expansionistas, conferindo ao termo uma caracterização de extremidade, de margem, de confim. Nesse caso, sugere um caráter ambíguo, já que, fixada, a fronteira determina a defesa do território próprio; por outro lado, ela também projeta um deslocamento, visando ampliação do domínio através de novas conquistas.

Destarte

A fronteira não implica uma zona de paragem duradoura, mas sim a paragem perante a falta de condições vitais necessárias, ou então perante a resistência doutro movimento em sentido contrário. A fronteira poderá ser avançada se as condições vitais mudarem nesse sentido, ou então se o movimento em sentido contrário enfraquecer. A mobilidade é portanto um caráter intrínseco da fronteira. (ZIENTARA, 1989, p. 306)

Por esse aspecto engendrado por pulsões expansionistas, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, no século XIX, concebeu conceitualmente a fronteira em razão de ideais deterministas, aliando a sociedade a leis naturais. Explicava, desse modo, sua teoria do *Lebensraum*, o espaço vital que representa equilíbrio entre as necessidades da vida humana e os recursos disponíveis na natureza. Assim, para existir progresso, ampliações territoriais são exigidas, justificando então o projeto imperialista germânico de sua época e conferindo razões para a legitimidade das políticas bismarckianas no processo de unificação da Alemanha.

Também do período oitocentista são as considerações teóricas de Frederick Jackson Turner, estadunidense que, em 1893, definiu o conceito de fronteira por fatores econômicos e sociais que orientaram a evolução histórica dos Estados Unidos e a formação de sua nacionalidade. Os pressupostos de Turner explicam as políticas de colonização por pioneiros na conquista do oeste, expandindo o domínio territorial a partir do desenvolvimento econômico baseado na agricultura. Como bem aclara a pesquisadora Hilda Pívaro Stadniky,

O ponto central da ideia de fronteira desenvolvida por Turner reside na existência das *free lands*, desabitadas, prontas a serem ocupadas pelos brancos de origem ocidental europeia, que nelas vivenciam seus ideais de liberdade, de individualidade, num espaço de oportunidades ilimitadas. A contribuição de Turner para a história norte-americana foi sua argumentação de que o seu passado, caracterizado pela fronteira, melhor explicava a história específica dos Estados Unidos. (s/d)

Nesse sentido, o discurso de Turner é:

O desenvolvimento social americano vive constante recomeço na fronteira. Este renascimento perene, esta fluidez da vida americana, a expansão a Oeste com suas novas oportunidades, este eterno contato com a simplicidade da sociedade primitiva, forjaram as forças dominantes do caráter americano. [...] Neste avanço, a fronteira é o outro lado da civilização – é o ponto de encontro entre a civilização e a barbárie. (TURNER, s/d)

Desse modo, o crescimento econômico oferecido pela fronteira garantiu a interna democracia estadunidense através da disponibilidade das “terras livres desabitadas”. Explícito é que a *Frontiers Thesis* de Turner não reconhecia o mundo indígena que ocupava o espaço invadido pelos colonizadores. Percebe-se então que o “contato com a simplicidade primitiva” que forjou um caráter também dizimou antigas culturas do continente. “Verificavam-se neste caso as condições para uma grande expansão, no decorrer da qual a fronteira se deslocava continuamente para a frente e os habitantes precedentes eram aniquilados, exterminados ou obrigados a recuar.” (ZIENTARA, 1989, p. 312-313)

Esse modelo procurou ser imitado pela política unitária da Argentina independente, ainda em período de construções territoriais da sua nação. Ali, se não alcançou o mesmo sucesso econômico, conseguiu determinar os dramas daqueles que foram recrutados e

forçados a pelear contra os indígenas do pampa, como foi o caso retratado pela personagem Martín Fierro, de José Hernández:

Ay comienzan sus desgracias,  
ay principia el pericón;  
porque ya no hay salvación,  
y que usted quiera o no quiera,  
lo mandan a la frontera  
o lo echan a un batallón. (HERNÁNDEZ, 1967, p. 23)

Acentuando a divisão entre o que denominou civilização e barbárie, concepção exposta na sua obra **Facundo**, o presidente Domingo Faustino Sarmiento, no seu mandato de 1868 a 1874, levou a cabo um projeto pensado, sobretudo, a partir das proposições de **Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina**, livro de Juan Bautista Alberdi, que julgava uma superioridade do urbano sobre o rural. Sarmiento via no pampa um signo maléfico, espaço perturbador por ser impreciso: “El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes y se le insinúa en las entrañas” (SARMIENTO, 1999, p. 39). Ao contrário é a percepção de Augusto Meyer que, reconhecendo transfigurações nas sugestivas paisagens da campanha, dizia:

Ainda prefiro repetir a mim mesmo, num murmúrio interior, a simples trova do trovador anônimo:

*As coxilhas dos meus pagos  
Nalgum tempo foram mar,  
São águas grandes do oceano  
Que um dia Deus fez parar.* (MEYER, 2002b, p. 111)

No entanto, para o escritor e presidente argentino, o campo era ameaçador porque

Si no es la proximidad del salvaje lo que inquieta al hombre del campo, es el temor de un tigre que lo acecha, de una víbora que puede pisar. Esta inseguridad de la vida, que es habitual y permanente en las campañas, imprime, a mi parecer, en el carácter argentino, cierta resignación estoica para la muerte violenta [...] y puede, quizá, explicar en parte, la indiferencia con que dan y reciben la muerte. (SARMIENTO, 1999, p. 40)

Instituiu-se, assim, a chamada fronteira no deserto pampiano argentino, opondo o território descrito como selvagem e aquele preparado para receber imigrantes europeus, onde excluídos ficaram os *gauchos* e os indígenas da sociedade nacional argentina. Como apresenta o historiador Félix Luna,

La inmigración, se suponía, iba a producir con el transcurso del tiempo la fragua de un hombre nuevo; un argentino distinto, trabajador, laborioso, que entendiese de máquinas, que no tuviese esa vocación indisciplinada, libre y dilapidadora del paisano. Es el momento en que Martín Fierro aparece como un arquetipo de gaucho que ya está en su crepúsculo, es el momento en que Estanislao del Campo ridiculiza al gaucho en **Fausto**. La inmigración, entonces, es uno de los elementos que estos hombres creen indispensable para que el país se pueble, sobre todo con razas que puedan mejorar el nivel étnico y la mentalidad de los argentinos criollos. (2004, p. 111-112)

O antagonismo campo *versus* cidade marginaliza o *paisano* que, deslocado de suas referências culturais, sofre ameaças de fim de sua existência. Caberá à literatura, onde “hombres de la ciudad les fabricaron un dialecto y una poesía de metáforas rústicas” (BORGES, 1989, p. 1001) perpetuar a figura do gaúcho através da construção de uma imagem idealizada, concebida na invenção de uma linguagem situada na fronteira do urbano com o rural e entre temporalidades do presente e do passado:

E é esta imagem do gaúcho construído pelo regionalismo, dando ênfase na contradição campo *versus* cidade - que se converte em passado *versus* presente - ou pela exacerbação das qualidades de um tipo regional que só tem lugar no "seu" espaço e no "seu" tempo, que aponta para a existência de uma nova "fronteira", insuspeitada pelos "guascas" da campanha [...]: o enfrentamento e subjugação a um mundo que se urbanizava e industrializava rapidamente. (GUAZZELLI, s/d)

Se nas fronteiras internas, em época em que as nações independentes americanas ainda definiam suas territorialidades, eram conflituosas as relações que conformavam as sociedades, na histórica delimitação das possessões no pampa, desde a ocupação do território por espanhóis e portugueses e, depois, no estabelecimento dos Estados, muitas lutas foram travadas e tratados foram assinados (e desrespeitados) para determinar linhas de separação entre as nações, reconhecidas ora em um lugar, ora em outro.

É possível entender que a história da configuração do que é hoje a fronteira entre o sul do Brasil e o Uruguai nasce na primeira metade do distante século XV, décadas antes da Europa conhecer o continente americano. Em 1421, uma bula papal concedia a Portugal direitos de navegação no Oceano Atlântico e soberania sobre todos os territórios que viessem a ser encontrados pelos tripulantes de suas caravelas. Quando, em 1492, a expedição espanhola de Cristóvão Colombo chega ao nosso continente, tem-se início uma saga de disputas, negociações e guerras entre os reinos ibéricos da qual as nações

independentes americanas serão herdeiras. Isso porque, em 1493, nova bula do Papa Alexandre VI transferiu para a Espanha os direitos antes assegurados aos lusitanos. Para evitar uma guerra na ocupação de um território longe das costas peninsulares é assinado, em 1494, o Tratado de Tordesilhas, um acordo que, apesar de determinar uma imaginária linha divisória traçada na medida de 370 léguas a partir do arquipélago de Cabo Verde, era repleto de indefinições, pois não especificava qual o ponto de partida para a medição, se no centro do arquipélago ou na ilha de Santo Antão, mais a oeste, ou na de Boa Vista, mais a leste, perfazendo uma considerável distância de quase 300 quilômetros. Além disso, sem se conhecer de fato o tamanho do planeta, não se tinham cálculos para precisar e estabelecer as longitudes. A própria medida de uma légua era, na época, variada, pois mudava conforme cada piloto navegador. Isso provocou que nunca se tenha definido um traçado único, reconhecido tanto por Espanha quanto por Portugal. Como consequência, aponta o diplomata Fernando Cacciatore de Garcia,

O meridiano indemarcável serviu de baliza para a ação, pretensões e reclamações mútuas da Espanha e de Portugal. Ambos, em última análise, na América e na Ásia, puderam tirar partido, justamente, das imprecisões mencionadas. Desse modo, marcou a fundo a diplomacia e as guerras luso-espanholas por questões de limites no extremo sul do Brasil. (2010, p. 30)

Segundo estudo do diplomata, as indefinições do Tratado de Tordesilhas são tantas que, mesmo com os conhecimentos de hoje, uma série de leituras são possíveis, permitindo reservar para Portugal desde apenas uma pequena parte do nordeste brasileiro até, em outra interpretação, extensões nas atuais terras argentinas, paraguaias, bolivianas e venezuelanas:

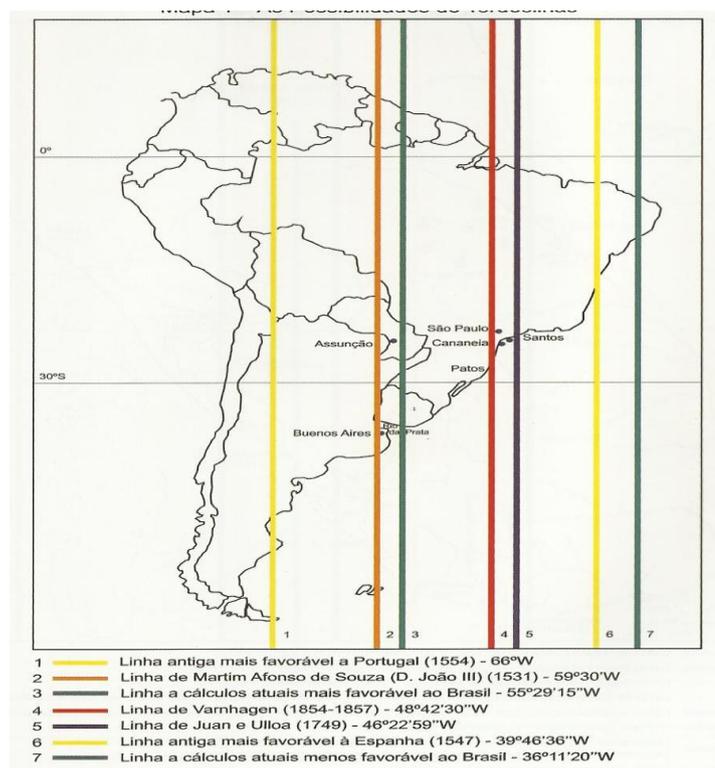


Figura 1: Interpretações da linha do Tratado de Tordesilhas  
 Fonte: GARCIA, Fernando Cacciatore de. Op. cit.

Se, para o reino de Castela, essa linha tinha sua extremidade meridional na atual cidade de Santos, para os portugueses ela deveria passar para além de Buenos Aires. A união das coroas espanhola e portuguesa entre 1580 e 1640 dirimiu as disputas coloniais, porém, em 1680, sentindo-se no seu direito, Portugal funda, às margens do rio da Prata, em frente ao porto de Buenos Aires, a guarnição da Colônia do Sacramento. Para Espanha, isso representou uma invasão, mas para Portugal era nada mais do que tomar posse de um território que lhe pertencia. Assim, acusações de usurpações e retomadas e ocupações autodeclaradas legítimas de territórios foram constantes de uma parte e de outra. É evidente que, mais do que qualquer cálculo matemático e medição, o que prevaleceu nas disputas daquele momento foi o desejo e a soberania da navegação dos rios que davam acesso às minas de ouro e prata no Alto Peru e, posteriormente, a exploração e comercialização do couro dos rebanhos de gado bravo que se alastrou pelos pampas. Além disso, era uma região estratégica para a colonização:

Para los portugueses la cuenca del Plata tenía una doble significación: como zona templada podía constituirse en el granero de las opulentas zonas tropicales; y, geográficamente, era no sólo el resguardo y apoyo necesario para el avance paulistano hacia el oeste, sino que, sin el Plata, el Brasil era un coloso con pies de barro, pues carecía de vías de acceso fáciles hacia el interior. Para España, era el flanco vulnerable de su imperio, ruta atlántica del Perú; y, en particular, para

Buenos Aires y Santa Fe, la Banda Oriental era ya la gran base de su beneficio económico. El pleito de la Colonia fue, por lo tanto, el conflicto esencial de los dos imperios ibéricos en Sudamérica. (REYES ABADIE; BRUSCHERA; MELOGNO, 1970, p. 22)

Conjunturas políticas dos reinos peninsulares na Europa também determinaram pugnas nas colônias americanas, e a delimitação desses territórios foi redefinida por vários outros tratados, como o de Utrecht. Uma guerra europeia – Espanha e França entraram em luta contra Áustria, Holanda, Inglaterra e Portugal – repercutiu nas colônias asiáticas e americanas, e os espanhóis, reivindicando a banda oriental do Rio Uruguai, enfrentaram os lusitanos e ocuparam Colônia do Sacramento. Com a paz firmada na cidade holandesa que dá nome ao tratado, no ano de 1715, Espanha renunciou à posse dessa guarnição, que voltou a ser incorporada à colônia portuguesa na América.

Na região do rio da Prata, desenvolveu-se a exploração do gado selvagem – importante na produção do couro – de cavalos e de burros – capturados e levados para os trabalhos nas regiões mineradoras. Com isso, áreas da atual região sul do Brasil, após investidas de bandeirantes que partiam de São Paulo, começaram a ser colonizadas, em meados do século XVIII, por colonos portugueses oriundos das ilhas dos Açores. A partir da Ilha de Santa Catarina e da Lagoa dos Patos, a colonização açoriana avançou para o interior e, aos poucos, estâncias foram cobrindo as planícies pampianas, sendo o gado o principal fator de penetração. Porém, as lutas entre espanhóis e portugueses continuaram intensas em toda a área correspondente ao atual Uruguai. Tentando garantir a posse desse território, em 1726, os espanhóis já haviam fundado Montevideú e, assim como Portugal, buscavam a colonização do atual estado do Rio Grande do Sul. O confronto ibérico no continente americano foi inevitável, só encontrando paz com o Tratado de Madri, firmado em 1750, em que Portugal cede Colônia do Sacramento, mas, em troca, recebe o território dos Sete Povos das Missões, aldeamentos localizados na margem esquerda do Rio Uruguai, onde jesuítas espanhóis catequizavam indígenas.

Houve muitas dificuldades, porém, para cumprir o Tratado de Madri. Os indígenas sujeitos aos jesuítas não aceitaram ser incorporados à colônia portuguesa, provocando a guerra guaranítica, quando foram dizimados por tropas portuguesas e espanholas. Também houve relutância dos colonos portugueses em abandonar Colônia do Sacramento. Tantas



Por esse tratado surgia também uma região peculiar, tornada “terra de ninguém” e que passou para a história com o nome de “Campos Neutrais”. A proposta desses terrenos neutros era dificultar o contrabando, no entanto, “ao contrário do esperado, rápido se transformariam em valhacouto de bandidos e contrabandistas” (GARCIA, 2010, p.171). Esse efeito redundou em um incremento do comércio clandestino, pois, como analisa a professora Susana Bleil de Souza,

A fronteira para seus homens não podia ter o caráter de um limite, da marca divisória entre dois estranhos. Ao contrário de outras fronteiras, a do sul do continente foi âmbito frequentado, mundo de relação contínua e prolongada. A própria transumância do gado, espontânea ou ativada pelo *changador*, levou a inter-relação de territórios e povos, ao contrário do que desejavam as chancelarias das metrópoles coloniais. Foi o mundo do contrabando, do intercâmbio e do negócio, da verdade geográfica em contradição com a norma legal. (in CASTELLO et al., 1995, p. 129)

Do lado espanhol para o português, foram constantes os transportes de gado, couro e prata; no caminho inverso, houve a preferência pelo tabaco, tecidos e escravos. Para efetivar-se a passagem de animais, a fronteira “contava com certos lugares-chave para sua travessia, como o rio Jaguarão nos pontos onde a tropa podia cruzá-lo” (idem, *ibidem*)



Figura 3: Travessia do rio Jaguarão em direção à freguesia do Espírito Santo do Serrito (atual município de Jaguarão). Aquarela de Jean Baptiste Debret (8,5cm x 23,5cm) (1823).

Fonte: Acervo da Fundação Raimundo Ottoni de Castro Maia, Museu da Chácara do Céu, RJ. Foto: Carlos Caetano. In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

Esse espaço de transgressões, onde, “quase imperceptivelmente, subvertem-se os conceitos de Estado, de nação, de povo, de herói e de bandidos” (SCHLEE in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p.49), tem servido para ambientar muitas das obras literárias produzidas por escritores dos dois lados da divisa entre Brasil e Uruguai. O tema do contrabando, trazendo à tona angústia, medo, coragem, perigo, violência, corrupção e muitos outros

dramas que cercam personagens que vivem na fronteira, já foi explorado, entre outros, por autores como os sul-rio-grandenses Simões Lopes Neto, Darcy Azambuja, Sérgio Faraco e Tabajara Ruas; e por uruguaio, como Julián Murguía, Serafín J. García, Julio C. da Rosa e Mario Arregui. Também na produção do uruguaio José Monegal são recorrentes os conflitos gerados pela tensão entre o legal e a contravenção, e tênues são as diferenças entre o que seja certo ou errado. Em “Renuncia del comisario Portela y del cabo Lapuente”, por exemplo, como o próprio título anuncia, a temática do conto gira em torno de oficiais que desistem da perseguição de um fora da lei que vivia do contrabando por necessidade, como atesta seu depoimento:

Porque en la última estancia donde trabajé, el patrón, que es el gringo Padula, nos iba sacando la vida a fuerza de hacernos cimbrar el lomo en el campo, pa después encontrar un poco de agua sucia y unas tajadas de charque en la mesa. Yo compro y vendo, capitán, pasando por arriba de unos hombres patentaos, que algunas veces se han arreglao conmigo. Yo trabajo, capitán, y en ese trabajo dentran el sudor y el arriesgue; pero mis hijitos están gordos y mi mujer contenta. Y yo soy libre de dir y venir, y de no aguantar caprichos y miserias de ningún mandón, que esos sí deberían estar juera de la ley, pues por cada barril o fardo que yo paso ellos pasan rodeos enteros. ¡Yo soy un hombre, capitán, y tengo vergüenza! (MONEGAL, 1993, p. 59-60)

Ao final, Portela e Lapuente, convencidos de que a atividade ilícita do contraventor, naquele contexto, era a alternativa para uma vida de melhor sorte, abandonam seus cargos para juntar-se ao contrabandista: “Una hora después los tres pasaban la Picada Sucia, rumbo a Brasil.” (idem, p. 60)

A situação exposta no texto de Monegal confere perceber que a prática do contrabando leva a que se considere uma coexistência do conflitioso com o permitido, do controlado com o liberado, pois

representa, ao mesmo tempo, a norma legal vigente e a transgressão, a vontade pública e a vontade privada, o socialmente instituído e o que é sancionado pela prática reiterada. Não existem fronteiras sem contrabando, essa espécie de trocas, de transação comercial onde opõem-se os valores dos indivíduos contra os da sociedade, ao mesmo tempo em que estabelecem novas regras de convivência social; estas adquirem foros de lei, invadem e transformam as relações na esfera do cotidiano.

[...] Assim, ao institucional opõe-se o cotidiano, plasmando-se na literatura o tipo regional e fronteiroço presente na ficção de escritores que concebem a personagem não apenas como o que transgride as leis, mas como cidadão que exerce um ofício, sofre perseguições e injustiças, revelando a visão de um cotidiano de sobrevivência. (MASINA in CASTELLO et al., 1995, p. 165; 167-168)

As afirmativas de Léa Masina se confirmam porque, como apresenta Simões Lopes Neto no conto “Contrabandista”, o comércio ilegal no pampa é uma prática histórica e até assumida como dignificante, sendo que “É desta dignidade que se reveste a personagem, dando sentido ao conto e relevância a seu final.” (CARVALHAL, 2003, p. 166):

Nesta terra do Rio Grande sempre se contrabandeou, desde em antes da tomada das Missões.

Naqueles tempos o que se fazia era sem malícia, e mais por divertir e acoquinhar as guardas do inimigo: uma partida de guascas montava a cavalo, entrava na Banda Oriental e arrebanhava uma ponta grande de eguações; abanava o poncho e vinha a meia rédea; apartava-se a potrada e largava-se o resto; os de lá faziam conosco a mesma coisa; depois era com gados, que se tocava a trote e galope, abandonando os assoleados. (LOPES NETO, 2009, p. 105)

Na atualidade, a inocência do ato ilícito permanece, e ele é conhecido tanto por populares quanto pelas autoridades, como mostra **El baño del Papa**, filme de 2007 dirigido pelos uruguaios César Charlone e Enrique Fernández. São cenas que se observam cotidianamente:



Figura 4: “Quileiros” em Aceguá-BR/Aceguá-UR.  
Foto: Quelen Pereira Pinheiro. Outubro de 2009.

Considerando o caráter divisório e também unificador da fronteira, Benedict Zientara analisa que

As fronteiras separam comunidades humanas, mas podem também determinar um gênero particular. Isto é sobretudo válido para confins de Estado [...] onde as populações que vivem numa zona de fronteira dão origem a uma comunidade fundada em interesses particulares, mantêm entre elas, do lado de cá e do lado de lá da fronteira, uma intensa comunicação; vivem frequentemente do contrabando. Estes habitantes das zonas de fronteira consideram-se um grupo à parte que se opõe a ambas as autoridades estatais.

[...] A fronteira tem portanto, no fim das contas, pressupostos sociais e não geográficos. (1989, p. 309-310)

Por seu caráter social, a economia informal fronteiriça é estimulada pelas diferenças cambiais, pela oferta de produtos e pela falta de oportunidades de emprego de regiões empobrecidas, pressionando interações ilegais e marginais da população.

Guilhermino Cesar, no seu estudo **O contrabando no sul do Brasil**, encontra ainda outros elementos que favoreceram e movimentaram o comércio ilegal no período colonial, avaliando que a instituição dos Campos Neutrais pelo Tratado de Santo Ildefonso não foi suficiente para impedir o contrabando porque, além das condições do descontrole favorecidas pela geografia do pampa aberto e da “mescla social cimentada pelo lucro ilícito” existente na região,

do contrabando se valeram, a fim de quebrar a opressão imperante à sombra do monopólio estatal, não só os particulares, contraventores ou não, como a própria governança colonial. Sempre que o queria, Portugal, para saciar sua fome de prata peruana, acionava-lhe os cordões, aquém e além de Buenos Aires; e a Espanha, por sua vez, fechava os olhos ao caudal de manufaturas com que os portugueses agitavam as águas platinas. (CESAR, 1978, p. 30)

Segundo avaliação de Guilhermino Cesar, o contrabando foi responsável por dar condições para a ocupação de muitas regiões da atual divisa entre Brasil e Uruguai, havendo a criação e o desenvolvimento de cidades que se beneficiavam do movimento proporcionado por esse comércio, como destaca o relato do prussiano Carl Eduard Siber, que, como capitão contratado pelo exército brasileiro em 1851, passou pela fronteira:

Jaguarão, já de si o empório do comércio da fronteira, estava então muito movimentado pelo afluxo de numerosas famílias de castelhanos refugiados e como ponto de partida das colunas brasileiras de invasão pela esquerda, e, mesmo presentemente, acha-se em crescente florescimento, graças ao contrabando ali impudentemente praticado. (in SOARES; FRANCO, 2010, p. 28)

Outra questão importante relativa ao tratado de 1777 é que ele próprio trazia a concepção de um “Tratado preliminar de limites”, prevalecendo, antes de tudo, a intenção de paz. Os desentendimentos entre as partes foram muitos, tanto que as demarcações dos territórios só iniciaram a partir de 1784, e as comissões demarcadoras “estavam cientes de que o acordado era provisório, ou seja, seria demarcado o que fosse possível, e o que não pudesse deveria ser remetido às duas cortes (artigo 19) para decisão e o estabelecimento

posterior de limites definitivos (artigo 15).” (GARCIA, 2010, p. 175). Um dos atritos deu-se na interpretação do artigo 4, que dizia:

[...] pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita Lagoa de Mirim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional que entre no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito Arroio, continuará o domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios que correm até o mencionado Rio Grande e Jacuí. (SOARES, 1939, p. 174)

Segundo os espanhóis, o arroio “mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo” era o rio Piratini, situado ao norte dessa guarnição. No entanto, os portugueses não queriam ceder o forte e indicavam que o “primeiro arroio meridional” estaria ao sul daquele ponto, devendo ser, portanto, o arroio Grande do Erval.

Como bem versava o tratado, em caso de dúvidas da localização dos limites, esses terrenos não poderiam ser ocupados por nenhuma das Coroas. Apesar disso,

A faixa territorial, localizada entre o Piratini e o Jaguarão fez-se objeto, entre 1790 e 1801, de uma espécie de jogo de xadrez entre espanhóis e portugueses. Desde 1789, aliás, as autoridades portuguesas começaram a conceder sesmarias ao sul do rio Piratini. O poder expansionista dos lusitanos, a partir de Rio Grande, seria bem mais forte que o dos espanhóis, cujas bases de apoio se quedavam bem mais distantes e que enfrentavam contínua hostilidade dos índios charruas. (FRANCO, 2007, p. 11)

As pendências não foram dirimidas e, aproveitando-se dessa situação, na qual o contingente de luso-brasileiros era maior do que a de hispânicos naquela região, foi estratégia de Portugal a tática do *uti possidetis* através da doação de sesmarias, propiciando a instalação das primeiras estâncias naquela área, onde ocuparam “as duas margens do arroio Telho, e também a leste, acompanhando a orla da lagoa Mirim até alcançar o arroio Grande” (GUTIERREZ et al. in MAESTRI; BRAZIL, 2009, p. 170).

Procurando conter esse avanço, o Vice-rei Arredondo, governador de Buenos Aires, fundou, em 1792, guardas espanholas ao norte do rio Jaguarão. Em contrapartida, construíram os portugueses a guarda do Erval em 1795. “Tratava-se, como se vê, de uma fronteira viva, com dois expansionismos em confronto”, analisa o historiador Sérgio da Costa Franco. E diz também:

Tal era a situação, em síntese, até o inverno de 1801: os criadores brasileiros avançavam progressivamente, estabelecendo-se na área dos Arrombados (o nome é expressivo no sentido de significar uma violação da fronteira oficial), do Quilombo e das nascentes do Telho [todas zonas rurais da atual Jaguarão], enquanto os espanhóis ainda conservavam pequenas guardas à margem do Jaguarão, com gado para o município e alguma cavalhada. (FRANCO, 2007, p. 18)

Como postos avançados em território fronteiriço, as estâncias que se instalaram nesse espaço de disputa constante necessitavam oferecer resistência, fosse aos ataques de exércitos inimigos em tempos de guerra, ou aos saques de bandidos em tempos de paz. Descrições desses ambientes encontram-se em obras literárias, como, por exemplo, no conto “El sargento”, de José Monegal, onde são apresentadas situações em que o perigo e as tensões são realidades de uma época:

El Alto de Achiras, el Bajo de Toledo, la Quebrada del Perdido y la Salamanca Grande configuraban una larga y ancha comarca fronteriza. Era por el tiempo que cada casa cabecera de haciendada constituía una fortaleza; de las pulperías enrejadas; de los caminos que ahondaban enormes carretas con ejes chirriantes, gauchos solitarios, a veces escuadrones de guerra o cuadrillas de malevaje; tropas de ganados chúcaros... (MONEGAL, 1993, p. 27)

Também em Javier de Viana, outro autor uruguaio, há um retrato de como se arquitetavam as estâncias, destinadas à proteção e, por isso, fechadas em si, sem aberturas à paisagem exterior, como descreve o conto “Los amores de Bentos Sagrera”:

La estancia de Sagrera era uno de esos viejos establecimientos de origen brasileño, que abundan en la frontera y que semejan cárceles o fortalezas. Un largo edificio de paredes de piedra y techo de azotea; unos galpones, también de piedra, enfrente, y a los lados un alto muro con sólo una puerta pequeña dando al campo. La cocina, la despensa, el horno, los cuartos de los peones, todo estaba encerrado dentro de la muralla. (VIANA, 1969, p. 92-93)

Essas são características de muitas das construções que se encontram ainda hoje na área rural do município de Jaguarão. Altos muros feitos de pedra cercam as casas das propriedades, dificultando as investidas dos antigos inimigos. Nas guaritas e nas paredes, aberturas de seteiras possibilitavam a observação do exterior, servindo para o posicionamento de armamento de fogo no contra-ataque.



Figura 5: Estância de propriedade de João “Nervoso” Oliveira.  
Foto: Carlos Garcia Rizzon. Janeiro de 2010.



Figura 6: Estância do Juncal. Propriedade de Almiro de Faria Piúma.  
Foto: Alan Dutra de Melo. Fevereiro de 2009.



Figura 7: Estância Velha. Arrendada por Edson Siqueira.  
Foto: Andréa da Gama Lima. Abril de 2010.

O pesquisador estadunidense John Charles Chasteen, investigando sobre ascendentes da família dos irmãos Gumercindo e Aparicio Saravia, descreve que

Las casas de la estancia fronteriza generalmente se levantaban en la parte alta de alguna colina. En el campo rocoso donde vivían los Saravia, los muros eran de piedra, de casi un metro de espesor, y se extendían hacia atrás desde cada lado de la casa, para formar un recinto cuadrado rodeado de construcciones. [...] Muchas partidas guerreras se atrincheraron en tales corrales en caso de apuro (2001, p. 49)

Esse é um patrimônio material edificado que compõe um cenário que retrata a história do final do século XVIII e início do XIX e define uma fronteira que teve sua formação nas várias lutas, em diferentes tempos, entre duas monarquias, um império, três nações e nas muitas guerras revolucionárias de cada uma das províncias e dos países dessa região, pois as disputas entre as Coroas ibéricas e as nações independentes tiveram continuidade no século XIX.

Em 1801, novo conflito peninsular, que na Europa durou somente algumas semanas, encrueceu os ânimos na fronteira das colônias americanas: “A guerra de 1801 iniciou e terminou na Europa, e seus efeitos, como se fosse uma onda lenta e progressiva, atingiram a América meridional tardiamente. Assim, as operações foram deflagradas quando a paz já estava assinada em Badajoz” (GOLIM, 2002, p. 206) desde junho. Tendo a notícia de paz chegado neste lado do Atlântico meses depois, já no final daquele ano, houve tempo para serem tomados pelos luso-brasileiros os Sete Povos das Missões, os Campos Neutrais e as terras até o rio Quaraí, estabelecendo uma delimitação próxima do que temos na atualidade. Nessa ocasião, Cerro Largo, atual Melo, chegou a ser invadida, e grande parte do rebanho de gado ali existente foi confiscado e levado para as terras brasileiras. Aldyr Garcia Schlee, no conto “Don Sejanos”, refere-se ao fato:

[...] era dos “campos neutrais”, andava pela fronteira vendendo coisas aos soldados e passando mercadorias quando houve a primeira guerra – a que não era para ter sido. O Cerro Largo foi ocupado por tropas portuguesas que levaram mais de dez mil reses, depois veio a notícia atrasada da paz, e todos os lugares voltaram ao de antes. Foi só o susto e tantos e tantos miles de homens em armas. (1988, p. 27)

Os movimentos de independência convulsionados na colônia hispano-americana a partir da invasão napoleônica na península Ibérica, na primeira década do século XIX, também motivaram o avanço de tropas luso-brasileiras no território da banda oriental do rio da Prata. Na operação desencadeada em julho de 1811,

no comando geral ia o presidente do Rio Grande, general Diogo de Souza. Diante dos protestos internacionais da Espanha e da Inglaterra, a diplomacia de Don João justificou a invasão como uma medida preventiva, apaziguadora dos conflitos entre revolucionários e realistas na Banda Oriental, combinada como uma proteção aos milhares de súditos portugueses e à fronteira rio-grandense. (GOLIM, 2002, p. 266)

A revolução de maio de 1810 em Buenos Aires provocou que os monarquistas espanhóis se refugassem em Montevideú, onde foram sitiados por insurgentes. As tropas luso-brasileiras defenderam a cidade e auxiliaram que se evitasse a incorporação daquela colônia à emergente federação das Províncias Unidas do Rio da Prata. Com o intermédio da Inglaterra, em 1812, acordos diplomáticos reconheceram a junta governamental portenha e determinaram a retirada do exército português do território oriental, permanecendo os montevidéanos sob o antigo regime espanhol, ainda sitiados pelo rebelde regimento de *blandengues* liderados por José Gervasio Artigas. As forças invasoras portuguesas demoraram a retirar-se e, quando isso feito, alojaram-se “em uma linha de fronteira que ampliava as conquistas da guerra de 1801. [...] o sistema de ocupação se fazia pela apropriação privada da terra, através, sobretudo, dos milicianos e regulares, garantindo-a por uma espessa cortina de proprietários/combatentes.” (idem, p. 275).

Novos impulsos possibilitaram que, em 1814, os espanhóis fossem capitulados em Montevideú pelos revolucionários de Buenos Aires, avivados pelas vitórias e libertações de San Martín no norte do vice-reinado. Porém, Artigas considerou o exército portenho também de ocupação. Visualizando um tabuleiro de xadrez entre as forças que buscavam o domínio de Montevideú e de toda a Banda Oriental, o historiador Tau Golim considera:

Três focos de poder olhavam para a Banda Oriental: o luso-brasileiro e seu projeto de expansão da fronteira; o das Províncias Unidas, nos marcos da criação da província oriental de Montevideú, e o de Artigas, com limites provisórios no rio Quaraí, porém considerando territórios contestados os conquistados pelos luso-brasileiros na guerra de 1801, a exemplo das Missões, e mais concretamente os contornados pelos rios Ibicuí e Santa Maria. (idem, 281)

Uma intrincada conjuntura que envolvia parentescos reais – a esposa do então Príncipe Regente Dom João, Carlota Joaquina, era irmã do Rei espanhol, Fernando VII. Este, por sua vez, havia desposado uma princesa de Bragança, sendo, ao mesmo tempo, cunhado e genro de Dom João –, novos acordos revendo possessões das Coroas na Península Ibérica e nas colônias americanas e o combate às intenções de Artigas na criação

de uma província autônoma possibilitaram que o exército português, comandados pelo general Carlos Frederico Lecor, voltasse a invadir a província Oriental em 1816. Prevendo o ataque, as forças de Artigas se anteciparam e deflagraram investidas nas Missões e na fronteira de Rio Pardo, em território rio-grandense. Travaram-se vários combates, e os *blandengues* de Artigas tiveram derrotas importantes, como

Na fronteira do Jaguarão, [onde] a divisão de Otorgués [artiguista], encarregada das operações nas regiões de Bagé e Cerro Largo, não resistiu aos combatentes do general Silveira. Assim, em um curto espaço de tempo, os quatro principais contingentes artiguistas amargaram derrotas e tiveram de recuar frente ao exército luso-brasileiro. Foram obrigados a abandonar o plano ofensivo e recorrer às inventivas manobras guerrilheiras. (idem, p. 293)

O enfrentamento entre luso-brasileiros e artiguistas prolongou-se durante quatro anos, e os portugueses conseguiram derrotar o líder oriental somente em 1820. Antes disso, já haviam ocupado Montevideú, onde eram hostilizados por versos de poetas combatentes orientais, como Bartolomé Hidalgo, a quem é atribuído o seguinte *cielito*:

El portugués con afán  
dicen que viene bufando;  
saldrá con la suya cuando  
*veña ó Rey Dom Sebastián.*

Cielito, cielo que sí,  
cielito locos están;  
ellos vienen reventando,  
¡quién sabe si volverán!

Dicen que vienen erguidos  
y muy llenos de confianza;  
veremos en esta danza  
quiénes son los divertidos.

Cielito, cielo que sí,  
cielo hermoso y halagüeño,  
siempre ha sido el portugués  
enemigo muy pequeño.

[...]

A vosso Príncipe Regente  
enviadle pronto a *dizir*  
que todos vais a *morrer*  
*e que nau le fica yente.*

Cielito, cielo que sí,  
cielito de Portugal,  
*vosso sepulcro va a ser*  
*sem dúvida a Banda Oriental* (HIDALGO in BECCO, 1974, p. 31-33)

No ano seguinte, 1821, contando com o apoio de segmentos internos orientais, “especialmente da adesão do patriciado de Montevideu e dos fazendeiros expropriados pelo Regulamento de Terras artiguista de 1815” (GOLIM, 2002, p. 333) – regulamento que, entre outras questões, sedentarizava o gaúcho, convertendo-o em proprietário de terras –, um Ato de Incorporação anexou a província oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve sob a denominação de Cisplatina. Esse ato também estabelecia seus limites, conforme texto de Vicente Quesada publicado no livro **La política del Brasil con las repúblicas del río de la Plata:**

serán los mismos que tenía y se le reconocían al principio de la revolución, que son: por el oeste, el Uruguay; por el norte, el río Quareim hasta la cuchilla de Santa Ana, que divide el río de Santa María, y por esta parte el arroyo Tacuarembó Grande, siguiendo a las puntas del Yaguarón, entra en la laguna del Merín, y pasa por el puntal de San Miguel a tomar el Chuy, que entra en el océano. (apud GOLIM, 2002, p. 331)

Vê-se que, durante o período de vigência da província Cisplatina, o domínio das águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, desde 1801 de uso exclusivo da colônia portuguesa, foi compartilhado com os orientais. Depois, com a independência do Uruguai, essas águas voltaram a ser navegadas somente por brasileiros. A divisão das águas e consequentes direito à pesca, à instalação de portos e à navegação por parte de uruguaios só seriam autorizados depois do Tratado da Lagoa Miriam e do Rio Jaguarão, negociado com o Barão de Rio Branco, em 1909.

Em relação à propriedade das terras, o general Lecor foi habilidoso ao tratar do conflito entre os expropriados e os donatários artiguistas, pois vinculou as possessões à fidelidade perante o reconhecimento da nova autoridade governamental. Mas também possibilitou que

a expansão luso-brasileira não se detivesse sequer diante das fronteiras traçadas para a Província Cisplatina em 1821. Os capitães gerais do Rio Grande de São Pedro fizeram doações de sesmarias na região que hoje integra o departamento de Artigas, entre os rios Quaraí e Arapeí. [...] De sua parte, o General Lecor, governador da Cisplatina, foi generoso no distribuir terras a brasileiros em toda a fração norte de sua província. (FRANCO, 2001, p. 11)

Com a independência do Brasil, em 1822, iniciou-se um período de transição à soberania do novo Império, havendo a retirada das tropas portuguesas da Cisplatina. Com isso, motivaram-se as Províncias Unidas do Rio da Prata a postular a reincorporação da

Banda Oriental, pois esse era o desejo de muitos caudilhos exilados em Buenos Aires. Mobilizados, os orientais empreenderam a luta de expulsão dos brasileiros da Cisplatina após o desembarque, na praia de La Agraciada, do grupo conhecido como “Los treinta y tres orientales”, comandados por Juan Antonio Lavalleja. A sublevação iniciou-se em 1825, e o Brasil declarou guerra aos platinos – a primeira das duas recentes nações independentes – em dezembro daquele ano. Antes, a 25 de agosto de 1825, o general Lavalleja declarara a Banda Oriental “de hecho y de derecho, libre e independiente del rey de Portugal, del emperador de Brasil, y de cualquier otro del Universo, y con amplio poder para darse las formas que, en uso y ejercicio de su soberanía, estime conveniente” (EL PAÍS, 2005, p. 4) e “importantes confrontos já tinham ocorrido, a exemplo dos combates do Rincón das Gallinas (24/09/1825) e do Sarandí (12/10/1825), duas rotundas derrotas brasileiras” (GOLIM, 2002, p. 119).

Depois de dois anos de batalhas com certa envergadura, mas ainda diante da impossibilidade de se vislumbrar a vitória do Império do Brasil ou da Confederação Argentina, que reconheciam que um longo processo de enfrentamentos criaria um esgotamento mútuo, em 1827 começaram tratativas “objetivando uma paz honrosa para ambas as nações, na qual não se configurasse a derrota para nenhuma delas” (idem, p. 127). O episódio de 20 de fevereiro de 1827, que os platinos denominam Batalha do Ituzaingó e os brasileiros de Batalha do Passo do Rosário, foi determinante para que se avançassem as negociações de paz. Esse combate “demonstrou a inanição de ambos os lados para aplicarem golpes definitivos” (idem, p. 128), pois “Tacticamente el triunfo correspondió al ejército republicano que quedó dueño del terreno ante la retirada imperial, aunque la explotación del triunfo fue dudosa al abandonar el ejército [brasileiro] de Barbacena casi intacto.” (EL PAÍS, 2005, p. 11)

Personagem literária retratada como testemunha em várias das escaramuças na Cisplatina é o Capitão Rodrigo em **O continente**, de Erico Verissimo:

- Se andei pela Banda Oriental? Mais duma vez. [...] Sentei praça com dezoito anos e em 1811 andei com as forças que invadiram a Banda Oriental. [...] Entrei em Montevideú em 1817 com as forças do general Lecor. [...]
- Por falar nisso, vosmecê também brigou em 25?
- Naturalmente. Estive naquele combate de Rincón de las Gallinas com a gente do Menna Barreto. – Soltou um suspiro e disse: – Apanhamos que nem boi ladrão. [...] Em 1827 eu estava com as tropas do marquês de Barbacena. Nunca vi tanta miséria. Soldados de pé no chão, sem uniforme, alguns quase nus, só cobertos pelo poncho. (VERISSIMO, 2004, p. 214-220)

Através da intermediação da Inglaterra, interessada no acesso aos portos e no comércio da região, foi proposta a criação de uma nação independente na banda oriental – um “algodão entre dois vidros”, diz-se popularmente. O Império e os republicanos platinos foram reticentes em aceitar os termos da proposição inglesa, e as negociações só avançaram depois da

decisão argentina de passar de uma guerra de manutenção da Banda Oriental para um projeto ofensivo contra o território imperial [...], emblematicamente representada pela invasão das Missões Orientais por [Frutuoso] Rivera. As defesas do Império, obrigatoriamente, tiveram de recuar da Cisplatina para o Rio Grande do Sul. As Missões seriam o principal trunfo argentino a ser introduzido na mesa de negociação para a paz. (GOLIM, 2002, p. 142-143)

Por fim, foi possível estabelecer a paz com a retirada do exército de Rivera até a margem esquerda do rio Quaraí, marco natural que estabeleceu uma linha divisória entre Brasil e a Banda Oriental. Em 27 de agosto de 1828, um Tratado Preliminar consagrou a paz e o surgimento de uma nova nação, a República Oriental do Uruguai, que nasceu sem a formalização de um traçado demarcado. As questões fronteiriças ficaram postergadas e só voltaram a ser negociadas em 1851, após finalizadas a Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul e a Guerra Grande (1839-1851) no Uruguai, guerras essas entre republicanos e imperiais uma e entre *blancos* e *colorados* a outra. Durante as décadas de 30 e 40 daquele século, enquanto os uruguaios sustentavam um discurso histórico, reivindicando o reconhecimento dos limites do Tratado de Santo Ildefonso, o Brasil seguiu com o povoamento da campanha, mesmo durante a revolução, pois muitas famílias fugiam da guerra e buscavam proteção no território uruguaio. Além disso, era difícil estabelecer um tratado definitivo entre Brasil e Uruguai, pois a Argentina argumentava que, tendo nascido como concessão, somente seus outorgadores poderiam determinar o tamanho do Uruguai. Desse modo, “a geopolítica sulina seria um jogo de, no mínimo, cinco posições: imperiais, farroupilhas, riveristas, oberistas e rosistas. Dependendo da conjuntura, as alianças se compunham e se dissolviam” e “todos jogavam com duplicidade” (idem, p. 352; 354)

O Tratado de Limites de 1851 entre Brasil e Uruguai foi realizado com vantagens para os brasileiros, pois as discussões ocorreram juntamente com a negociação dos empréstimos que o Império – através do Banco Mauá, instituição financeira de propriedade de Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá – concedeu ao governo *colorado*

para a defesa de Montevideu e a expulsão das tropas sitiadas da capital uruguaia, os *blancos* do general Manoel Oribe e os argentinos do ditador Juan Manoel de Rosas. Com isso, ficaram os orientais devedores do Império, como informa correspondência entre os governos:

[...] as prestações e a soma acima mencionadas [60.000 e 138.000 patações] servirão de título de dívida do Governo Oriental para com o do Brasil, a fim de serem regularizados e pagos em tempo competente vencerão o juro de 6% ao ano;  
A República Oriental do Uruguai se reconhece e declara devedora ao governo do Brasil da quantia de 288.791 pesos fortes, provenientes de empréstimos que este lhe tem feito até esta data, juros correspondentes, contados até 1º de novembro de 1851. (in SOARES, 2007, p. 105)

Na redação do Tratado de Limites, o governo uruguaio, dependente do dinheiro brasileiro e enfraquecido diplomaticamente, ficou condicionado a aceitar os termos impostos pelo Império, facilitando para o Brasil a determinação de condições que lhe eram favoráveis, como as descritas no Art. IV:

Reconhecendo que o Brasil está na posse exclusiva da navegação da lagoa Mirim e [do] rio Jaguarão, e que deve permanecer nela, segundo a base adotada do *uti possidetis*, admitida com o fim de chegar a um acordo final e amigável, e reconhecendo mais a conveniência de que tenha portos, onde as embarcações brasileiras que navegam na lagoa Mirim possam entrar, e igualmente as orientais que navegarem nos rios em que estiverem esses portos, a República Oriental del Uruguay convém em ceder ao Brasil em toda a soberania para o indicado fim meia légua de terreno em uma das margens da embocadura do Sebollati, que for designada pelo Comissário do governo imperial, e outra meia légua em uma das margens do Taquary designada do mesmo modo, podendo o governo imperial mandar fazer nesses terrenos todas as obras e fortificações que julgar convenientes. (in GOLIM, 2004, p. 34)

Também, outro item obrigava a devolução de escravos fugidos do território brasileiro, contrariando a concepção uruguaia em relação ao tema, pois na República Oriental a escravidão já havia sido abolida.

Devido à histórica expansão luso-brasileira em direção ao rio da Prata – e que seguiu ocorrendo mesmo após as independências de Brasil e Uruguai –, a presença de brasileiros no território uruguaio, na segunda metade do século XIX, era considerável. O período revolucionário no Rio Grande do Sul, que gerou “um clima de divisão interna, insegurança e ressentimentos, determinou o deslocamento de muitas famílias brasileiras para o território uruguaio” (FRANCO, 2001, p. 12). O próprio governo oriental – através

do seu primeiro presidente, que buscava alianças com estancieiros brasileiros – fazia as doações:

Durante el gobierno de F. Rivera se multiplicaron las donaciones de estancias en campos fiscales a familias riograndenses, especialmente en el Norte del país. Olga Pedrón, en su estudio *Departamento de Artigas, esbozo histórico*, traza un cuadro de las donaciones de tierras autorizadas por F. Rivera, entre 1831 y 1834, siendo en todos los casos a riograndenses. (PALERMO in MAESTRI, 2008, p. 152)

Ainda em 1850, o governo imperial fez um levantamento dos brasileiros proprietários de terras no Uruguai, comprovando que, na região adjacente à lagoa Mirim e ao arroio Chuí, eles possuíam 342 léguas quadradas; estabelecidos entre os atuais departamentos de Cerro Largo e Treinta y Tres, eram 154 estancieiros,

entre eles figuras tão importantes quanto Francisco José Gonçalves da Silva (um dos fundadores de Jaguarão), Bonifácio José Nunes, Antônio de Souza Netto, João Jacinto de Mendonça e João da Silva Tavares. Somente uma proprietária, a viúva Josefa D'Ávila, possuía entre Parao (hoje Vergara) e Olimar, 60 léguas de campo.” (FRANCO, 2001, p. 13)

Ao norte do rio Negro, 87 brasileiros eram donos de 331 léguas de campo. Nas proximidades do rio Quaraí, 77 estancieiros tinham propriedades estendidas de um a outro lado da divisa, e outros 161 possuíam fazendas ao sul do Arapeí Grande e ao norte da Coxilha de Haedo. Esse mesmo censo também é citado por Eduardo R. Palermo, que contabiliza: “La lista general reveló la existencia de 1.181 propietarios que sumaba 3.403 leguas de campo – es decir, ocho millones y medio de hectáreas pobladas que alimentaban los saladeros riograndenses” (in MAESTRI, 2008, p. 155). Dados de 1863 mostram que, de um total de 180.000 habitantes no Uruguai, 40.000 eram brasileiros. (FRANCO, 2001, p. 14). Também, segundo o historiador Aníbal Barrios Pintos, 43,9% do gado existente na República pertencia a rio-grandenses (1990, p. 42). O senador brasileiro Silva Ferraz, em 1859, descreveu a região, transcrita pelo mesmo historiador uruguaio, sem reconhecer diferenças entre Brasil e Uruguai: “al pasar al otro lado del río Yaguarón, el traje, el idioma, las costumbres, la moneda, los pesos, las medidas, todo, todo señores, hasta la otra banda del río Negro, todo señores, hasta la tierra: todo es brasileño” (idem, p. 45), fazendo do norte uruguaio um prolongamento do Império. Essa expressiva predominância demográfica brasileira no Uruguai se traduzia em poder econômico, derivando em profundas interferências na política interna da República Oriental, pois “los brasileños

emigrados continuaban considerándose súbditos del Imperio e ignorando la legislación uruguaya, trasladando una esclavitud apenas disfrazada” (PALERMO in MAESTRI, 2008, p. 155). Em relação à escravidão – vigente no Brasil, mas extinta no Uruguai desde decretos do governo *colorado* de Montevideú, em 1842, e do governo paralelo *blanco* do Cerrito, em 1846, na década da guerra civil –, os brasileiros burlavam a legislação uruguia através de contratos de locação de serviços, os quais podiam durar muitos anos, sendo comum existirem por até 30 anos. Em 1857, Andrés Lamas, embaixador uruguaio na corte, em nota, reclamou dessa situação ao Império, delatando:

varios brasileños de los que ocupan la mejor parte del territorio oriental fronterizo han introducido notable número de personas de color para el servicio y manejo de sus establecimientos. Estas desgraciadas personas de color entran en la calidad ostensible de personas libres, ligadas al servicio del introductor por contratos de locación de servicios. En el momento en que por cualquier circunstancia le conviene al poseedor de la persona de color, le hace trasponer la frontera y transpuesta cae el mentiroso y audaz disfraz con que se ha burlado las leyes de la República y la desamparada víctima vuelve a asumir se pública condición de esclavo. [...] Las infelices personas de color que se introducen en la República, a la sombra de fraudulentos contratos [...] no solo son tratados como esclavos [...] sino que sufren allí, en aquel territorio en que nadie puede ser esclavo, la última y peor desgracia de la esclavitud, [...] los hijos de las personas de color introducidas son traídos al Río Grande y allí bautizadas como nacidos de vientre esclavo. [...] De esta manera en algunos establecimientos del Estado Oriental no solo existe de hecho la esclavitud sino que al lado del criadero de vacas se establece un pequeño criadero de esclavos (apud PALERMO in MAESTRI, 2008, p. 162-163)

Nas décadas de 1850 e 1860, segundo Palermo, houve inúmeras denúncias de “secuestros, homicidios y ataques a estancias y suburbios de las Villas de Tacuarembó y Arredondo (hoy Rio Branco) con la finalidad de capturar afro americanos para reducirlos a esclavitud” (ídem, p. 165). Entre os casos relatados pelo professor Palermo, citamos:

En enero de 1857 el “negro José Rodríguez”, peón de estancia y “otro negro” son secuestrados y llevados a Jaguarão. José es vendido a Jerónimo Vieira Costa, delegado de Policía, quien a su vez lo vendería en el puerto de Rio Grande a un comerciante con destino a Rio de Janeiro. Caso similar es el “de la negra Gregoria, oriental de 14 años”, secuestrada en Cerro Largo y vendida como esclava en Pelotas y enviada a Rio de Janeiro, con el nombre de María Tomasa. Luego de un extenso proceso judicial entablado por la representación diplomática Oriental en Rio de Janeiro, los tribunales brasileños resuelven que María Tomasa y Gregoria no son la misma persona, desconociendo las pruebas aportadas por el representante oriental. (in MAESTRI, 2008, p. 165-166)

No romance **No robarás las botas de los muertos**, do escritor Mario Delgado Aparain, os temas do sequestro de negros libertos e de negras grávidas estão presentes. A

personagem Hermes Nieves é um brasileiro que está preso no Uruguai por ser “un secuestrador de negros libertos al servicio del Imperio del Brasil, [...] por ladrón de caballos y de negras preñadas” (2006, p. 18). A obra mostra também como se invertem os julgamentos apenas por se cruzar a linha divisória entre um país e outro, como o caso do bandoleiro Laurindo, “ladrón de criaturas negras en la República del Uruguay, legalizado una y otra vez por la justicia de Piratiny” (idem, p. 77). Sobre o assunto, outra questão abordada por Delgado Aparain refere-se à denúncia que o embaixador Andrés Lamas fazia: “en Santa Ana do Livramento, un cura epiléptico llamado Joaquín Ferreira bautizó como esclavas y de una sola vez, la friolera de veinticinco niñas nacidas en el estado oriental...” (idem, p. 89)

Nesse período, as hostilidades entre orientais e brasileiros foram frequentes e, da mesma forma que os uruguaios se queixavam das violências cometidas pelos estrangeiros dentro do seu país, também os estancieiros rio-grandenses com terras no Uruguai reclamavam de sistemáticos e impunes abusos de roubo de gado, invasão de terras, extorsões e assassinatos cometidos com a conivência das autoridades. Devido a isso, fizeram reclamatória ao governo brasileiro para que o Império interviesse, pois sentiam-se perseguidos inclusive pelo governo uruguaio. Sérgio da Costa Franco aponta que “Entre as queixas dos fazendeiros brasileiros, de que foi Antônio de Souza Netto o principal portavoz, [...] o favorecimento à fuga de escravos era uma das principais.” (2001, p. 16). Diante disso, em maio de 1864, através do conselheiro José Antônio Saraiva, o Brasil listou centenas de crimes, desde 1852 até aquela data, que teriam sofrido brasileiros residentes em território oriental e reivindicou providências do governo uruguaio. O governo do partido *Blanco* do presidente Bernardo Berro (1860-1864) e depois de Atanasio Cruz Aguirre (1864-1865), tomou aquele protesto como uma afronta e intromissão, não acatando nenhuma das exigências relacionadas no documento conhecido como “Missão Saraiva”. Em agosto de 1864, houve o rompimento das relações entre Brasil e Uruguai, seguindo-se uma intervenção armada brasileira em apoio ao partido *Colorado*, que iniciava uma guerra civil. Então,

Aguirre decretou “rotos, nulos e cancelados os tratados de 12 de outubro de 1851”. Ato contínuo, reivindicou “todos seus direitos [do Uruguai] sobre os limites territoriais que sempre lhe tocaram”, ou seja, a metade leste do Rio Grande do Sul atual, além da linha de Santo Ildefonso e os “terrenos neutros” do Chuí e do Jaguarão. (GARCIA, 2010, 294)

Entre os episódios que se sucederam, encontra-se o cerco à cidade de Paysandú, onde os *colorados* do general Venancio Flores, apoiados militarmente por Brasil e Argentina, enfrentaram os *blancos* para derrubá-los do poder. No entanto, esse que parece ser um acontecimento interno uruguaio, um dos combates de uma guerra civil, foi também o início de uma guerra continental, como descreve o romance de Delgado Aparain:

[...] será este el preámbulo de un despojo que cargará de oprobio a los endemoniados protagonistas, a saber, son el emperador Pedro II del Brasil y Bartolomé Mitre, presidente de los argentinos, general y cronista de una historia antojadiza. Ambos deseaban escarnear y mutilar el Paraguay de Francisco Solano López [...]. Este par de rapiñeros ha sabido embozar estos planes de despojo a cuatro manos, bajo la máscara de una cruzada por la libertad y otras patrañas. Y para ello han usado al general Venancio Flores, un hombre entretenido en golpear a los hombres a uno y otro lado de la frontera [...]. Mitre y el Emperador le han prometido ayuda: derrocar al presidente Atanasio Cruz Aguirre y hasta sentarlo en el sillón presidencial, con la condición de que, a cambio, agregue su parte de sangre en la marcha de los tambores sobre el Paraguay.” (2006, 21-22)

Com a vitória dos *colorados* na disputa contra os *blancos*, restabeleceram-se as relações entre Brasil e Uruguai e, por conseguinte, os limites vigentes desde 1851.

Como dito acima, somente em 1909 houve a concessão brasileira para que o Uruguai fizesse uso das águas da lagoa Mirim de do rio Jaguarão. Isso foi possível porque, naquele momento, o Brasil reordenou sua política externa, pois percebeu que a divisão das águas possibilitaria um crescimento econômico recíproco com seu vizinho, intensificando as relações comerciais. Embasado nas argumentações do estadista José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, que dizia que já era hora de terminar com a intervenção no Prata, pois o tempo já havia consolidado a organização política do país vizinho, o presidente Affonso Penna apoiou a aprovação de uma nova linha divisória:

A continuada agitação e as guerras civis que ensanguentaram a República Oriental, desde sua independência até 1851, explicavam a preocupação, que pareceu conveniente tomarmos então, de evitar frequentes contatos entre as populações confinantes [...]. Mas o próprio estadista brasileiro que dirigiu as negociações de 1851 deu desde logo a compreender que, mais tarde, o Brasil poderia fazer concessões ao país vizinho [...]. Entendo que é chegada a ocasião de retificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo talvegue do Jaguarão e por várias retas, mais ou menos medianas, que, da embocadura desse rio, sigam até ao extremo sul da lagoa Mirim. (apud GOLIM, 2004, p. 326-327)

Reconhecendo o “esforço” brasileiro e agradecido pelo “nobre gesto”, o Uruguai trocou o nome de sua cidade limítrofe com Jaguarão, deixando de ser Artigas (já havia sido

Arredondo, em consideração ao vice-rei de Buenos Aires) – que lembrava seu prócer da independência e que tinha lutado contra o Brasil Colônia – para passar a se chamar Rio Branco, em homenagem ao negociador brasileiro que atendeu os desejos do povo oriental.

A partir do direito de livre navegação nas águas do rio Jaguarão, pôde o Uruguai acordar com o Brasil, em 1918, o pagamento da dívida contraída em 1851. Esse acerto deu-se através da construção de uma ponte, interligando as cidades de Rio Branco e Jaguarão. Financiada unicamente por capital uruguaio, as obras da ponte começaram em 1927 e, três anos depois, no dia 30 de dezembro de 1930, ela foi inaugurada.

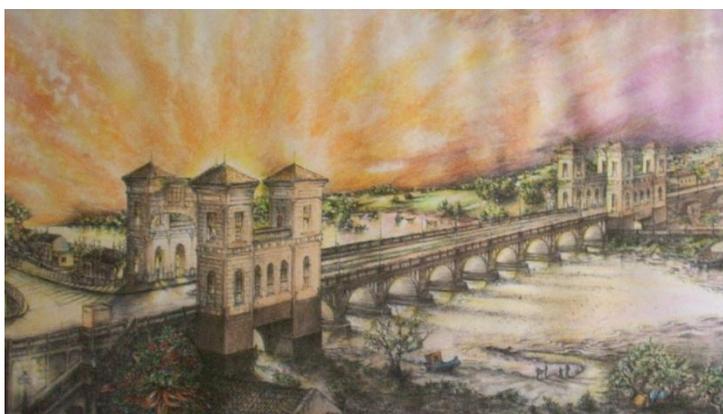


Figura 8: Ponte Internacional Mauá. Desenho de Leandro Barrios (31cm x 81cm)  
Foto: Carlos García Rizzon. Julho de 2011.

Ao contrário dos muros que concretizam a imagem da separação e do distanciamento entre os povos – presentes nas estâncias fortins que, no início do século XIX, ilustravam as relações institucionais entre o Brasil e seu vizinho do sul –, a ponte estabelece um vínculo de aproximação através do trânsito de idas e vindas que ela permite. Desse modo, como observa Hommi Bhabha ao citar Martin Heidegger,

É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimular ao da articulação ambulante, ambivalente [...]. “Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa.” (BHABHA, 1998, p. 24)

Esse espírito de reunião é apontado por Tabajara Ruas ao lembrar da ponte de sua terra natal, Uruguaiana, que leva a Passo de los Libres, fazendo com que exista uma sensação de presença do Outro. “Um poema do poeta uruguaianense Nei Duclós diz: ‘Cada vez que vejo uma ponte, penso que do outro lado está a Argentina’. Esse sentimento me

acompanhou durante toda a vida” (in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p. 58), revela o escritor.

No entanto, mesmo possibilitando o trânsito, pode-se entender o estreitamento proporcionado pela ponte nos seus dois sentidos, pois, junto à aproximação, há um estrangulamento dos caminhos, uma passagem controlada, medida e fiscalizada e também a vigilância que é a “mais tradicional de todas, a preservação da segurança do território nacional.” (PADRÓS, 1994, p. 70)

Na Ponte Internacional Mauá, onde em cada uma das cabeceiras existem imponentes escritórios alfandegários, a precisão da divisa já foi explícita, pois houve um tempo em que, justo no meio dela, marcado no chão, partindo de uma balaustrada e chegando na outra, um risco vermelho repartia o que era território brasileiro e território uruguaio. Mas essa separação não deixava de ser pura invenção, pois, como depõe o escritor Aldyr Garcia Schlee,

[...] quando era guri, sobre a Ponte Internacional Mauá, [...] tinha, bem no meio do rio, entre as duas Alfândegas, um risco vermelho. Era a linha divisória, riscada no cimento da ponte, permitindo o exercício infantil de se estar ao mesmo tempo no Brasil e no Uruguai: um pé lá, outro cá. Até que descobri que sob a ponte, no rio, a linha perdida na correnteza e escondida no fundão, era outra: era a linha do talvegue, a linha de maior profundidade, que passava lá adiante, sob o segundo arco da ponte, do lado uruguaio. Isso queria dizer que, sobre a ponte, era possível passar para o Uruguai, andar trinta ou quarenta metros, debruçar-se sobre a balaustrada e, gloriosamente, ali de cima, cuspir no Brasil, lá embaixo. (in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p. 52)

O mesmo escritor utiliza essa mesma referência para mostrar como imagem o afastamento que ela produz. No conto “Braulina”, jovens enamorados, mas contidos pelos juízos familiares, expressam suas angústias de corações partidos:

[...] foi quando passaram o risco que separa o Brasil do Uruguai, o traço vermelho no cimento da ponte. Estavam, ele do lado de cá, ela do lado de lá, um passo na frente. Ele pediu que ela parasse e disse, com surpreendente e brutal naturalidade:  
– Que engraçado, nós tão perto um do outro e tão separados! (SCHLEE, 1988, p. 64)

As determinações das leis, as imposições dos tratados e as demarcações que afirmam o que é de um e de outro são sempre definidas por um poder central, por

governantes que, na maioria das vezes, são pessoas que não têm a vivência do espaço que milimetricamente repartem. Não sabem, provavelmente, que para “o habitante da fronteira, o fronteiriço, [que] é um homem com mentalidade própria à integração [...], as noções de espaço e nacionalidade muitas vezes são tão abstratas quanto a ideia da existência de uma linha demarcatória que o separa ‘do outro país’.” (PADRÓS, 1994, p. 76). Por isso, hoje, aquela linha vermelha no meio da ponte, apesar de ainda existirem rastros, ninguém mais percebe porque anos de intenso tráfego de pessoas, do sol e da chuva, fizeram dela não mais uma identificação de espaço delimitado, mas sim um reconhecimento do apagamento de divisões:



Figura 9: Divisa Jaguarão-BR/Rio Branco-UR na Ponte Internacional Mauá.  
Foto: Carlos Garcia Rizzon. Julho de 2011.

As situações conflituosas, motivadoras de inúmeros enfrentamentos bélicos, fizeram com que os habitantes dessas terras indecisas – por serem indefinidas, ou de definições fugazes – determinassem fronteiras marcadas por suas evidências históricas, isto é, formou-se uma população culturalmente múltipla e híbrida, construída por tradições de vertentes de um lado e outro, pois, em determinado período, ora estava sob a regência do governo espanhol, ora sob as ordens do governo português; posteriormente, estava submetida ora à Argentina, ora ao Uruguai e ora ao Brasil imperial ou ao Rio Grande republicano. Estudo da professora Helen Osório esclarece que

o atual estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai, no século XVIII, faziam parte de um mesmo espaço em construção, uma zona de fronteira, com ampla circulação humana e material, no qual os súditos de uma e outra Coroa

instalavam-se conforme fosse mais fácil sua sobrevivência, independentemente de fidelidades estatais. (in CASTELLO et al. 1995, p. 114)

Essa mesma consideração pode ser estendida a épocas posteriores, pois as guerras na região foram uma constante até o início do século XX, impondo à fronteira um permanente deslocar do limite, fazendo dela muito mais uma interligação das populações do que propriamente a sua separação. Em passagem por Jaguarão, o suíço-alemão Carl Seidler, que serviu no exército brasileiro na campanha da Cisplatina entre 1826 e 1828, fez, com desconfiança, a seguinte observação:

Os moradores eram amáveis e gentis, se bem que usassem o capote para o lado do vento e mantivessem secreto entendimento político com seus vizinhos, os moradores da província Cisplatina. A situação arriscada de Serrito [hoje Jaguarão] pode explicar a conduta dúbia de seus moradores, pois ora estava em poder dos espanhóis, ora dos portugueses. O rio, que separa a cidadezinha do território inimigo fronteiro, é facilmente atravessado pelas rápidas canoas, e como a cidade não tem fortificações, as tropas da república sul-americana costumam ocupá-la assim que os portugueses lhes voltam as costas. (SEIDLER in SOARES; FRANCO, 2010, p. 21-22)

Em relação a episódio ocorrido em Jaguarão no dia 27 de janeiro de 1865, quando foi atacada pelos *blancos* uruguaios, Lothar Francisco Hessel registra que “os jaguarenses eram acometidos mais por serem brasileiros do que por serem jaguarenses. As gentes de fronteiras, em tempos normais, se entendem bem melhor do que comumente se julga.” (in SOARES; FRANCO, 2010, p. 139)

O entendimento entre fronteiriços de ambos os lados da divisa possui laços estreitos porque a exogamia foi persistente “desde sus primeros contactos”, aponta o pesquisador John Charles Chasteen, e “los fronterizos de habla hispana y portuguesa parecen haberse mezclado fácilmente, a pesar de los frecuentes conflictos entre sus gobiernos. Los matrimonios entre ellos eran comunes.” (CHASTEEN, 2001, p. 40). Constata-se que “raras são as famílias, hoje como ontem, que se conservam rigorosamente brasileiras ou orientais” (FRANCO, 2001, p. 25). Nos tempos da Cisplatina, inclusive, era política do governo o favorecimento dos enlaces binacionais, no intuito de sedimentar a presença brasileira no solo oriental. Outros motivos também contribuíram para o entrelaçamento fronteiriço, como o trânsito de escravos conduzidos por proprietários de terras tanto no Brasil como no Uruguai e as migrações do gaúcho, segundo argumento de Sérgio da Costa Franco, pois

foi o gaúcho livre e “vago” que, transitando de um lado a outro da linha divisória, tornou-se um agente vivo de interação entre as duas nacionalidades. A pobreza estimulava tais migrações, mas também outros fatores o faziam, como a criminalidade e a fuga aos recrutamentos arbitrários. As condições de subemprego, que em geral foram comuns a ambos os lados depois do cercamento dos campos, estabeleceram certa indiferenciação da oferta de mão-de-obra, que nem mesmo as regras legais restritivas conseguiram discriminar. (2001, p. 26)

Ainda outro fator, comentado por Chasteen, refere-se a que os “riograndenses más pobres se codeaban también con muchos criollos orientales [...] [porque] no podían permitirse el lujo de tener un tutor, y si sus hijos iban a estudiar, debían aprender español” (2001, p. 43).

Nas escolas fronteiriças, tanto antes como agora, os falares mesclados de português e espanhol evidenciam a interação existente na fronteira, como destaca Sérgio da Costa Franco ao mencionar um discurso de inspetor de escola uruguaio em 1907, quando advertia as autoridades do seu país sobre dificuldades no ensino causada pelo contato com o brasileiro. Dramaticamente, como funcionário público que zela por identidades nacionais, o tal inspetor não percebia a riqueza da diversidade cultural sob seu nariz e fazia a crítica:

Nuestras escuelas fronterizas, diseminadas en la extensa región donde domina la lengua portuguesa y los hábitos y costumbres brasileños, y donde nuestros compatriotas no saben que lo son – o parecen no saberlo –, requieren, exigen, imponen una especial enseñanza para los niños que las frecuentan. Esos niños son orientales sí, casi en su totalidad, pero abrasilados!... Proceden de un hogar que sólo es uruguayo por el territorio que ocupa; sus padres no son orientales, aunque lo sean – por las razones ya expuestas; las madres que les dieron ser tampoco lo son, porque aunque hayan sido bautizadas o inscritas en la República, nacieron, se criaron y se hicieron mujeres entre extranjeros. (in FRANCO, 2001, p. 28)

Na contramão desse posicionamento está a produção do poeta Fabián Severo, natural da fronteira cidade de Artigas, Uruguai, que busca seus versos na própria alma e o que lhe saem são poesias carregadas de originalidade linguística que dão uma tonicidade própria e libertária, fora de qualquer padrão restritivo, como o poema intitulado “Trinticuatro”:

Mi madre falava mui bien, yo entendía.  
*Fabi andá faser los deber*, yo fasía.  
*Fabi traseme meio litro de leite*, yo trasía  
*Desí pra doña Cora que amañá le pago*, yo disía  
*Deya iso gurí i yo deiyava.*

Mas mi maestra no entendía.

Mandava cartas en mi caderno  
todo con rojo (igualito su cara) i asinava imbaiyo.

Mas mi madre no entendía.  
*Le iso pra mim ijo* i yo leía.

Mas mi madre no entendía.  
*Qué fiseste meu fío, te dice que te portaras bien*  
i yo me portava.

A istoria se repitió por muintos mes.  
Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.  
Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.

Intonces serto día mi madre entendió i dice:  
*Meu fío, tu terás que deiyá la iscuela*  
i yo deiyé. (SEVERO, 2011, p. 58)

Indiferentes ou hesitantes em sua consciência de nação, os habitantes da fronteira “criam às vezes uma ideologia própria ‘nacional’, procurando transformar a região disputada, heterogênia nas suas componentes nacionais, numa ‘pátria’ particular.” (ZIENTARA, 1989, p. 314), conformando uma margem fronteira muito comumente relegada a segundo plano pelas autoridades e condenada ao abandono. Nos versos do poeta jaguareense Martim César Gonçalves, declara-se a “pátria particular” moldada através do reconhecimento de histórias e culturas diferentes, mas que se conjugam na mesma raiz:

Venho da mesma raiz  
Profunda e antiga do pago  
E essa estirpe que eu trago  
Desde a ancestral matriz  
Moldou a pátria que eu fiz  
No vaivém das fronteiras  
Em duas Américas lindeiras  
No garrão do continente...  
“Dois idiomas diferentes  
Mas só uma gente campeira”! (GONÇALVES, 2008)

Parece também ser essa a identificação que Sergio Faraco encontra na narrativa de Mario Arregui, como declarou em correspondência com o autor uruguaio no período em que fazia a tradução para o português de contos do seu amigo. Na carta, expõe diferenças entre seus territórios, mas mais do que isso percebe aproximações que os fazem conterrâneos da mesma “nação pampiana”: “O Uruguai e o Rio Grande se parecem. O Rio Grande padece a influência deletéria do imperialismo cultural do centro do país e é nessa medida que teus contos recobram a índole do homem do campo – inclusive o rio-grandense – e, exagerando, sua “nacionalidade”” (in ARREGUI; FARACO, 2009, p. 28)

Na concepção topográfica determinada pelas cartografias da criação e fortalecimento dos Estados modernos, na invenção de territórios homogêneos que se organizavam segundo exigências de aparelhos e estratégias estatais, reconheciam-se as fronteiras em confins naturais, constituindo-se por elementos “de uma doutrina pseudocientífica, a chamada geopolítica [...], que atribuía aos fatores geográficos uma função determinante na história política.” (ZIENTARA, 1989, p. 308). No entanto, um rio ou uma montanha só podem ser considerados marcos de divisão quando ainda não tocados pelas sociedades. Se, em casos de expansão militarizada, eles oferecem obstáculos notáveis, em tempos de paz um rio, por exemplo, pode ser uma via de transporte, mobilidade das pessoas e de relações de intercâmbio de mercadorias, ocasionando contatos e imbricações culturais, o que pulveriza as clássicas soberanias e dilui as definições rígidas da fronteira. Opera-se aí um *modus vivendi* que integra “uma definição prática [...] da fronteira, que pode então diferir significativamente daquela dos topógrafos.” (LEENHARDT in MARTINS, 2002, p. 28)

Assim, o espaço fronteiro conforma um outro espaço “que contém territórios dos países em contato e que sofre, além dos influxos [...] nacionais, uma dinâmica própria resultante da interação social dos agentes fronteiros” (PADRÓS, 1994 , p. 69). Para Hommi Bhabha,

O que é manifestamente novo nesta versão do espaço internacional e sua (in)visibilidade social é sua medida temporal [...]. A temporalidade não-sincrônica das culturas nacional [ou local] e global abre um espaço cultural – um terceiro espaço – onde a negociação das diferenças incomensuráveis cria uma tensão peculiar às exigências fronteiriças. (1998, p. 300)

Na consideração do tempo não-sincrônico enfatizado por Bhabha, tem-se a possibilidade de se ser Outro, que é o que mostra Luiz Carlos Barbosa Lessa ao narrar a seguinte passagem ocorrida no ano 2000:

Depois de um tempão sem aparecer por lá, agora fui a Jaguarão, como convidado da Prefeitura, para participar da solenidade comemorativa do Brasil 500 anos [...]. Os discursos se referiam, empolgadamente, à chegada das naus portuguesas a Porto Seguro, em abril de 1500, mas nenhum dos oradores teve a coragem de lembrar que, naquela época, a futura Jaguarão – e o Rio Grande do Sul como um todo – não pertenciam à comunidade lusitana. Por determinação do Tratado de Tordesilhas, inspirado pelo Papa Alexandre VI, da enseada catarinense de Laguna para o Sul já éramos, todos, castelhanos. [...] Brasil 200 anos foi a comemoração imaginada, meio por brincadeira, meio às deveras, agora para o ano que vem, em Jaguarão. (in SOARES; FRANCO, 2010, p. 152-153)

Comemorar 200 anos um ano depois da comemoração dos 500 marca muito bem que, apesar de brasileiros, nossa história é também “castelhana”. Expõe que, como define o título de um livro de Aldyr Garcia Schlee – e que, hoje, também é nome de rua em Jaguarão –, a fronteira é “Uma terra só”, mas múltipla, pois é o espaço do reverso, do igual que é oposto, como explicam as palavras de Schlee:

Vivia perplexo diante do Uruguai, não propriamente diante do mundo; mas, antes, diante daquele outro mundo: tão perto e tão longe, logo ali do outro lado da risca vermelha no cimento da ponte, *muy cerca, cerquita*, cercado (a risca vermelha no meio da ponte!)... Aquele outro mundo, separado e unido pelo rio: tão diferente e tão igual; tão distinto e *tan distinto*; tão distinguido e *tan distinguido*; tão esquisito e *tan esquisito*... (in SCHÜLER; BORDINI, 2004, p. 53)

Na fronteira, o lado de cá e o lado de lá se encontram para dar espaço ao entrelugar, permitindo que, “no confronto do aparentemente ‘similar’, identifique-se o ‘específico’, aquilo que caracteriza as ‘tensões’ nesse processo.” (CARVALHAL, 2003, p. 164). Tensões como o contraste descritivo da cena que encerra o conto de Simões Lopes Neto citado acima, “Contrabandista”, quando, já na hora imprecisa do “fusco-fusco”, chega a comitiva para entregar o corpo de Jango Jorge: “Ninguém perguntou nada, ninguém informou de nada; todos entenderam tudo...” (LOPES NETO, 2009, p. 109)

A análise do “específico” é o que propõe a abordagem comparatista da literatura, trabalhando justamente com o entre do “nada” e do “tudo”, esses umbrais “fusco-fusco” do espaço intervalar, propiciando a visualização de conjuntos supranacionais, dinâmicos e geradores de realidades em contínuas reelaborações. Sendo a fronteira um lugar de travessia, de limites apagados e de alargamento de margens, ela “origina – diz Tania Franco Carvalhal – necessidades de representação” (2003, p. 154), para a afirmação de identidades. Identidades que se transformam constantemente, conforme os rumos dos deslocamentos de um lado a outro, mais favoráveis a um ou outro, conforme os tempos. Assim, segue Carvalhal, citando o que escreveu Mikhail Bakhtine: “O ato verdadeiramente criador (como qualquer ato, aliás) evolui em fronteiras (nas fronteiras dos valores) do mundo estético, da realidade do dado (a realidade do dado é uma realidade estética), nas fronteiras do corpo, nas fronteiras da alma.” (2003, p. 153)

É nesse sentido – diferente de muitas ideias que se propõem integracionistas, mas que pregam acabar com as fronteiras, ultrapassar as fronteiras, ir além das fronteiras – que

é importante que a fronteira seja valorizada e afirmada, reconhecendo-se nela a riqueza das diferenças e da multiplicidade, pois ela é uma zona privilegiada para o encontro com o Outro. Dessa forma, tem-se a sua percepção simbólica, transcendendo para o imaginário, para um “sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta” (PESAVENTO in MARTINS, 2002, p. 35). Torna-se, assim, cultural, apresentando visões de mundo que se revitalizam a partir do conhecimento do Outro e do reconhecimento de si mesmas. O espaço da fronteira, como “caminho entre dois territórios e não pertencendo nem a um nem a outro mas aos dois, abre a perspectiva de um terceiro olhar, nem perdido na singularidade do lugar, na cor local, no *genius loci*, nem perdido nas brumas da abstração universalizante.” (LEENHARDT in MARTINS, 2002, p. 30). A fronteira ensina a lição, diz Schlee com um pé no Brasil e outro no Uruguai, de que “nós não somos nós, mas *nosotros*, nós outros, nós-nos-outros...” (in SCHÜLER, BORDINI, 2004, p. 49). Assim, como espaço de confluência e de hibridação, onde desvelam-se questões de alteridade, a fronteira gera movimentos que dispersam centralismos, homogeneidades e únicas verdades, revelando imagens especulares que são as mesmas, mas de forma diferente. E do mesmo modo que a fronteira, entendida por sua referência simbólica e por seu caráter cultural e que transcende ao imaginário, coloca em evidência outras percepções geográficas, também ela impõe revisões políticas, históricas, linguísticas, literárias e identitárias para mostrar outras dimensões do seu significado, indicando representações de passagens ambivalentes do ser e não ser.

Com esse âmbito – contrário ao “sem fronteiras” ou ao “além das fronteiras”, mas sim em direções de fronteira afora – que se torna relevante discutir a personagem Antônio de Souza Netto, de Tabajara Ruas, general republicano e brigadeiro imperial, defensor dos negros e escravocrata, herói farroupilha no Rio Grande e mercenário na Banda Oriental, representação histórica e ficcional, real e imaginária, entre “memórias do que foi e já não será”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Título de livro inédito de Aldyr Garcia Schlee.

### 3. HEROICIDADES DE HONRAS INCERTAS

Já houve tempos, no Rio Grande do Sul, de acaloradas discussões sobre a formação do gaúcho deste pago, quando se dividiam posições entre uma matriz com influência platina e outra de constituição unicamente luso-brasileira. A polêmica que parece ter sido a de maior proporção se deu poucos anos antes das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, quando Alfredo Varela publicou, em 1933, a sua **História da grande revolução: o ciclo farroupilha no Brasil**, onde reconhecia interferências externas aos acontecimentos que se desdobraram na Província do Rio Grande, e admitia o caráter separatista da Revolução. Historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul daquela época se opuseram veementemente a essa proposição. Hoje, para algumas opiniões, Varela foi ingênuo por “dizer a verdade antes do tempo e sem alguma sinuosidade” (SILVA, 2010, p. 59). Décadas depois do acirrado debate provocado com a publicação de Varela, ainda permaneciam discursos que apontavam distinções entre o gaúcho brasileiro e o do Prata. Em **Fronteira**, livro publicado em 1975, Moysés Vellinho era enfático:

Para nos colocarmos, de uma vez por todas, a coberto de incompreensões e equívocos que continuam lavrando entre pessoas mal informadas, convém insistir nesta premissa: o Rio Grande do Sul é, desde as raízes até à construção de sua legenda heróica, fruto de uma laboriosa empresa exclusivamente luso-brasileira. O elemento que nela se empenhou, e que prevaleceu na formação do homem historicamente representativo do Continente de São Pedro, provinha todo do mesmo espaço político. (1973, p. 199-200)

No entanto, essa posição de Vellinho é uma opinião que não mais repercute, pois noções de interrelações e diálogos com as quais se trabalham atualmente evidenciam preconceitos nacionalistas que não reconhecem aproximações culturais que fizeram a constituição do gaúcho. Valorizam-se assim colocações como as que já fazia João Pinto da Silva, que percebia a “proximidade tentacular” do Prata, dizendo que “a faixa de mais aguda personalidade [do gaúcho] é, sem dúvida, a fronteira” (1930, p. 128), destacando uma “fisionomia histórica” que se formou justamente através dos contatos lusos e hispânicos no pampa. O professor Antônio Hohlfeldt apresenta argumentos que não deixam dúvidas em relação a essa ideia:

Para o pesquisador interessado em estudar a história e a presença do gaúcho, chama a atenção, desde logo, o fato de que a bibliografia disponível, seja ela argentina, uruguaia ou brasileira, termina por ser essencialmente a mesma. Ainda

que alguns autores advoguem por vezes perspectivas que pretendem encontrar diferenças naquele tipo social, confluem os estudos naquilo que é essencial. Isso ocorre, certamente, porque, de fato, embora existam pequenas modificações entre os muitos representantes do tipo social que pretendemos estudar, elas não são assim tão essenciais que signifiquem outro tipo, e sim, no máximo, variação sobre aquela mesma humanidade. (2006, p. 21-22)

O registro histórico do tipo que seria conhecido como gaúcho vem de longa data. Em 1945, no livro **El gaúcho: Argentina, Brasil, Uruguay**, Emilio A. Coni menciona carta do governador de Buenos Aires Hernandarias – ou Hernando Arias de Saavedra –, de 1617, com a seguinte aparição documentada:

He puesto orden en las vaquerías de las que vivía mucha gente perdida que tenían librado su sustento en el campo [...], atenderán por el hambre y necesidad a hacer chácaras y servir poniéndose a oficio a que he forzado y obligado a muchos mozos perdidos poniéndolos a mi mano a ello. (in CONI, 1986, p. 56)

Os chamados “mozos perdidos” eram *criollos*, mestiços filhos, provavelmente, de pais europeus e mães indígenas, indicando desde então a penúria e marginalidade desse tipo social e, pelo tom da correspondência do governador, sua condição de sujeito a ser “corrigido”. Estudos recentes da professora Virginia Bertolotti, apoiada em colocações de Fernando Assunção em **El gaúcho**, confere o surgimento do *gaúcho* uruguaio em fins do século XVII e princípios do XVIII, sobretudo devido ao cerco dos espanhóis ao enclave português de Colônia do Sacramento, pois aí começou “un maridaje con el portugués de fundamental importancia en la formación gauchesca del nuestro país” (2007, p. 169). Coni também afirma que “con el portugués aparece en el escenario gauchesco un nuevo elemento étnico que en el teatro uruguayo desempeñó un importante papel” (1986, p. 96). Dessa maneira, para Bertolotti, o gaúcho “surge entonces de la confluencia del mundo hispano, del mundo luso y del mundo indígena y es un nuevo tipo de persona que se define por una forma de hacer nueva, a la que corresponderá, entonces, una nueva forma de decir.” (2007, p. 170). A “forma de hacer nueva” a que se refere Bertolotti tem a ver não só com o recolhimento de gado selvagem nas pradarias como também, desde então, com a extração do couro de animais ditos como pertencentes à coroa espanhola, como descreve informe do vice-rei Arredondo em fins do século XVIII:

[...] las manos destructoras de los gauderios y changadores matan las reses que se les antoja, los unos para comer un pedazo de asado, dejando inútil lo restante y aun hasta el cuero, y los otros únicamente para sacarle el cuero y venderlo a personas que, en consiguiendo su lucro, no escrupulizan en cuanto al modo de adquirirlo. (in CONI, 1986, p. 78)

Documentos do século XVIII se referem a esse tipo não ainda como *gauchos*, mas como “vagamundos, changadores, malevos y otros calificativos más o menos cariñosos” (idem, p. 73). Na sua pesquisa, Bertolotti apresenta quantidades de correspondências e expedientes judiciais que apontam

[...] una relación permanente entre los portugueses, los indios, las actividades de robo o contrabando y la denominación *gauderio*, que parece señalar a un colectivo unido por la tarea de robo de ganado vacuno y caballar, que no forma parte del “mundo oficial” español (BERTOLOTTI, 2007, p. 172)

Um documento de 1763 referente a declarações de dois desertores da guarda de Maldonado exemplifica essa relação: “Éstos [dos baqueanos que guiaban a los que entraban a hurtar los caballos a los terrenos de su S.M.], ayudados de gauderios e indios minuanes y algunos soldados, habían conducido diferentes tropas de caballos [...]” (in BERTOLOTTI, 2007, p. 171). E outro de 1767, onde o comandante de Maldonado assinala que “han arrestado a un gauderio que me aseguran ser uno de los mayores ladrones que ha habido en estos contornos” (idem, ibidem). Constata a pesquisadora que o termo *gauderio* está sempre associado a pessoas pouco apreciadas pelos autores dos documentos. Verifica também que, em correspondências posteriores, aparece o termo *gaucho* em coexistência com *gauderio*, mas ambos sempre com o sentido já conhecido, como no relato judicial que segue:

Habiendo entrado los gauderios el día 8 del corriente en el Pueblo de San Carlos, causando varios estragos, de que habrá dado a V.E. cuenta circunstanciado por menor su comandante [...]. Quiso la casualidad que se cogiese uno de los gauchos que asaltaron al pueblo, a quien confieso ya determiné ajusticiar en él para escarmiento, pero habiendo resuelto dirigir una partida a la sierra en seguimiento de los malhechores, y considerando que el perfecto conocimiento del preso de todas las guardias pudiera contribuir mucho al feliz éxito de la empresa, le propuse mi idea ofreciéndole indulto de la vida con tal que dirigiese la tropa con acierto a las rancherías de los ladrones, cuya oferta abrazó con gusto, diciendo que el paje de su actual morada era la rinconada del Yaguarón. (in BERTOLOTTI, 2007, p. 177)

Na mesma condição está a observação de Coni em **Contribución a la historia del gaucho**, de 1937, transcrita por Augusto Meyer em **Prosa do pagos**:

[*gaucho*] foi citada pela primeira vez em documento de 1790, justamente um parecer propondo a criação de uma partida volante para que “persiguiese y

arrestase a los muchos malévolos, ladrones, desertores y peones de todas las castas, que llaman gauchos o gauderios” (MEYER, 2002a, p. 23)

Sendo comum haver desertores tanto das tropas portuguesas como das espanholas e, também, ser a fronteira do Rio Grande o destino de muitos fugitivos que praticavam abigeato nos campos da colônia espanhola, reconhece-se que o gaúcho no pampa formou-se no contato dos dois povos ibéricos com o elemento indígena. O tipo social, o gaúcho, que se conformou na região se faz presente mesmo antes da existência de sua denominação como tal, pois, reflete Coni: “hay peones vagabundos que viven a su antojo y a quienes gusta vivir sin Dios, sin rey y sin ley. ¿Son o no son gauchos estos personajes, aunque todavía no se llamen así? Poca o ninguna diferencia hubo entre éstos en la frontera riograndense con el nombre de gauderios y gauchos.” (1986, p. 99).

Será com essa designação pejorativa que Domingo Faustino Sarmiento fará o registro do gaúcho em **Facundo**, obra de 1845, depreciando o tipo que vive no campo:

La vida del campo, pues, ha desenvuelto en el gaucho las facultades físicas, sin ninguna de las de la inteligencia. [...] Sin ninguna instrucción, sin necesitarla tampoco, sin medios de subsistencia, como sin necesidades, es feliz en medio de la pobreza y de sus privaciones, que no son tales para el que nunca conoció mayores goces ni extendió más alto sus deseos. (1999, p. 56)

Antes, a figura do gaúcho já havia sido identificada pela literatura em contextos revolucionários e de guerras civis do início do século XIX, através de textos como os de Bartolomé Hidalgo, com seus *cielitos* e diálogos patrióticos dos *gauchos* Contreras e Chano, onde o poeta popular faz sátiras e também apresenta desilusões em relação aos primeiros governos independentes:

CONTRERAS

[...]

Mientras se calienta el agua  
y echamos un cimarrón  
¿qué novedades se corre?

CHANO

Novedades... qué sé yo;  
hay tantas que uno no acierta  
a qué lao caerá el dos,  
aunque le esté viendo el lomo.  
Todo el Pago es sabedor  
que yo siempre por la causa  
anduve al frío y calor.  
Cuando la primera Patria,

al grito se presentó  
 Chano con todos sus hijos.  
 ¡Ah tiempo aquel, ya pasó!  
 Si jue en la Patria del medio  
 lo mesmo me sucedió,  
 pero, amigo, en esta Patria...  
 Alcancemé un cimarrón. (HIDALGO in GARGANIGO; RELA, 1967, p. 17-18)

Depois, na segunda metade desse mesmo século, poemas como “Los tres gauchos orientales” e “El gaucho Martín Fierro”, ambos publicados em 1872, o primeiro de autoria do uruguaio Antonio Lussich e o outro do argentino José Hernández, descrevem sofrimentos e errâncias de gaúchos desertores. Antônio Hohlfeldt analisa essa condição abandonada

[...] como resultado da atitude das autoridades que, recrutando-o [o gaúcho] à força, quando agregado às estâncias ou arrancando-o de junto de suas famílias, envia-o como soldado para constituir as tropas de combate contra índios – no caso da Argentina – e abandona-o depois à sua própria sorte: ou pelo tratamento marginal e espoliador que lhe dispensava, obrigava-o à deserção, de onde a necessidade do gaúcho desertor de se tornar anônimo, a fim de escapar à prisão e mesmo à morte. (in CHIAPPINI; MARTINS, 2006, p. 32-33)

Apresentam-se, nos textos de Lussich e Hernández, junto às penas do *gaucho*, sua força e sua valentia, capaz de enfrentar com coragem destemida as *partidas* de soldados do exército que perseguem a *gauchos maulas*. O retrato dessa situação é mostrado também por Eduardo Gutiérrez no seu romance **Juan Moreira**, publicado na Argentina na forma de folhetins entre os anos de 1879 e 1880. A personagem do título da obra, assim como os *gauchos* literários do período, é recrutada para o exército, de onde foge e passa a ser perseguida por *renegao*. Juan Moreira descreve e interroga suas angústias assim:

El gaucho invocó sus derechos – ¿pero qué gaucho tiene derechos? –. Invocó la justicia, palabra hueca para él, y no fue escuchado. [...]  
 De pronto se le ocurría ir a buscar abrigo y tranquilidad entre los indios, pero entonces tendría que abandonar a su mujer y a su hijo, que quedarían desamparados y que eran los únicos lazos que lo ataban a su existencia desventurada, haciendo que con tanto encarnizamiento disputara su cabeza a la justicia de paz.  
 “Yo peleo con las partidas – pensaba Moreira – porque necesito vivir para mi hijo, y para que no le digan mañana que me mataron porque fui cobarde. El hombre que me matara me haría un verdadero servicio, porque yo no vivo sino sufriendo. ¿Pero qué sería de mi hijo si yo muriera? Por ahora tengo que vivir, después veremos.” (GUTIÉRREZ, 1980, p. 20; 97)

Vê-se que, em fins do século XIX, a representação do gaúcho se faz pela denúncia de sua marginalidade imposta por políticas governamentais através da exposição trágica

dos dramas vividos pelas personagens, contrapondo-se à figura traçada por Sarmiento, que conferia aos homens do campo as mesmas qualificações presentes nos documentos coloniais, onde são descritas perseguições aos mestiços marginalizados e identificados como bandidos. Para José Antonio Portuondo, citado por Hohlfeldt,

Facundo es la Biblia de aquella alevosía. Martín Fierro es el anti-Facundo porque constituye una respuesta al libro de Sarmiento y expresa los resultados de la violencia civilizadora: la vida miserable del gaucho bárbaro, en lucha contra el indio y contra la justicia de la civilización. Es el poema del desajuste nacional. (PORTUONDO apud HOHLFELDT in CHIAPPINI; MARTINS, 2006, p. 54)

Décadas depois, o enfoque que retrata o gaúcho será diverso. É o que se constata em **Don Segundo Sombra**, de Ricardo Güiraldes, obra publicada em 1926, já em um período alimentado artisticamente por vanguardas modernistas e em uma época de desaparecimento do gaúcho que, diante das modernidades do tempo, permanece nas sombras dos seus traços. Desaparecido, o gaúcho se fará presente na rememoração poética que o transformará e o enriquecerá literariamente, como observou João Pinto da Silva em 1924, antes mesmo da publicação do livro de Güiraldes:

Certos autores, daqui e do Prata, descrevem o gaúcho à semelhança de matéria inorgânica, inassimilável. É um erro em que, aliás, eu próprio já incorri, oriundo da contemplação excessiva do passado [...]. O que o homem dos nossos campos, tanto o estancieiro quanto o mais humilde trabalhador rural, oferece de impressionante, a qualquer observador metucioso, é justamente a sua capacidade de renovação, a presteza da sua ativa e inteligente adaptação às exigências novas da vida. (1930, p. 133)

Assim, seguindo trajetórias de representação do gaúcho, a análise da pesquisadora Joana Bosak apresenta, a partir de Leopoldo Lugones, continuidade e transformação da figura pampiana:

Do ponto de vista literário, a preocupação em identificar o habitante do pampa tem a sua tese, segundo Leopoldo Lugones, com o **Facundo**, de Sarmiento, que impõe, como inexorável desde então, a dicotomia civilização e barbárie. O romance **Don Segundo Sombra**, do também argentino Ricardo Güiraldes, faz o movimento contrário ao clássico **Martín Fierro**, que seria a antítese. O *gaucho* barbarizado de José Hernández é *malo* porque vítima de uma sociedade injusta. [...] **Don Segundo Sombra**, a síntese, é, finalmente, o *gaucho* sábio, “civilizado”. Seu conflito não é com a sociedade, mas interiorizado, consigo mesmo; é a busca da identidade *gaucha* do *gaucho* Fabio Cáceres, pupilo de Don Segundo. (BOSAK in CHIAPPINI; MARTINS, p. 161-162).

A partir da inexistência do gaúcho bravo e impetuoso nos anos posteriores tal como existiu em textos de tempos passados, produto que era de elaborações ideológicas que o ressemantizavam conforme conjunturas políticas cambiantes no território do pampa – tendo sido identificado desde ladrão, bandido e vagabundo, depois vítima social e injustiçado até chegar a herói das lutas de independência e de fronteira e em guerras civis – trabalhará a literatura com a sua reinvenção mítica, construindo um arquétipo imaginário que o colocará como elemento representativo de todo o pampa, abarcando partes do Brasil e da Argentina e de todo o Uruguai. Ficando para trás os tempos em que o gaúcho servia à pátria peleando contra indígenas, contra invasores lusitanos ou castelhanos e contra adversários políticos do seu caudilho, coube aparecer um gaúcho mitificado para recuperar essa imagem perdida com a sua transformação em assalariado rural ou miserável perdido nas periferias urbanas. Junto a isso, é preciso ter em conta a observação de Jorge Luis Borges:

Derivar la literatura gauchesca de su materia, el gaicho, es una confusión que desfigura la notoria verdad. No menos necesario para la formación de ese género que la pampa y que las cuchilladas fue el carácter urbano de Buenos Aires y Montevideo. Las guerras de la Independencia, la guerra del Brasil, las guerras anárquicas, hicieron que hombres de cultura civil se compenetraran en el gauchaje; de la azarosa conjunción de esos dos estilos vitales, del asombro que uno produjo en otro, nació la literatura gauchesca. (1989, p. 179)

Assim, a voz gauchesca empregada pelo escritor letrado “hace como que la toma prestada del pueblo y hace como que la devuelve al pueblo, muchas veces situando el discurso en boca de un personaje, que es un gaicho de papel.” (ROCCA, 2009, p. 16). Buscando aproximar-se da oralidade do campo, nas obras escritas dos autores gauchescos “sobresale el interés por idealizar – más que reproducir – ese mundo” (idem, p. 11), continuam as observações de Rocca, onde as vozes das personagens se conjugam, muitas vezes, em heroísmos derivados das guerras.

Analisando o gênero gauchesco no livro que tem esse mesmo título, **El género gauchesco**, de 1988, Josefina Ludmer apresenta relações entre vozes escutadas e palavras escritas para refletir sobre essa literatura. Verifica “dos caras del uso del gaicho: el uso literario de la voz y el uso económico o militar de los cuerpos” (2000, p. 9). Observa também delimitações: o limite da ilegalidade do gaúcho delinquente e o limite das guerras, que o utiliza militarmente. Assim, sentencia a pesquisadora,

[...] en el centro, un paralelismo entre el uso del cuerpo del gaicho por el ejército y el uso de su voz por la cultura letrada que define el género. [...]

ejército y poesía se abrazan y se complementan. El gaucho puede “cantar” o “hablar” para todos, en verso, porque lucha en los ejércitos de la patria: su derecho a la voz se asienta en las armas. Porque tiene armas debe tener voz o porque tiene armas toma otra voz. Surge entonces lo que define de entrada al género gauchesco: la lengua como arma. (idem, p. 23)

Essas são marcas que aproximam as obras regionalistas produzidas no Rio Grande do Sul com as obras denominadas *criollistas* escritas no Uruguai e na Argentina. Vê-se então que os traços de linguagens, estilos, temas, tempos e espaços se sobrepõem nas narrativas de quaisquer desses territórios, conformando sistemas literários que se interpenetram para estruturar polissistemas culturais, como é compreendido por Itamar Even-Zohar. É claro que há de se dimensionar as relações, pois o regionalismo do Rio Grande do Sul possui também uma discussão no seu âmbito nacional. Mas ao mesmo tempo, percebe-se que em aspectos geográficos, por exemplo, o ambiente físico não possui alterações drásticas de um a outro lado dos limites nacionais, conferindo uma única comarca pampiana, como enfatizou Ángel Rama. Ainda, tomando-se o histórico de lutas da região, evidenciam-se as aproximações temáticas das obras literárias. Sobre essa questão, é possível ampliar a todo o pampa as considerações abaixo feitas por Carlos Dante de Moraes:

O Continente de São Pedro [ou o pampa], interposto entre dois domínios expansionistas, estava fadado a ser um campo de lutas, um cenário áspero onde se degladiariam os intuítos e empreendimentos políticos e econômicos das duas nações peninsulares. Mas justamente essa conjuntura, assentada em campinas vastas e ricas de gado alçado, propiciaria a formação de uma sociedade de pastores guerreiros, cujos sentimentos e aspirações caminhariam, no século passado [séc. XIX], num sentido cada vez mais autonomista. (MORAES, 1959, p. 91)

Da mesma forma, alargando a fronteira descrita por João Pinto da Silva para os espaços das inúmeras batalhas do século XIX na região pampiana, tem-se uma colocação semelhante: “[...] por força das lutas que nela se têm desenrolado; pelo que, para defendê-la, temos sofrido, através de vitórias e derrotas, é a raia, é a fronteira que dá fisionomia histórica específica ao Rio Grande.” (SILVA, 1930, p. 129)

Assim, questões históricas que circulam nos trânsitos fronteiriços, nos enredamentos culturais, nas disputas políticas e nas conformações sociais são mananciais – se não os mesmos, pelo menos equivalentes – para as literaturas de Uruguai, Argentina e

sul do Brasil. A Revolução de maio de 1810 foi o marco do processo de independência da Argentina, declarada definitivamente como um Estado-nação em 1816. No entanto, as disputas internas entre os unitários e os federalistas prolongaram-se em sangrentas batalhas até muitos anos depois. Do mesmo modo, após a guerra da Cisplatina – denominação brasileira – ou Guerra da Independência – como preferem os uruguaios –, os conflitos entre os grupos opositores no Uruguai provocaram diversas lutas e revoluções até o início do século passado. No Rio Grande do Sul não foi diferente. O espírito belicoso que moldou as independências das colônias hispânicas e as disputas internas das novas nações também se fez presente no sul do Brasil. A Revolução Farroupilha, que iniciou em 1835, provocou a secessão e a instauração da República Rio-grandense pelos revolucionários no ano seguinte. A guerra com o Império brasileiro durou até 1845. Mais adiante, em 1893 e em 1923, as disputas entre republicanos e liberais e entre chimangos e maragatos provocaram novas revoluções dentro do estado. Mas talvez a mais cruenta luta oitocentista tenha sido a Guerra do Paraguai, entre os anos de 1865 e 1870, onde estima-se que noventa por cento da população masculina adulta paraguaia tenha sido morta pela Tríplice Aliança, formada por Argentina, Uruguai e Brasil.

Em todos esses conflitos, é curioso notar que algumas personagens tenham participações plurais: o uruguaio Fructuoso Rivera, por exemplo, foi coronel imperial brasileiro na Província Cisplatina e depois enfrentou o mesmo Império para alcançar a autonomia da Banda Oriental. Antônio de Souza Netto é outra figura de diferentes bandeiras, pois, nos anos da década de 1820, participou das batalhas contra os castelhanos ao lado do Império brasileiro na disputa pela Cisplatina; depois, no período da Revolução Farroupilha, lutou contra os imperiais que antes defendia e, em 1866, morreu na Guerra do Paraguai lutando outra vez pelo Império de Dom Pedro II. Ou então Aparicio Saravia, uruguaio filho de brasileiros que, ao final do século XIX e começo do XX, participou em revoluções tanto no Rio Grande do Sul quanto no território uruguaio. Seu irmão, Gumercindo Saraiva para os brasileiros e Gumersindo Saravia para os uruguaios, também foi revolucionário protagonista nos dois lados da fronteira. Diferente de Aparicio, que é herói nacional no Uruguai, Gumercindo não costuma ser lembrado com a mesma ênfase na história rio-grandense.

Sejam lusitanas ou castelhanas, imperiais ou republicanas, orientais ou brasileiras, muitas dessas figuras são retratadas, tanto na história como na literatura, como heróis pelo

destaque que obtiveram nos feitos guerreiros em que participaram. Estão identificadas com as decisões de acontecimentos importantes e, alocadas sobre pedestais e monumentalizadas, servem como modelo para a construção da figura do gaúcho heroico. O culto ao herói se insere em conceito desenvolvido por Thomas Carlyle, que, no do século XIX, apresentou uma série de conferências sobre o tema. Para o ensaísta escocês

A história universal, a história daquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui têm laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir; todas as coisas que nós vemos efetuadas no mundo são propriamente o resultado material externo, a realização prática e a incorporação dos pensamentos que habitam nos grandes homens mandados ao mundo: a alma de toda a história universal, pode justamente considerar-se, seria a história destes. (CARLYLE, 1963, p. 9)

Mas, além dos generais e caudilhos, que outros atores se envolveram em tantas guerras que definiram rumos históricos? Peões e escravos, que, em grande parte, não conheciam as causas que os levavam para as batalhas. Os embates eram motivados por interesses das elites pelo poder e pelo domínio de suas querências, de forma que o campo político era pequeno para definir o comando de um governo. Cada patrão de estância era dono de escravos e/ou senhor de uma legião de peões que trabalhavam em suas terras. Para organizar uma guerra, seja por não reconhecer um pleito eleitoral ou uma definição de fronteira, bastava recrutar seus trabalhadores do campo, gaúchos acostumados ao árduo trabalho campeiro, derrubando gado com o tiro de boleadeiras, sangrando animais com certos cortes no pescoço, defendendo honras em brigas de facão. Sem as guerras, esses gaúchos eram injuriados vagabundos, contrabandistas e párias que não respeitavam leis. Porém, no campo de batalha, sem defender nenhuma pátria ou partido político, mas um patrão de ocasião, eram tidos como valentes e corajosos. Muitos estavam ali por um simples par de botas que, se não o recebessem do caudilho que os comandava, roubariam de algum defunto como sobra de guerra.

A figura construída do gaúcho heróico, forte e varonil presente nas guerras foi incorporada pela literatura para repetir o modelo das personagens românticas europeias, climatizando-a nos pampas dos recém criados Estados rio-platenses como símbolo de uma nacionalidade. Diga-se, é bem verdade, um símbolo constituído na confrontação entre civilização e barbárie. O influxo platino fez-se presente nas obras dos autores sul-rio-

grandenses que representaram o gaúcho, até os anos 20 do último século, no mitificado “centauro dos pampas” ou “monarca das coxilhas”. Em **A divina pastora** (1847), de Caldre e Fião, é apresentada uma definição do caráter dessa figura inventada:

O rio-grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os velhos, a ser amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo; guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho da moral rio-grandense não é escrito, é tradicional, mas, apesar disso, ainda não foi alterado em um só de seus artigos [...] (1992, p. 81)

Naquele momento e mesmo depois de muitos anos da publicação do romance de Caldre e Fião, não era propósito identificar o rio-grandense como gaúcho, pois essa última denominação, como comenta Augusto Meyer ao citar denotação do lexicógrafo Pereira Coruja, ainda mantinha “os vestígios do primeiro sentido [...]: ‘Gaúcho, s.m., índio do campo sem domicílio certo’” (MEYER, 2002a, p. 34). Assim, apesar das descrições de viajantes estrangeiros feitas nas primeiras décadas do século XIX terem já abrandado a carga pejorativa do vocábulo gaúcho, este termo mantinha aspectos do seu caráter original de representação delinquente. Com os tempos e favorecido pelas conjunturas históricas é que “gaúcho” abarcará toda uma carga polissêmica, como bem descreve Meyer:

[...] logo de início, para os capitães ou autoridades e primeiros proprietários de terras – ladrão, vagabundo, contrabandista, coureador; para os capitães de milícias e comandantes de tropas empenhados em guerras de fronteiras – bombeiro, chasque, vedeta, isca para o inimigo, bom auxiliar para o munício e remonta; nas guerras de independência do prata, ou nas campanhas do sul – lanceiro, miliciano; a contar de certo momento histórico, no Rio Grande do Sul, para o homem da cidade – o trabalhador rural, o homem afeito aos serviços de pastoreio, o peão de estância, o agregado, o campeiro, o habitante da campanha; na poesia popular, um sinônimo de bom ginete, campeiro destro, com tendência para identificar-se com os termos *guasca*, *monarca*; e finalmente, para todos nós, um nome gentílico, a exemplo de *carioca*, *barriga-verde*, *capichaba*, *fluminense*. (idem, p. 34-35)

Nos romances de Tabajara Ruas, fiel às percepções da época ambientada nas suas narrativas, o escritor igualmente tenderá a evitar o uso da palavra gaúcho, preferindo outra denominação, como em “No sexto dia, aproximaram-se de um capão de mato. O *vaqueano* da região que tinha ido na frente aproximou-se a galope de Garibaldi.” (2005a, p. 137) [grifo meu]. Mas Ruas também se permite o uso do termo, ainda mais quando o relaciona a uma tradição que afirma uma pretensa masculinidade e brutalidade: “Os *gaúchos* se recusam a servir na infantaria, como se recusam a montar em égua” (2005b, p. 101) [grifo meu].

Nas produções literárias do século XIX, no entanto, enquanto que os escritores platinos já reconheciam significados positivos para *gaucho*, no Rio Grande do Sul era muito comum associar o termo aos “bárbaros” e “ferozes castelhanos” com quem se enfrentavam constantemente. De aí também reconhecer no rio-grandense aspectos de altivez, coragem, audácia e, com bastante entusiasmo, heroicidade. Dessa forma, esses atributos formam “uma mistura de valentia com fanfarronice, à qual se acrescenta o hábito de vingança, [que] é comumente celebrada pelos autores românticos oitocentistas.” (PESAVENTO, 2001, p. 216). É esse o caso de **O vaqueano**, romance de Apolinário Porto Alegre publicado em 1872, onde apresenta o traço da vingança que, junto à honra e à lealdade, conforma virtudes da personagem do título de sua obra:

Vingança?! Vertigem do ultraje, ebiez de sangue, desforço da honra e simultaneamente justiça fora dos códigos.  
 Vingança?! Mancenilha – pomo de ouro no galho, no lábio fel e veneno!  
 Vingança?! Abraço da alma sorridente num sonho e da alma esmoída ecúleo de angústia!  
 Vingança?! És tu também uma das sombras a embruscar os traços magistras do caráter rio-grandense, falha que ninguém pode, nem deve ocultar. (PORTO ALEGRE, 1973, p. 91)

Porém, autores mais recentes, como o brasileiro Walmor Santos e o uruguaio Mario Arregui, retomam a temática do gaúcho diante das guerras promovidas por caudilhos para trabalhar com outras questões que contradizem a imagem heróica do gaúcho, seja ele *gaucho* ou rio-grandense. É o caso dos contos “O herói não foi à guerra”, ambientado na revolução de 1923 entre chimangos e maragatos, no Rio Grande do Sul, e de “Un cuento con un pozo”, enfocando a luta entre *blancos* e *colorados*, sem precisar a data. Essa indefinição temporal do conto uruguaio coloca em evidência que a tensão vivida pelas personagens era comum para qualquer época. Não fossem as indicações dos partidos políticos envolvidos nos conflitos, também o espaço poderia ser tanto o uruguaio quanto o brasileiro ou mesmo argentino em quaisquer dos contos. Em “O herói não foi à guerra”, publicado em 1997 pelo Instituto Estadual do Livro em **O autor presente**: literatura gaúcha, coletânea organizada por Léa Masina, a personagem Gumerindo, diante da guerra eminente entre chimangos e maragatos, foge da luta. “Não tenho nada com isso” (p. 269), diz ele, não se importando com as disputas políticas travadas no estado. Na ocasião, suspeitava-se do resultado da eleição que mantinha Borges de Medeiros no cargo de Presidente da Província. Houve mobilização em todos os rincões do estado. No conto, ao

amanhecer do dia, sentindo o cheiro de pólvora no ar, Gumercindo se esconde e faz-se passar por louco para evitar ir à guerra. Mas seu vizinho, o compadre Zé-da-Venda, conclama: “O sangue farroupilha corre em nossas veias. É hora dos bravos!” (p. 270). Apesar de haver passado já um século praticamente, a memória da revolução que separou o Rio Grande do resto do país mostra-se latente, evidenciando uma orgulhosa coragem e valentia. Era conceito que um homem só se fazia homem de fato depois de participar em alguma guerra. Para afirmar sua masculinidade, era preciso enfrentar o risco da morte no campo de batalha. Quando os soldados batem à porta do casebre de Gumercindo para recrutá-lo para o pelotão que se formava, ele se esconde no fundo do quintal, em cima de um pé de laranjeira, deixando sua mulher sozinha diante dos revolucionários. Na casa, incomodados pela ausência de Gumercindo, os soldados “revistaram o quarto e o paiol, abusaram do café, beliscaram a bunda de Filoca e foram embora” (p. 270). Mais tarde, diante da insistência de Zé-da-Venda que procura pelo amigo, uma vez mais Gumercindo se esquia, trancando-se no quarto agarrado à garrucha e à adaga. A comadre avisa, girando o dedo indicador ao lado da testa, que o marido “Deu ‘pra variá’. Passa as noites acordado, falando sozinho. Se dorme, mija na cama. De repente até morde as pessoas!” (p. 270). Zé-da-Venda imagina então os deboches que certamente ele e os demais soldados iriam fazer nas rodas de mate. No entanto, quando, no final da tarde, os soldados partem, Gumercindo e sua mulher espiam pela fresta da janela a tropa se afastando e avistam o amigo pela última vez, pois ele seria um dos que não voltariam dos campos de batalha.

Também em “Un cuento con un pozo” – conto de Mario Arregui publicado em 1969, no livro **Tres libros de cuentos**, e traduzido para o português, em 2003, por Sergio Faraco, sob o título “Cavalos do amanhecer” – a heroicidade do gaúcho destemido é desconstruída para denunciar a opressão enfrentada pelos homens recrutados pelo exército. Neste conto, o ambiente é o pampa uruguaio em um contexto de guerra civil entre *blancos* e *colorados*, dois partidos políticos que, além dos pleitos eleitorais, travaram vários confrontos também através de lutas armadas. A personagem Martiniano Ríos, assim como Gumercindo de “O herói não foi à guerra”, igualmente não toma partido nem por um nem por outro grupo envolvido no conflito: “Me cago en todos. Yo no quiero...” (p.40), decide Martiniano Ríos, que não quer participar de uma guerra onde muitos são os que morrem lutando por causas que nem conhecem. Ele sabia o que era isso, pois já havia peleado em duas ocasiões anteriores. Dessa vez, o que faz, ao perceber a chegada de uma *partida*, um pelotão de guerreiros, é esconder-se no fundo do poço. No tempo em que permanece ali,

sua mulher e seu filho ficam à mercê da sorte diante dos cavaleiros que chegam ao rancho. O conto é bastante descritivo ao apresentar a personagem de Martiniano Ríos e o que ele faz às primeiras horas do dia, quando desperta e se levanta. Enquanto a mulher e o filho estão ainda dormindo, ele toma o seu chimarrão acompanhado da presença do seu cachorro Correntino, que é quem primeiro pressente a aproximação dos forasteiros, ainda antes do sol raiar e, portanto, antes de que pudessem ser vistos. A impaciência e os latidos do cachorro vão atormentando Martiniano e o fazendo perceber que estavam a caminho para buscá-lo. A ideia de esconder-se no poço obtém o resultado de livrar-se da guerra, pois não é encontrado pelos cavaleiros. No período em que permanece escondido, um outro ritmo do tempo se instala na narrativa, pois o leitor, assim como Martiniano, não se inteira dos acontecimentos exteriores ao poço e tem a sensação de que Martiniano fica por apenas alguns minutos escondido, pois não há ações narradas, apenas a descrição do interior do poço e as percepções de Martiniano naquele ambiente escuro e silencioso que o transporta a um outro mundo:

Quien baja a un pozo como aquel se aleja del mundo de un modo sumamente extraño. Veinte metros de descenso por un estrecho agujero cavado hacia la noche ininterrumpida del subsuelo es un viaje vertiginoso y no sin cierta magia. Equivale a tocar puerto en un reino de fábula donde todo fuera de signo espectral. Se entra, nada impunemente, en la vida sorda y secreta del humus [...]. El que descende va como llevando sus huesos hacia los huesos de sus antepasados, aun sin cara y sin nombre y los comidos por la tierra en cualquier lugar del planeta. [...] Hay también un silencio desnudo y purísimo y que de inmediato se integra o se acumula a la negrura y la piedra, y el fondo del pozo es un lugar en donde se está sin estar del todo, en donde en mucho se participa del no estar – el haberse ido – de estar muerto... (1999, p. 41)

Ao sair do poço, estimando que os cavaleiros tenham já seguido seu rumo sem o encontrar, Martiniano verifica que muita coisa aconteceu na sua ausência e se dá conta de que sua fuga não tinha ficado impune: o cachorro fora morto, a mulher estuprada e o filho castrado. Desesperado, volta ao fundo do poço para, mais do que representar uma metáfora, cometer suicídio.

Os contos “O herói não foi à guerra” e “Un cuento con un pozo” retratam a arbitrariedade de certos processos históricos, onde não existem alternativas para esses gaúchos que devem seguir as ordens dos caudilhos, e isso denotava ir para a frente de batalha arriscar suas vidas em conflitos que a si mesmos não representaria nada. Do contrário, não escapariam sem consequências. As ordens para isso eram claras, como

informa, em 1825, correspondência do Barão de Cerro Largo, José de Abreu, ao comandante de São Gabriel na ocasião do recrutamento para formar uma milícia e levá-la à fronteira:

O Sr. Coronel está bem ao alcance da rebeldia, omissão e falta de patriotismo de um grande número de praças de seu regimento, que não só não acudiram ao chamamento geral que fez para a atual campanha como vil ignominiosamente se esconderam, e o refugaram para não pegarem em armas e acompanharem os seus camaradas para a campanha, por conseguinte devem ser elas novamente avisadas para marcharem, logo porém que desprezando os avisos e, se não se apresentarem prontamente, deverão ser imediatamente capturados e remetidos com segurança para a cidade de Porto Alegre ao Coronel comandante da guarnição da mesma a fim de serem punidos pela Comissão Militar. (apud RIBEIRO, 2005, p. 82-83)

No conto de Walmor Santos, em tom de comédia, a personagem Gumercindo passa a ser taxado de covarde e de “maricas”; na trama de Mario Arregui, Martiniano Ríos não escapa à tragédia que sofre a sua família. Os infortúnios dos homens do campo não é nenhum tema novo apresentado por esses autores mais recentes do regionalismo pampiano. Já estava presente, por exemplo, no poema **El gaucha Martín Fierro**, considerado um dos textos fundadores da temática gauchesca. Seguindo a mesma tradição, esses contos recentes denunciam uma estrutura opressiva de poder que formou as políticas do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul. Mas diferente da força e brutalidade da personagem de Hernández, Martiniano e Gumercindo estão destituídos do espírito guerreiro e do espírito vingativo que movem a valentia de Martín Fierro.

O caráter da heroicidade reverenciado pela gauchesca também se faz presente institucionalizado na sociedade, como os títulos de cidades heróicas atribuídos a Jaguarão, no Brasil, e a Paysandú, no Uruguai. Na década de 60 do século XIX, às vésperas da Guerra do Paraguai, distúrbios políticos internos na Banda Oriental provocaram enfrentamentos bélicos que envolveram brasileiros no cerco à cidade uruguaia e, em contrapartida, a invasão de Jaguarão por parte de uruguaios. Por suas bravas resistências, ambas cidades passaram a ostentar títulos de que tanto se enobrecem. As glorificações dessas heroicidades permanecem ainda hoje no orgulho dos cidadãos de Paysandú e Jaguarão. No entanto, de um modo quase total, não se sabem mais as causas que motivaram as guerras entre Brasil e Uruguai. Atualmente, a rua principal de Jaguarão, por exemplo, tem o nome de “27 de janeiro”. O dia é 27. O mês é janeiro. Mas se refere a qual

ano? Fazendo-se essa pergunta às pessoas na cidade, raros são os que respondem “1865”. Para Jacques Le Goff,

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operaram no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do tempo que passa, os historiadores. (1996, p. 535)

A história contada hoje nas ruas de Jaguarão rejubila-se em falar que uma população formada basicamente por civis (os soldados estavam em luta no interior do Uruguai, compondo o exército brasileiro que apoiava os *colorados* na derrubada do governo do *blanco* Atanasio Aguirre) defendeu-se e “correu os castelhanos” a “pelegaços” e água quente:

Conta a tradição que, enquanto Jaguarão se barricava para se defender, socorrida por centenas de gaúchos vagos da campanha, que a família Vergara trouxera em armas, as senhoras dos sobrados ferviam panelões de água com a simpática ideia de despejá-los em cima dos invasores, se chegassem à rua principal. A coisa não chegou a este extremo, e os *blancos* foram repelidos antes que elas os escaldassem. (GUIMARAES in SOARES; FRANCO, 2010, p. 137)

Os preparativos para a defesa foram acompanhados por jornalista do periódico “Echo do Sul”, que noticiou a iniciativa do capitão Vergara:

A 25 [de janeiro] tornaram a aparecer os tais boatos de invasão dos *blancos*, nesse mesmo dia apresentou-se o bravo capitão Fortunato Vergara com força dobrada, colocou-se a praça da matriz às ordens do Sr. Comandante da guarnição. Tivemos ocasião de assistir a esse ato, e vimos que eram mais de 100 homens bizarros e que seus semblantes denotavam serem capazes de a sós rechaçarem qualquer força que por diante lhes aparecesse. (1865, p. 2)

No outro lado do Jaguarão, rio que demarca a divisa entre o Brasil e o Uruguai, livros de história enfocam outros parâmetros sobre o mesmo episódio:

Siguiendo por el Yaguarón abajo, a tres leguas de la ciudad de Yaguarón, fue derrotada una fuerza brasileña de más de 500 hombres, la que emprendió la fuga refugiándose en aquella plaza, dejando en poder de los vencedores varios oficiales y soldados prisioneros, muchos de ellos heridos, numerosas armas y caballadas y un pabellón imperial brasileño. (CASTELLANOS, 1977, p. 51)

Símbolo de uma nação, esse *pabellón* ou estandarte do Império brasileiro teria sido levado para Montevideú, sendo arrastado e detratado pelas ruas da capital uruguaia. Sobre

a retirada das tropas do exército *blanco* que ocuparam a cidade brasileira, o historiador uruguaio Alfredo Castellanos dá razões diferentes daquelas afirmadas pelos jaguarenses:

La ciudad de Yaguarón fue sitiada durante algunos días sin poder ser ocupada por sus atacantes debido a la falta de armas para intentar el asalto; la expedición regresó a nuestro territorio sin lograr llamar la atención del grueso del ejército brasileño, que seguía en las afueras de Paysandú pronto para marchar sobre Montevideo. (idem, ibidem)

O jaguarenses “Echo do Sul”, na sua edição do dia 28 de janeiro de 1865, deu relatos testemunhais, noticiando os acontecimentos com apaixonado nacionalismo:

Quando descansados estávamos, eis que vimos tocar nossos clarins; mandamos nossa família a sós procurar qualquer abrigo – pois que estávamos fora das trincheiras – e deixando tudo à revelia, empunhamos o fuzil e marchamos para a 1ª trincheira a compartilhar a glória de nossos comprovincianos; eis senão quando ao chegar às 11 horas e meio do dia, já vimos que nossas cavalarias se retiravam batendo-se com esses inimigos que vinham sedentos de sangue e ouro, e ao descobri-los com nossos fuzis, fizemos-lhes uma carga, que retrocederam. [...] rechaçados por nós, retiraram-se arrombando casas, levando à força nossos escravos, e destruíram tudo quanto não puderam conduzir. (1865, p. 3)

Após a retirada dos *blancos* de Jaguarão, foram eles perseguidos por tropas brasileiras no interior do Uruguai, como apresenta o “Echo do Sul”: “Os generais Netto, Carvalho, Fidelis e Caravagal, em marchas forçadas, procuram os desertores *blancos* a mando de Bazilio Muñoz” (idem, p. 2). Mais preciso na informação foi o “Relatório da Repartição dos Negócios de Guerra” redigido pelo Ministro Angelo Moniz da Silva Ferraz e apresentado à Assembleia Legislativa na Corte, em 1866: “Forças brasileiras a mando do General Netto e orientais sob o do chefe Moyanno se dirigiram do Estado Oriental em perseguição do inimigo, que em 2 de março também do ano próximo passado estava em fuga pelo Rio Negro abaixo, acossado pela brigada daquele General” (1866, p. 30)

Os acontecimentos do final de 1864, na cidade uruguaia de Paysandú, e de janeiro de 1865, em Jaguarão, estão diretamente relacionados. No ano de 1863, o caudilho uruguaio do partido *colorado* Venancio Flores, que estava exilado na Argentina, invade com o seu exército o Uruguai e, depois de tomar a cidade de Salto, sitia, em 1864, a cidade de Paysandú, às margens do Rio Uruguai, na divisa com a Argentina. Venancio Flores contou com o apoio do presidente da Argentina, o general Bartolomé Mitre, que julgava oportuno derrubar um governo simpático aos federalistas opositores argentinos, e com a cumplicidade do Império brasileiro, comprometido com os interesses dos brasileiros que

viviam nos campos uruguaio e que estavam ameaçados de expulsão do Uruguai pelo governo dos *blancos*, como relata o historiador José Pedro Barrán:

El Brasil sólo podía hallar en Flores el instrumento que le garantizara un cambio en la política oriental [...] Los grandes estancieros riograndenses con campos en nuestra República, como el general Souza Netto, deseaban un gobierno que “no gravara más a los ricos”, ni les impidiera el pasaje libre de los ganados, ni les limitara el uso de mano de obra esclava”. (1998, p. 97)

Foi através de Antônio de Souza Netto que os brasileiros residentes no Uruguai solicitaram ao Império providências contra as violências que sofriam praticadas por desmandos do governo oriental:

A presença do General Netto [na Corte] inflamou logo os espíritos preparados para atos de imprudência e insensatez. [...] A guerra, salvo uma obtemperação completa do governo *blanco* a todas as exigências e reivindicações dos brasileiros alistados sob as bandeiras de Flores, era o que resultava dessa atitude, chamada patriótica. (FRAGOSO, 2009, p. 257)

Dessa forma, Venancio Flores pôde reunir ao seu lado 16.000 homens dos exércitos de três nações para enfrentar cerca de 700 homens que defendiam Paysandú. A historiografia tradicional uruguaia costuma colocar o cerco de Paysandú no plano da disputa entre *blancos* e *colorados*, minimizando o componente dos interesses estrangeiros. No entanto, para a historiografia tradicional brasileira, o mesmo acontecimento faz parte do preâmbulo da Guerra do Paraguai, o que justifica a intervenção do Império no território uruguaio. Se as interpretações políticas avaliam o episódio em uma ou outra conjuntura, o certo é que o fato representou consequências em ambos contextos. O sítio a Paysandú durou de 2 dezembro de 1864 a 2 de janeiro do ano seguinte. Os *blancos* da cidade uruguaia esperavam pelo apoio do opositor argentino general Justo José de Urquiza e do exército paraguaio do marechal Francisco Solano López, mas seus reforços nunca chegaram. Já os *colorados* contaram com a ajuda de tropas estrangeiras que foram chegando e se posicionando dia após dia nas imediações de Paysandú:

Mandavam-se todos os dias emissários a Mena Barreto, bem como ao General Netto, para que acelerassem as marchas. No dia 14 de dezembro, chegou ao campo dos sitiadores, como agente de ligação de Mena Barreto, o Major do 2º Regimento de Cavalaria [...]. No dia imediato, apresentou-se o General Netto, com sua cavalaria de voluntários (1.200 homens) e foi estacionar ao norte de Paysandú, ao lado do Rio S. Francisco. (FRAGOSO, 2009, p. 152-153)

A cidade foi destruída e tomada pelos *colorados* que, depois, seguiram com seus aliados rumo a Montevideu para, com a simpatia da França e da Inglaterra, tomar o poder. Procurando forçar os brasileiros a recuarem para defender suas fronteiras, os *blancos* do norte do Uruguai cercaram Jaguarão no dia 26 de janeiro de 1865 para atacá-la no dia seguinte:

Numa tentativa desesperada de reverter uma situação crítica, uma tropa de cavaleiros uruguaios ataca Jaguarão, a 27 de janeiro [de 1865], sem grandes resultados. São estes *blancos*, a quem o presidente da província acusa de tentarem “desencaminhar” os escravos brasileiros. Acusação, diga-se de passagem, tradicional. (MAESTRI, 1984, p. 149)

Sem alcançar seu maior objetivo, as tropas invasoras recuaram no dia 27 de janeiro, dia em que a população civil de Jaguarão expulsou os “castelhanos”, levando, no entanto, cavalos e negros que, forçosamente, passariam a integrar suas tropas, como foi publicado no “Diário do Rio Grande”, em 1º de fevereiro de 1865:

O inimigo retirou-se com direção a Bagé depois de 30 horas de resistência, arrebanhando para mais de três mil cavalos e muitos escravos, e saqueando todas as casas que encontravam. Uma carta porém, de Arroio Grande, noticia que o número de escravos arrebatados pelos vândalos subia a cem. (apud MAESTRI, 1984, p. 149)

A divergência dos discursos dos vencedores e dos vencidos sobre um mesmo fato histórico é explicada pelo pensador francês Paul Ricoeur:

Sugiro a modalidade de ficcionalização da história que, longe de abolir seu intuito de representância, dá o preenchimento que lhe falta e que é autenticamente esperada por ela. Refiro-me a esses acontecimentos que uma comunidade histórica considera marcantes, porque neles vê uma origem ou um redirecionamento. Esses acontecimentos recebem sua significação específica de seu poder de fundar ou de reforçar a consciência de identidade da comunidade considerada, sua identidade narrativa, bem como a de seus membros. Esses acontecimentos geram sentimentos de uma intensidade ética considerável, quer no registro da comemoração fervorosa, quer no da execração, da indignação, do lamento. (1997, p. 324)

O diálogo interdisciplinar da relação entre ficção e história produz, segundo Ricoeur, uma refiguração do tempo, onde o entrecruzamento das narrativas literárias e históricas concretiza-se a partir de empréstimos que cada modo narrativo toma um do outro:

Esses empréstimos consistirão no fato de que a intencionalidade histórica só se efetua incorporando à sua intenção os recursos de ficcionalização que dependem do imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz os seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do parecer assumindo simetricamente os recursos de historicização que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo. Desses intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o que chamamos de tempo humano, e que não é senão o tempo narrado. (1997, p. 176-177)

Entrecruzando a invenção com os acontecimentos históricos ocorridos em Jaguarão e em Paysandú, os escritores Aldyr Garcia Schlee, brasileiro, e Mario Delgado Aparáin, uruguaio, retomam os fatos para potencializar os questionamentos e desmistificar as glórias que recobrem o imaginário popular. Em **No robarás las botas de los muertos**, Delgado Aparáin dá identidade a personagens anônimos que participaram da defesa de Paysandú. O romance dialoga com textos históricos, documentos e testemunhos, como a obra **La defensa de Paysandú**, de Orlando Ribero, soldado *blanco* que esteve presente no acontecimento e sobreviveu para relatar sua experiência como participante ativo na defesa da cidade. O texto de Orlando Ribero foi escrito muitos anos depois do ataque à Paysandú, e esse distanciamento pode ter traído sua memória, não lembrando ou distorcendo fatos. No entanto, não esquece de enaltecer seus líderes e mártires e de se colocar como protagonista em muitas ações. Ao mesmo tempo, deixa no anonimato seus companheiros, dando-lhes papel coadjuvante e os descrevendo com dados imprecisos:

Sólo un negro, atemorizado por aquel suceso, se separó de las filas hasta la vereda de enfrente.  
 [...] Esta pieza era mandada por un oficial pusilánime de quien no recuerdo el nombre.  
 [...] Nuestro Jefe, el Mayor Torcuato González, tenía de asistente un negro, que era el cocinero de su establecimiento de campo. (1987, p. 30; 33; 64)

Entre as passagens narradas por Orlando Ribero que ilustram sua valentia e a confiança que seus superiores depositam nele, cabe destacar o seguinte fragmento:

Una mañana, dos o tres días después de la salida de las familias, estando en la Comandancia Militar, me llamó el General Gómez y me dijo: “Me han informado que en lo de Rumbis hay en un altillo una cantidad de fulminantes para fusil. ¿Te animarías a ir a traerlos?” A tal interrogación, que yo interpreté como una comisión de confianza, no tuve el menor reparo en contestar: “- Sí, señor, en el acto”. “- Bueno, me replicó el general, elige los hombres que quieras y ve a desempeñar esta comisión”.  
 Lo de Rumbis era una fuerte casa de comercio que quedaba una cuadra fuera de la línea de trincheras, en la calle Queguay esquina Sarandí. Los sitiadores merodeaban por aquellas alturas.

Elegí solamente dos compañeros, uno de ellos Joaquín Cabral, joven argentino que había ido a Paysandú con un negocio de cigarros, y que tomándolo allí aquellos sucesos, se había presentado como voluntario.

El otro era un joven español también voluntario. (idem, p. 47)

O diálogo de Orlando Ribero com o general Leandro Gómez mostra sua proximidade com o principal líder dos *blancos* em Paysandú e dimensiona sua coragem e uma importância reservada a poucos.

Essa mesma passagem é resgatada por Delgado Aparain em **No robarás las botas de los muertos**, apoiando o texto literário na veracidade do fato histórico, mas dando outros matizes na descrição do episódio:

Después de escuchar demasiadas veces a sus hombres quejarse de la escasez cada vez mayor de fulminante para los fusiles de pistón, el joven Orlando fue llamado a la Comandancia y a solas con el general Gómez y el capitán Masanti, se enteró de que en un altillo del comercio de Rumbis, había una estiba de cajas de fulminante en cantidad suficiente como para cubrir buena parte de los rifles de la guarnición.

El único inconveniente era que el comercio de Rumbis estaba en la esquina de las calles Queguay y Sarandí, vale decir, una cuadra más allá de la línea de las trincheras y a merced de los merodeadores del temible Goyo Suárez.

El General le preguntó si se atrevía a asumir el riesgo de atravesar aquella tierra de nadie sólo con dos hombres del capitán Masanti, entrar al comercio cerrado y rescatar las preciadas cajas de fulminante.

Halagado por la confianza, el joven Ribero asintió de inmediato y luego salió al patio donde montaban guardia varios de los hombres del Capitán. Tras mirarlos uno por uno, descubrió que la mayoría tenían envoltorios deshinchados y mugrientos o vendajes con rastros de sangre seca en algún sitio del cuerpo o descansaban sobre muletas apoyados en la pared, de modo que se trataba de elegir un par de heridos leves y de confianza que no le frustraran la operación.

Así fue que eligió a Martín Zamora.

- ¡Español, venga conmigo!

Luego señaló al argentino vendedor de cigarros Joaquín Cabral y también le pidió que lo siguiera. Cuando estuvieron a su lado, los interiorizó de la misión y ambos, de buena gana, dijeron “vamos ya”. (2006, p. 322-323)

Interessa notar que, além da atualização da linguagem (“comisión” virou “misión”), existem outras transformações, com maiores ou menores sutilizações. No testemunho de Orlando Ribero, a colocação “estando en la Comandancia Militar” dá um duplo sentido: “estava” o general ou o próprio Orlando, situando-se ele em uma relação próxima com os chefes militares? Segundo o soldado, o general pergunta-lhe se se “animaria” a buscar a munição em uma operação tão perigosa. Denota-se que o verbo empregado dá um poder de decisão a Orlando, como que solicitando sua opinião sobre o que se deveria fazer. Do mesmo modo, é o soldado quem avalia com autoridade que, para realizar a missão, seriam

suficientes dois outros homens em sua companhia: “elige los hombres que quieras. [...] Elegí solamente dos compañeros”. No romance de Delgado Aparain, Orlando Ribero é chamado à Comandância para receber instruções de uma missão já planejada, onde três homens executariam a missão. Inclusive, coloca-se à prova a coragem do soldado: “se atrevería a asumir el riesgo”? A Orlando coube-lhe apenas apontar seus companheiros, sem muita escolha, pois estavam todos feridos. E o ímpeto em aceitar a missão não é exclusivo de Orlando, como descrito no seu testemunho: “Sí, señor, en el acto”; mas compartilhado pelos demais partícipes: “vamos ya”. Há ainda uma diferença maior entre os textos de Orlando Ribero e de Mario Delgado Aparain: no testemunho, menciona-se um jovem espanhol voluntário; no romance, esse espanhol tem nome e história: chama-se Martín Zamora. Em **No robarás las botas de los muertos**, esse espanhol não é um voluntário na precisão do termo, mas um “voluntário” por única opção para se manter vivo, mesmo que seja arriscando seu pescoço em uma guerra que não lhe dizia nenhum respeito. Na obra de Delgado Aparain, Martín Zamora é um espanhol que saiu da Europa pensando em chegar ao Caribe, mas, ludibriado, veio parar no pampa americano. Contrabandeando na fronteira e capturando negros no Uruguai para vendê-los como escravos no Brasil, acaba preso e condenado à morte pelas autoridades uruguaias. Enquanto aguarda o fuzilamento, Paysandú é sitiada, o que o faz concluir: “Y aquí estoy yo, en el peor lugar y en el momento menos indicado para caer preso y ser fusilado por gente de seguro poco inclinada a un juicio justo.” (p. 23)

Ainda preso, resolve escrever sobre sua trajetória para que “todos aquellos que tuviesen el deseo de emigrar al Río de la Plata fueran informados. No les ocultó ni lo bueno ni lo malo, ni los alentó ni los desalentó, aunque nada lleva a suponer que estuviese feliz de estar allí donde estaba” (p. 11). Para Martín Zamora, “la palabra es signo y seguramente habrá considerado que sólo el signo trasciende la vida, porque ha sido siempre de ese modo y el que no lo comprenda así es apenas una bestia sin pasado” (p. 12). Delgado Aparain inventa uma personagem que, com a escritura do diário, alcança com as palavras uma verdade histórica com o mesmo valor dos textos das testemunhas presentes no conflito de Paysandú, como **La defensa de Paysandú**, de Orlando Ribero, obra considerada pela historiografia como uma das melhores fontes sobre os acontecimentos do final de 1864 no Uruguai.

Com a cidade sitiada, oferecem ao espanhol, em lugar do fuzilamento, uma arma para lutar na defesa de Paysandú contra “una horda de militares brasileños, uruguayos y argentinos, a cual de ellos más insatisfechos, aventureros de diversa laya y terratenientes apasionadamente hostiles” (p. 15). Assim, como única opção, Martín Zamora engaja-se na guerra entre *blancos* e *colorados*, entre uruguaios, argentinos e brasileiros, lutando não por um idealismo ou lealdade à uma pátria, mas simplesmente para salvar a própria pele.

Inversamente, sem pegar em armas, mas igualmente sem reconhecer apego à nação ou subserviência a um estado constituído, a personagem don Sejanes, que dá nome ao conto de Aldyr Garcia Schlee, não se envolve na defesa de Jaguarão quando atacada pelos *blancos* uruguaios. Para ele, nascido na vizinha Melo, no lado uruaio, e batizado na paróquia do Serrito, nome antigo da freguesia de Jaguarão, não existiam motivos para o enfrentamento entre brasileiros e uruguaios. Don Sejanes sequer reconhecia essa divisão, pois tinha consciência que ele mesmo era fruto de uma diversidade de povos:

[...] sabia que era um pouco índio e espanhol e português, mas que era mais oriental e brasileiro, se tivesse que ser algo além de ser gaúcho como queria e gostava de ser e se acostumou a ser desde que se conheceu por gente montado a cavalo nas lidas campeiras e nas estripulias pela campanha. (p. 28).

Reconhecia-se antes de tudo como gaúcho porque gaúchos existem de um e outro lado da fronteira, desde antes da definição de uma linha divisória entre Brasil e Uruguai, incompreensível para don Sejanes: “ – Não sei, mas isto aqui é uma terra só. Sempre foi uma terra só, desde os tempos das correrias de gado, quando não tinha dono, até agora, quando é só deles, dos donos, alambrada dos dois lados de rio. Agora, me diga uma coisa: tem cabimento isso?” (p. 29)

O uso de arames dividindo as terras e demarcando posses também não tinha explicação para o entendimento de don Sejanes. Acostumado a recolher e tropear gado selvagem solto nos campos, “nunca se conformara, como tantos gaúchos de lei, com os pastos repartidos e com o gado confinado” (p. 31). Por suas posições, don Sejanes era admirado e reconhecido, inclusive, por gente como Fructuoso Rivera, primeiro presidente do Uruguai e que viveu em Jaguarão em 1853, e por Bento Gonçalves, presidente da República Rio-grandense e que, morando na cidade, foi Comandante de Guarda da Fronteira. Don Sejanes conversava com esse líderes sem diferenças hierárquicas. Reprimia

Rivera pela matança dos charruas e desconfiava do farroupilha pela guerra contra Artigas. No entanto, mesmo com o respeito dos que o conheciam,

não foi difícil tachar don Sejanos de traidor quando Basilio Muñoz atacou Jaguarão. O velho se negou a pegar em armas e foi o único a permanecer em casa enquanto a população se refugiava em cima do cerro e os uruguaios cruzavam a fronteira. A resistência foi grande e os *blancos* uruguaios acabaram se retirando e levando como presa um estandarte imperial. Pode ser até que Basilio e don Sejanos tenham se reencontrado, se abraçado, e proseado, lembrando os vivos e os mortos. (p.30)

Acusações de traidores e espíões foram noticiadas no “ECHO do Sul” no dia seguinte à invasão, quando deu relatos dos acontecimentos:

[...] os fatos que se acabam de dar em nossa bela cidade de Jaguarão foram devidos: 1º, a pouca energia de um chefe; 2º, aos nossos inimigos, que por mais de uma vez a opinião pública os denunciava e denuncia como nossos espíões, e que por patronatos extemporâneos, percorriam e percorrem as ruas da cidade somente com o intuito de atraiçoar-nos, denunciando-nos a esses sicários de tudo quanto é nosso – denominados *blancos*. Ainda hoje existem neste cidade alguns sob a proteção dos nossos mesmos patrícios e quiçá entre nossas famílias guardados em algumas de nossas repartições públicas. (1865, p. 2)

Vivendo no trânsito de um a outro lado do rio que divide o Brasil do Uruguai, don Sejanos não reconhecia a separação estabelecida por aqueles que se julgavam donos das terras. Assim, não via motivos para defender um território que, no seu entender, não pertencia a ninguém e que deveria ser compartilhado entre os que nele vivessem.

Tomados isoladamente, os acontecimentos em Paysandú e em Jaguarão entre dezembro de 1864 e janeiro de 1865 reforçam a construção de glórias e heroicidades. Elevadas a “cidades heroicas”, constituem versões únicas dos fatos, não considerando as diferenças e a diversidade da complexa conjuntura das nações americanas constituídas no decorrer do século XIX. Existem razões para considerar Jaguarão heroica se seus habitantes formavam o exército brasileiro que, covardemente, sitiou e atacou Paysandú? Existem razões para considerar Paysandú heroica se seus correligionários atacaram covardemente a população civil de Jaguarão?

Apresentando considerações mais amplas, o romance **No robarás las botas de los muertos**, de Mario Delgado Aparáin, e o conto “Don Sejanos”, de Aldyr Garcia Schlee,

desestabilizam os motivos que sustentam o orgulho afirmado em Paysandú e em Jaguarão. Na obra do autor uruguaio, denuncia-se a formação de uma aliança entre os *colorados* uruguaio, a Argentina e o Império brasileiro para derrubar um governo constituído legalmente. Contrariamente à glorificação de personagens famosos que lutaram na defesa da cidade que textos canônicos, históricos ou literários, manifestam, Delgado Aparain oferece uma trama que envolve espaços que vão para além do território uruguaio, onde os combatentes, “con la defensa de la pequeña ciudad sitiada, preámbulo de la tragedia del Paraguay, estaban resistiendo, más allá de los colores partidarios, la destrucción de valores universales.” (APARAÍN, 2002, p. 487). O conto de Schlee também não se restringe a um único fato histórico, mas, retratando a invasão uruguaia à Jaguarão, coloca vários outros questionamentos em pauta, desmistificando a bravura e a heroicidade na defesa da cidade.

Assim como a figura do gaúcho ganhou relevo heroico através da tinta de escritores que o retrataram com valentia e coragem diante de impiedosos inimigos e, da mesma forma, a população de hoje de Jaguarão se reconhece heroica sem saber e sem se lembrar de sua história, também grandes líderes da tradição dos heróis da gauchesca são identificados somente por importantes feitos de bravura, faltando informações ou mesmo reflexões sobre suas atuações em outros espaços. Veja-se, por exemplo, descrições sobre Antônio de Souza Netto feitas por Sérgio da Costa Franco no seu **Dicionário político do Rio Grande do Sul**:

[...] Foi um dos generais da República Rio-grandense e teve ativa participação em combates, até os últimos momentos da guerra civil. [...] Voltando à vida privada e às suas atividades de fazendeiro, fixou residência no Uruguai. Mas, em 1864, retornou à cena política, para representar os brasileiros estabelecidos naquele país, que estariam sofrendo agravos por parte do governo do Partido Blanco. No cumprimento dessa missão, viajou até a capital do Império, onde foi honrosamente recebido. Já integrado ao Exército Brasileiro, com o posto de brigadeiro, participou da campanha do Uruguai em 1864/65 e da campanha do Paraguai. Lutou nas batalhas de Estero Bellaco e Tuiuti, porém, adoecendo gravemente, veio a morrer no hospital de Corrientes. (2010, p. 146)

Ou ainda o questionamento proposto por Nilson Mariano em artigo publicado em jornal sobre personagens farroupilhas, que teve por título “Antônio de Souza Netto, insurgente até o fim”:

Rebeldia, arrojo e obstinação todos os comandantes farroupilhas demonstraram durante a insurreição contra o Império do Brasil, entre 1835 e 1845. Uns mais, outros nem tanto. Mas quem terá sido mais separatista, mais intransigente e mais

inconformado com os rumos da revolução do que o general Antônio de Souza Netto, um adorador de cavalos? (in ZERO HORA, 2009, p. 32)

Os dados apresentados valorizam seus feitos nas guerras, o que de fato relaciona a personagem a acontecimentos de grande bravura. No entanto, buscando-se questionar as façanhas do general, é possível que se encontrem outras percepções sobre Netto. Em pesquisa nos documentos da Coleção Alfredo Varela, publicada nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o jornalista Juremir Machado da Silva destaca um texto do ministro farroupilha Antonio Vicente da Fontoura:

[...] em anotação de 21 de janeiro de 1845, no seu diário tão íntimo e cruel com seus amigos-inimigos, de que o intrépido comandante Netto, talvez o mais romântico dos farrapos, recebera 250 mil cruzados, em 1837, afirmando que tal dinheiro seria aplicado para vestir a tropa que então assediava Porto Alegre, mas, “pobre tropa! o dinheiro recebeu-se e ela continuou na nudez...” (2010, p. 32-33)

Na mesma anotação do diário, Fontoura despeja ira ao general da sua República:

Maldito seja o Netto e todas essas almas vis, ambiciosas e endemoniadas que pretendem desonrar-se ensanguentando, aviltando e submergindo o país num pélogo de horrores. [...] Descobre-me ali num cantinho da imaginação Netto recebendo 250 mil cruzados de direitos, correspondentes a outras tantas arroubas de charque [...]. (apud SILVA, 2010, p. 69)

Certo é que as considerações de Antonio Vicente da Fontoura são tendenciosas e carregadas de atritos políticos, pois o ministro e o general não faziam parte do mesmo grupo dos tantos que, em constante confronto, conduziam a organização da República e as estratégias da Revolução. O enfrentamento entre eles vem bem ao gosto das polêmicas que o jornalista provoca com o seu livro. Apesar disso, é relevante a informação que Juremir Machado da Silva traz a respeito dos escravos de Netto:

Netto foi com alguns dos seus escravos para o Uruguai. [O historiador] Moacyr Flores descobriu um documento em que Moisés, um dos tantos filhos do general Netto, pede a [Barão de] Caxias sua alforria. Pelo jeito o rapaz havia acreditado nas promessas de liberdade e se decepcionado. (SILVA, 2010, p. 257)

Junto a esse episódio, outro fato relevante traz Eduardo R. Palermo sobre a posse de escravos por parte de Netto em território uruguaio em época em que lá era proibida a escravidão. O historiador cita texto de 1866 do embaixador uruguaio Andrés Lamas:

“[...] desde que los dichos hombres de color vuelven a ser traídos a la provincia de Rio Grande do Sul, lo que se verifica sin dificultad, vuelven a su anterior condición de esclavos y siendo tratados como tal se venden, se compran e incluyen como cosa en los inventarios y participaciones de herencias”. Citando el ejemplo del finado Antonio de Souza Netto, “que los hombres de color que tenía en sus establecimientos del Estado oriental han sido incluidos en el inventario de sus bienes, a pesar de que todos aquellos hombres son libres por el solo hecho de residir en el territorio oriental” (PALERMO, 2008, p. 167)

Se Antônio de Souza Netto, durante a Revolução Farroupilha, teve tanto zelo e respeito pelo Corpo de Lanceiros Negros, comprometendo-se na luta desses combatentes pela liberdade aludida pelos republicanos, por que não reconheceu e decretou o fim da escravidão daqueles que estavam ao seu alcance?

#### 4. MUITAS BATALHAS, MUITOS VARÕES, A MESMA ALMA

**Os varões assinalados** é uma obra escrita em 1985 e reescrita em diferentes versões até encontrar seu texto definitivo em 2005. A primeira publicação deu-se na forma de folhetim para o jornal Zero Hora, comemorando 150 anos do início dos movimentos revolucionários farroupilhas. Para chegar à sexta e última versão, depois de vinte anos, o autor revisou, alterou e ampliou dados, realizando nova organização dos capítulos. Desde então, esse é o texto que tem sido reeditado, primeiro em três volumes, mas ultimamente em um único tomo.

Repetindo parte do primeiro verso de **Os lusíadas**, de Luís de Camões, para dar título ao romance, Tabajara Ruas traz junto a presença de outro verso de outra epopeia, **Eneida**, de Virgílio: “Armas canto, e o varão que, lá de Tróia [...]”. No texto do poeta romano, Enéias perde a guerra em Tróia e se exila para fundar Roma. A história dada a Antônio de Souza Netto, portanto, já é conhecida desde tempos antigos. Seu retiro para o Uruguai, ao fim da Revolução Farroupilha, permitiu a ele não fundar outro país, depois da experiência da República Rio-grandense, mas sim construir outra estância e formar um exército particular, além de liderar as aspirações de brasileiros que, como ele, residiam no exterior. Antes disso, viveu e protagonizou episódios que marcaram aquela que é a mais exaltada história do Rio Grande do Sul. Os paralelos com as epopeias conferem à narrativa de Ruas a caracterização de personagens fortes, bravas e heroicas. As referências aos textos clássicos em **Os varões assinalados** reiteram e acentuam essas marcas: “- Batalhão da glória! Ontem destes o primeiro passo para a derrubada de Tróia. Hoje fostes escolhidos para pisar nos seus destroços.” (2005b, p. 121). Essas palavras são proferidas pelo comandante Teixeira Nunes ao Corpo de Lanceiros Negros na ocasião do combate de Rio Pardo, em 1838. Sua fama era de um erudito, pois conhecia a história e os clássicos da literatura: “- Eu sou um homem do campo, coronel Teixeira. Vosmecê é mais letrado. Anda sempre por aí, citando Homero.” (2005c, p. 18), reconhecia Netto. Também o poema de Camões se faz presente na obra de Ruas e em diferentes momentos, como na descrição dos dias em que Bento Gonçalves está refugiado na Ilha de Itaparica, depois de fugir do Forte do Mar, em Salvador: “Passava os dias lendo **Os lusíadas**. Encontrara o exemplar no único móvel que havia na casa, uma estante de livros” (2005b, p. 78). O diálogo com os épicos confere a inserção de **Os varões assinalados** na tradição de narrativas de histórias

realizadas por grandes homens. Na conjunção entre literatura e história, o caráter épico enobrece os atos que criam nacionalidades, estabelecem identidades e glorificam seus heróis. Dessa forma, o tema dos estancieiros que se rebelam contra o Império brasileiro e que, durante dez anos, produzem ações como proclamar uma república que será presidida por um monarquista, ou atravessar o pampa conduzindo duas embarcações puxadas a bois, ou formar um exército somente com negros que buscam libertar-se da escravidão e ainda outros tantos feitos parece merecer a realização de uma obra literária de grande envergadura. Muitos são os escritores que, desde o início da literatura brasileira, têm se voltado a trabalhar com o assunto da Revolução Farroupilha. Tabajara Ruas poderia ser mais um entre todos a fazer isso. Seria mais um se se dedicasse apenas a referendar os acontecimentos das grandes batalhas, as vitórias e derrotas dos grandes generais. De fato sua opção é apresentar personagens de nomes conhecidos e aclamados na história gaúcha, no entanto o autor, junto à narração de dramáticos combates, tece a construção de personagens que também são frágeis, têm suas debilidades e que se deparam com suas tragédias individuais. Um diálogo entre Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves é exemplar para elucidar tal questão. Bento Manuel, que sempre foi claro no seu interesse com a Revolução – “- Luto por mim! Pela minha estância. Pelo meu gado.” (2005a, p. 131) –, passando, conforme o vento, para um lado ou outro das forças que se enfrentavam, no momento em que mais uma vez renunciava ao exército revolucionário, foi categórico na sua avaliação sobre o que pensava do líder dos farrapos naquela guerra, rebaixando qualquer intenção de grandiosidade:

- Vosmecê reduz tudo à dimensão mesquinha e utilitária que tem das coisas – disse Bento Gonçalves. - Eu não espero mesmo que entenda fatos que têm origem em interesses que não sejam meramente o pecúnio.
- Tocaio, eu respeitava vosmecê quando era contrabandista em Bella Unión. Respeitava quando era bolicheiro em Bella Unión. Respeitava até quando servia de espião na Banda Oriental, morando lá e casando lá e sendo benquisto pelas pessoas de lá.
- Alto lá!
- Eu o respeitei como soldado na Cisplatina e o respeitei em Fanfa. Mas... – a voz de Bento Manuel foi tornando-se perigosa – eu começo a perder esse respeito quando vejo vosmecê se esforçando por fazer um papel em que não acredita, quando vejo vosmecê servindo a homens e a ideias por que não dá um tostão furado só para manter as aparências, só para parecer sempre bom, sempre digno, só porque tem um cargo que nunca quis e em que não acredita. (2005b, p. 146)

Por outro lado, o atrito entre Bento Gonçalves e Onofre Pires, documentado em cartas trocadas entre eles – elas estão reproduzidas por Tabajara Ruas no seu texto: “Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade é o brado ingente

que contra vós levanta a nação rio-grandense [...]” (2005c, 140), diz Onofre de seu primo Bento – e que resultou em um duelo de honra no qual Onofre sai perdendo, é relatado na obra de Ruas em forma elevada, apesar de ser algo que deveria envergonhar seus protagonistas. A descrição feita dos sofrimentos de Onofre Pires quando convalesce devido ao grave ferimento produzido pela espada de Bento é enriquecida por uma imagem que já trilhou a obra de vários poetas. O verso de Luis de Góngora “En tierra, en humo, en polvo, en sombra, en nada”, transfigurado por Sor Juana Inés de la Cruz em “es cadáver, es polvo, es sombra, es nada” e por Oliverio Girondo em “en soledad callada / en vocación de polvo, / de humareda, / de olvido” é repetido por Ruas para mostrar Onofre “deixando que tudo se esvaísse, se tornasse farelo e pó e nada.” (2005c, p. 150).

Os gestos de honra são constantes nos acontecimentos da Revolução. Talvez eles fiquem ainda mais evidentes quando, derrotados em combates, os guerreiros não se deixam entregar ao vencedor. Preferem a morte antes do que se render ao inimigo. Essa é a postura do major imperial Davi Francisco Pereira narrada no romance. Após o combate do Seival, que levará à proclamação da república, o major, caído em uma sanga e com a perna quebrada, não aceita ser aprisionado e dispara uma pistola contra a própria cabeça. Essa atitude poderia ser interpretada como um ato covarde, que representasse medo com o seu destino. Mas ela pode ser entendida como reflexo do reconhecimento que Davi Francisco tinha do seu oponente. Morrer diante de um forte também o fazia forte. Netto era admirado pelo major imperial: “Fascínio! Davi percebe que observa Netto com fascínio. Netto é jovem, tem uma expressão serena, todos seus homens confiam nele. Netto era um homem pelo qual Davi poderia morrer.” (2005a, p. 146)

Além de produzirem enfrentamentos entre opositores que se respeitavam, as lutas da Revolução também colocaram em lados opostos amigos e irmãos que, em outras situações, compartilhavam relações. O general republicano João Manoel de Lima e Silva era a ovelha negra de uma família em que todos os seus irmãos eram oficiais do exército imperial e “A família não ignorava que em breve os irmãos poderiam estar frente a frente no campo de batalha.” (2005a, p. 96). Dois amigos que de fato se encontraram foram os primos trovadores Marcelino Nunes e Pedro Canga. Alguns versos deste último, principalmente, eram famosos na província e se ouviam nos acampamentos dos soldados imperiais. Suas rimas não deixavam dúvidas do caráter forte e resolutivo do trovador:

Índio velho sem governo  
 Minha lei é o coração,  
 Quando me pisam no poncho,  
 Descasco logo o facão.  
 E se duvidam perguntem  
 À moçada do galpão. (apud PESAVENTO, 2001, p. 219)

Na Revolução, no entanto, mais forte que o coração de Pedro Canga foi ele e seu amigo de andanças na fronteira tomarem partidos divergentes na guerra. Antes do combate do Seival, um e outro se percebiam ao vigiarem o acampamento inimigo:

- Pedro Canga está chegando! – [Silva Tavares] ouviu gritarem.  
 Saiu da barraca. Mandara o vaqueano dar uma olhada no acampamento de Netto.  
 Pedro era o homem ideal para isso. [...]  
 - Então?  
 - Não são mais de trezentos, contando com a negrada.  
 - Então está para nós. [...]  
 - Marcelino está com eles.  
 - Marcelino Nunes?  
 - Marcelino Nunes. [...]  
 - Não há de ser nada – disse Silva Tavares, mas sabia que Pedro estava melancólico. (2005a, p. 140-141)

Do outro lado, o sentimento não era diferente:

- Eu estive espiando o acampamento – disse Marcelino Nunes. – Cheguei a ouvir a voz do meu primo. Cantava umas coplas que aprendeu na Banda Oriental.  
 - Amanhã vosmecê trova com ele à vontade – disse Netto.  
 Marcelino fechou o rosto, cortado por uma cicatriz.  
 - Amanhã não vai ser dia de festa, coronel. (idem, p. 143)

O encontro dos dois no campo de batalha foi inevitável e, do mesmo modo que se degladiavam nas trovas, também guerrearam bravamente com suas lanças, mas desta vez nenhum dos dois foi o vencedor:

Pedro Canga retornara e distribuía golpes com sua lança devastadora, feita de ferro torneado. Duas vezes a lança vergara. Duas vezes Pedro a endireitou na cabeça do lombilho com batidas frenéticas.  
 Então, Marcelino Nunes enfrentou-o. As lanças chocaram-se no ar. As montarias cruzaram-se uma pela outra. As rédeas frearam as marchas, deram meia-volta, tornaram a enfrentar-se dando gritos. Cruzam as lanças arrancando chispas.  
 Pela terceira vez se enfrentam. Um tiro de boleadeira voa. As patas dianteiras do cavalo de Marcelino ficam presas. O longo ferro cortante de Pedro Canga raspa o pescoço do animal, que cai de joelhos.  
 O peito de Marcelino Nunes está sem proteção. É pouco abaixo do colar de dentes de onça (um feiticeiro charrua lhe dera) que a lança de Pedro penetra.  
 O ímpeto arrasta Pedro, que não larga a lança. Em galope curto, um lanceiro negro atravessa Pedro com a lança e o arrasta triunfante durante vários metros. O

combate abre uma clareira em torno da agonia de Pedro Canga e de Marcelino Nunes. (idem, p. 152-153)

A cena da enérgica luta entre os primos também está historiada em obra de Alfredo Varela que, confiado em informe do tenente Jardim, narra de maneira não menos trágica o drama dos amigos transformados em ferozes inimigos:

Feria à direita e à esquerda o fabuloso rival do farroupilha, ao por-lhe este os olhos em cima, no fervedouro humano, e voou direto a ele. Dominante na refrega o quadro fascinador, que em um segundo de tempo resumiu, no combate singular de “dois leões”, o interesse do dia: eis, desgraçadamente, que ao lançar impetuoso Marcelino, “à meia rédea” o seu cavalo, detém-se-lhe ele, paralisado por tiro de “bolas”. O animal enreda-se, salta, em grandes pinos, tenta equilibrar-se, tombando, além, contudo: cuspidor da sela, o consumado ginete cai de pé, mas a lança desaparecera. Pedro o avista; não crava a sua na gleba [...] avança com ela, guiando-a furioso ao émulo, que, espada à mão, apara o primeiro e segundo arremessos. Reitera o caramuru o implacável golpe; procura, sereno e altivo, resguardar-se o primo: desta vez, infelizmente, falta-lhe a lâmina fiel, que se quebra com o choque, feita em pedaços pela ponta homicida da lança de Echeveste, que se lhe embebe no peito. Pedro [Canga] Nunes, porém, não teve tempo de prosseguir na devastadora faina, a seu turno ferido, à pequena distância de Marcelino, – mortos quase ao mesmo minuto os dois heróis insignes, e findos, com a vida de ambos, os esforços dos que ainda combatiam, tresmalhando-se os legais em todas as direções. (VARELA, 1915, p. 816-817)

As brutalidades dos combates que aparecem em **Os varões assinalados** se dão em vários momentos. Interessa notar a dramaticidade que esses acontecimentos vão adquirindo no desenvolvimento da narrativa, pois o primeiro enfrentamento entre os que se rebelam contra o Império e os que o defendem aparece de uma forma que se percebe cômica pelo resultado da cena. Ainda antes do primeiro ataque dos rebeldes, os imperiais organizam uma guarda para fazer uma ronda e defender a capital da província:

À frente de um grupo de vinte ginetes entusiasmados e sem preparo, o visconde [de Camamu, José Gordilho da Barbuda] cavalga, pensativo. Conhece esse tipo de entusiasmo. É uma experiência inédita em sua carreira a liderança de um contingente composto de funcionários públicos, empregados do comércio e alguns veteranos há muito desligados do ofício. Quando o frio vencer as casacas, os ponchos improvisados, as calças de veludo e as botinas de passear na rua da Praia, o entusiasmo cederá. Começarão os resmungos. Algum mais atrevido perguntará se já não é hora de encerrar a ronda. (2005a, p. 29)

Essa guarda não resiste à primeira investida organizada por apenas quatro atacantes, que dispersam o improvisado batalhão imperial:

Cada um correu para um lado, esporeando as montadas com desespero, sumindo na escuridão. Foi assim que salvaram suas vidas e puderam aparecer em casa

noite alta, entrando pelos fundos, batendo nas janelas, cautelosos, narrando, vozes trêmulas, enquanto bebiam chás fumegantes, as peripécias da terrível noite.

- Bento Gonçalves vem aí – afirmavam estremecendo. - São milhares! (idem, p. 34)

Esse acontecimento é o que marca a proeza do 20 de setembro de 1835, data heroica das comemorações farroupilhas até hoje.

Porém, depois, a crueza dos embates será reveladora da violência que persistiu por uma década no território rio-grandense. Choca a descrição das mortes das quais, agora sim, milhares de impotentes soldados não conseguiram escapar:

No chão, dezenas de corpos, uns sobre os outros. Um soldado, de joelhos, tinha uma lança atravessada no peito. Tentou pôr-se de pé, cambalante, e conseguiu. Deu alguns passos indecisos, agarrando a imensa haste que o atravessava. Caminhou sem direção, balbuciou uma reza. Um clavineiro apontou sua cabeça e derrubou-o. (2005b, p. 119-120)

Por outro lado, os atos de coragem que são narrados também são impressionantes, e o texto de Ruas chega a comparar, assim como fizeram muitos poetas populares, os farroupilhas com as figuras mitológicas dos centauros. Em Lages, durante a retirada de Santa Catarina, onde tinha sido criada a efêmera República Juliana, Teixeira Nunes e o Corpo de Lanceiros Negros, ao lado de Giuseppe Garibaldi e outros combatentes, demonstraram uma valentia reservada a poucos seres humanos. Lutavam “a faca, a baioneta, a punho e dentada” (2005b, p. 177). Em perseguição aos inimigos, Teixeira Nunes é apresentado como

[...] um centauro. De repente descobre que tem os nervos tensos de uma energia incomum: é um animal mitológico, meio homem, meio cavalo, bebendo o ar do planalto, gritando obscenidades, entregue totalmente à luxúria, ao desvario, ao desatino, ao embriagante delírio daquela perseguição em alta velocidade através de barrancos, riachos, pinheirais, subidas e descidas. Passa por estandartes, canhões, cavalos de perna quebrada. Atrás deles!, grita o centauro, atrás deles! (idem, p. 181)

A atitude de Teixeira Nunes não era isolada. Ele era o comandante do Corpo de Lanceiros Negros, que “era chamado pelos oficiais farrapos como Brigada Ligeira de Netto, talvez por pudor da palavra negros” (2005a, p. 141), um exército diferente de qualquer outra guerra que tenha existido, antes ou depois da Revolução Farroupilha. Lutando por sua liberdade, os escravos formaram um batalhão que sabia que sua única opção era conseguir a vitória e a afirmação definitiva da República Rio-grandense. Só

assim deixariam de ser escravos. Para isso, não foi impedimento a falta de armamento ou utensílios outros que ajudassem sua preparação para a guerra:

Suas lanças, endurecidas a fogo lento, eram mais longas que as lanças comuns. Carregavam poucas armas de fogo. Apenas os mais hábeis as possuíam. A especialidade do Corpo era o ataque frontal. Acicatando os cavalos com esporões de madeira – duas forquilhas aguçadas a facão presas aos pés por tiras de couro - eles buscavam o choque direto. Não usavam escudos de proteção. Quando em combate, enrolavam o poncho no braço esquerdo. (idem, 141-142)

É muito comum, quando se contam as histórias de guerras e violentas batalhas, reservar os feitos narrados às atividades masculinas, onde os homens são mostrados como guerreiros indomáveis que não perdem a valentia. No romance de Tabajara Ruas, a participação feminina igualmente é pífia. No entanto, não haveria como deixar de mencionar o que foi a atuação de uma mulher que surge no meio do romance e que, alguns capítulos depois, já é abandonada pelo autor. Mesmo assim, sua aparição na narrativa é mostrada através de uma construção que vai moldando o seu caráter e fazendo com que ela se imponha como uma ativa guerrilheira que teve importante papel na Revolução. A primeira menção a ela se dá através do olhar de Garibaldi: “Numa daquelas manhãs de tédio, viu a mulher.” (2005b, p. 158). Algumas linhas a seguir e já é mostrado um julgamento que se faz sobre ela, após embarcar no navio do italiano: “- E pior – as beatas baixavam os olhos –, uma mulher casada, padre.” (idem, *ibidem*). Quando enfim ela é apresentada, aparece com nome completo, ligada ao homem que era seu marido: “Ana Maria de Jesus Ribeiro estava casada há pouco mais de um ano com Manuel Duarte, sapateiro” (idem, p. 161). Ainda sob a percepção – e a imaginação – de outro homem, de Luigi Rosseti, há uma primeira característica física da mulher:

Inadvertidamente, e contra a sua vontade, descobriu a sensualidade na boca úmida de Ana Maria de Jesus e com horror e volúpia compreendeu como também era vulnerável e deixando-se levar por um momento de densa loucura a imaginou nua, branca e nua, abraçada ao corpo nu de Garibaldi, iluminados pelo luar, no chão de tábuas do convés. (idem, p. 162)

Somente algumas páginas adiante no romance, já em ação durante bombardeio do navio em que estava, designada por Garibaldi para uma missão perigosa, Tabajara Ruas apresenta a denominação que essa personagem recebeu para entrar na história ao lado dos grandes heróis: “Anita carrega a carabina a tiracolo e a espada à cintura. Calça botas e veste calças de homem por baixo do vestido. Começa a remar, afastando-se.” (idem, p.

168). Sua coragem é inabalável, e demonstra isso ao voltar, desta vez por sua própria decisão, para o navio atacado e em chamadas para trazer informação de que os marinheiros não poderiam contar com a ajuda dos que estavam em terra:

Garibaldi leva um susto: Anita vem remando na água convulsionada, vem remando entre os destroços que boiam e a fumaça negra que se espalha na baía, vem remando sem importar-se como os estrondos e sem cuidar das balas que assobiam a seu redor. (idem, p. 169)

O próprio corsário Garibaldi reconhecerá, em suas memórias, o valor e o despreendimento com que Anita enfrentava as adversidades. Sobre um dos combates travados na serra catarinense, em Curitiba, o italiano relatou:

[...] ela aproximava-se do local principal do combate quando cerca de vinte cavaleiros inimigos, que perseguiam alguns fugitivos, passaram a atacar os nossos soldados encarregados do transporte. Excelente amazonas e montada num admirável ginete, Anita poderia ter disparado e escapado àqueles cavalários; porém, o seu peito de mulher encerrava um coração de heroína. Em lugar de fugir, ela tratou de exortar os nossos soldados a defenderem-se, achando-se de súbito rodeada pelos imperiais. (DUMAS, 1999, p. 130)

O reconhecimento das valentias presenciadas na sua participação na Revolução estendeu-se também a outros combatentes. Em carta a Domingos José de Almeida, anos depois, quando estava de volta à Itália, Garibaldi escreveu:

Este passado da minha vida no Rio Grande se imprimiu em minha memória como algo de sobrenatural, de mágico, de verdadeiramente romântico. Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes nem cavaleiros mais brilhantes do que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa das gentes. Onde estarão agora esses belicosos filhos do Continente, tão majestosamente terríveis nos combates? [...] Quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros, avezados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço como se fosse uma ponta de gado? (in FAGUNDES, 1984, p. 183)

Sua admiração por Bento Gonçalves e por Netto também foi propagada pelo corsário italiano:

Um verdadeiro cavaleiro errante do ciclo de Carlos Magno, irmão por afinidade de um Oliver e de um Roland, vigoroso, ágil, leal como eles, verdadeiro centauro montando um cavalo, como só terei visto fazê-lo o general Netto, o modelo acabado do cavaleiro. (DUMAS, p. 71-72).

A consideração de Garibaldi por Bento Gonçalves vinha desde o período em que o presidente da República Rio-grandense esteve preso na Fortaleza de Santa Cruz, na Laje, no Rio de Janeiro. Foi lá que o italiano recebeu uma carta autorizando-o, como corsário, a iniciar sua participação nos eventos revolucionários dos farroupilhas.

Também no Rio de Janeiro, fora dos campos de batalha, houve a participação discreta, mas importante, de outra personagem. Foi na casa do visconde de Mauá que se arquitetou um plano para fazer Bento Gonçalves e outros republicanos escaparem da prisão que, no entanto, não obteve êxito para o presidente. Mesmo assim, a ajuda do visconde era essencial:

Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá, era uma personalidade curiosa. Não era republicano, mas sabia conciliar a alma romântica que o habitava com os instintos de comerciante abastado. De sua casa em Santa Tereza, na ponta do Curvelo, saía diariamente uma carroça com alimentação para trinta pessoas, que era entregue na fortaleza de Santa Cruz, mediante suborno. Essa prática foi adotada pelos republicanos cariocas após a morte, por inanição, de dois prisioneiros vindos do Continente. (2005b, p. 13-14)

Durante o período revolucionário, além dos combates que produziam suas vítimas e seus heróis, outras preocupações existiram por parte de setores dos rebeldes na organização da República Rio-grandense. Entre elas estiveram propostas do ministro do Interior Domingos José de Almeida. Luiz Carlos Barbosa Lessa, no seu romance **República das carretas**, relata passagem que destoa completamente das preocupações dos grandes generais. Atrás de pilhas de documentos para serem assinados, Bento Gonçalves se inquieta com os trâmites burocráticos que vão tocando a República. Enquanto isso, seus ministros esperam audiência:

Ulhôa, Almeida e Matos aguardam que o presidente os atenda. Mas Bento parece não ter vontade nenhuma. Até que indaga:  
- Há alguma proposição urgente para hoje?  
Almeida toma a palavra:  
- O ato de criação da Biblioteca Pública.  
Bento Gonçalves crava o olhar no ministro do Interior, contrai os lábios e incha as bochechas num rictus de paciência esgotada. Desabafa:  
- La fresca! Será que não tem coisa mais importante para ocupar o meu tempo?  
(LESSA, 1986, p. 48-49)

Para Domingos José de Almeida a educação e formação dos rio-grandenses era assunto de primeira ordem. Em **Os varões assinalados**, Tabajara Ruas registra que, em

1835, antes do enfrentamento com o Império, “Porto Alegre tinha cinco igrejas, embora escasseassem padres. Tinha também dois quartéis, uma alfândega, um hospital, um asilo de pobres e uma cadeia solidamente construída. Não havia nenhuma escola.” (2005a, p. 36). Esse dado não é exato, embora poucos fossem os cidadãos capacitados para ensinar nas escolas. “Mas, ainda assim, – informa Barbosa Lessa – a partir de 1820, o ensino público começou a ter uma certa regularidade no Rio Grande do Sul.” (2002, p. 32). Diz também que, em 1827, foi introduzida em Porto Alegre a novidade pedagógica do método Lancaster, “caracterizado pelo mútuo ensino entre aluno e seus colegas de classe.” (idem, p. 33). Inspirado no seu desejo, em 1838, Domingos José de Almeida expediu uma instrução aos municípios da República determinando que

[...] façam instalar provisoriamente, com a possível brevidade, tantas escolas de primeiras letras quantas forem as povoações ou lugares notáveis de seu município, provendo-as logo de mestres idôneos, morigerados e instruídos, na falta dos conhecimentos do sistema Lancaster, pelo menos nas quatro primeiras operações aritméticas e suas definições, e na escrita com acerto [...]. (in SPALDING, 1963, p. 331)

Segundo informação de Barbosa Lessa, a iniciativa de Almeida deu resultado, pois “Em nível prático, já em 1839, havia escolas públicas de primeiras letras funcionando em todas as povoações integrantes do território republicano.” (LESSA, 2002, p. 37)

As prioridades dos que participavam no conflito com o Império variavam conforme cada sujeito. Já no início das primeiras reivindicações após o 20 de setembro de 1835, exaltados opositores dos imperiais, entre eles Pedro José de Almeida, conhecido por Pedro Boticário, pretenderam deportar 400 portugueses da província. Testemunha que acompanhou a apresentação da proposta, Francisco de Sá Brito relatou que conseguiu persuadir os proponentes para que uma comissão avaliasse a questão. Poucos dias depois, a lista já havia diminuído para 140 nomes e, mais tarde, para 40. Quando Bento Gonçalves voltou a Porto Alegre, recebendo a folha de papel com a relação dos portugueses, simplesmente “a arremessara para baixo da mesa dizendo: - Isto não tem lugar.” (SÁ BRITO, 1950, p. 133). No romance de Tabajara Ruas, fiel aos acontecimentos, há apenas uma aceleração nas ações. As personagens das discussões são as mesmas relatadas por Sá Brito, as posições também, mas tudo se dá no mesmo dia, e é a lista original dos 400 nomes que

[...] escapou das mãos de Bento Gonçalves e desceu fazendo curvas até o chão. O conde Zambeccari curvou-se para apanhá-la.  
 - Não é preciso, Tito – disse suavemente o coronel.  
 A sala tornou-se silenciosa.  
 - Isso não tem vez. (RUAS, 2005a, p. 47)

Assim como esse episódio, outros acontecimentos narrados em **Os varões assinalados** estão diretamente relacionados com os fatos históricos relatados e documentados por diferentes autores. Porém o romance de Tabajara Ruas, como obra literária, consegue dar uma dimensão dramática mais profunda em relação aos atores implicados. É o caso que se percebe no que diz respeito, por exemplo, aos recrutamentos de soldados para formarem as filas dos exércitos. Tem-se então que

Todo sujeito forte, capaz de empunhar uma arma, era manado e arrastado de sua roça ou fazendola. O novo recruta aprendia ordem unida, o significado dos clarins, a montar e desmontar um fuzil e a dormir em bivaques. Também aprendia a acordar sobressaltado, boca seca, imaginando rebeldes, adaga na mão, esgueirando-se para dentro da tenda. [...]  
 O exército de Bento Manuel estava engrossado de tropas e recursos enviados por ricos estancieiros monarquistas. (idem, p. 89)

Não havendo identificação dos combatentes com ideais determinados por seus comandantes, era comum, nas dificuldades das derrotas, haver deserções, de um lado e de outro das forças que se enfrentavam. Assim, “Ele [Bento Manuel] recusa combate porque está mal preparado. A maioria das tropas que tem é de gente recrutada à força e que começa a desertar em massa” (idem, p. 95); e também “A [força] de Bento Gonçalves sofria um processo de esfacelamento. Os uniformes estavam em frangalhos. A chuva, o frio, a imobilidade foram enervando os homens que começavam a desertar” (idem, p. 135).

Se estancieiros monarquistas tinham interesse no desenvolvimento dos acontecimentos, aqueles que apoiavam os rebeldes também tratavam dos seus negócios: “Os estancieiros têm em mente as propriedades deles, claro, e as propriedades, com raras exceções, estão progredindo com a guerra. Nunca se vendeu ou se comprou tanto cavalo como agora.” (RUAS, 2005c, p. 64). A chegada do barão de Caxias para organizar estratégias de combates para por fim à Revolução tinha uma estratégia definida para vencer o inimigo. E ela incluía, mais do que tudo, as montarias: “Precisamos de cavalos. Vamos conseguir cavalos. Vamos treinar um exército de cavalaria. E vamos dar combate ao inimigo em seu próprio reduto: a Campanha.” (idem, p. 88)

Cavalos sempre foram assunto de Antônio de Souza Netto. Sua aparição em **Os varões assinalados** se dá exatamente disputando, por diversão, uma carreira com Teixeira Nunes, quando se aproximavam de acampamento que reunia líderes farroupilhas, ainda nos primeiros dias dos movimentos rebeldes. Dispensaria dizer que é o coronel, seu cargo naquele momento, quem chega na frente. A apresentação feita de Netto não só por Tabajara Ruas, mas também por diferentes autores brasileiros costuma ser de forma positiva, colocando-o em posição digna. Na **História da República Rio-grandense**, de Joaquim Francisco Assis Brasil, ele é descrito da seguinte forma:

[...] o coronel Antônio de Souza Netto, na plenitude da sua gloriosa vida, revelando ainda claros no rosto os traços da beleza física de que era dotado e essas tendências cavalheirescas que fizeram dele até a velhice um galanteador, um soldado e um patriota, em tudo extremado e ardente. (1982, p. 187)

No romance de Ruas, Bento Gonçalves é taxativo na sua opinião sobre as habilidades de Netto: “Nosso melhor cavaleiro é Netto. O general Netto é inigualável em cima de uma sela.” (2005b, p. 81). Inclusive os inimigos lhe tem consideração, como o jovem Joca Tavares: “O homem do centro é o tal coronel Antônio de Souza Netto. Inimigo do seu pai. Caldwell disse-lhe que o coronel Netto é um homem correto. [...] Mas o coronel Antônio de Souza Netto é seu inimigo.” (2005a, p. 147). As debilidades de Netto nunca são explicitadas, ficam suspensas ou não passam da desconfiança, pois seria improvável não as ter: “Netto, sempre elegante no lombo de um cavalo, sempre procurando mostrar que as coisas não o aborreciam em absoluto e sempre as executando com um humor calculado para esconder sabe-se lá que fraqueza ou defeito.” (2005c, p. 33).

O que a história reservou para Netto não foi um papel coadjuvante, mesmo não sendo ele o principal líder dos farroupilhas. Nos combates em que participou, obteve vitórias e derrotas, mas duas das batalhas mais determinantes para os republicanos tiveram Netto no comando. A tomada de Rio Pardo, em 1838, foi marcante porque, mais do que a vitória em si, ela representou um feito até então inédito: “Rio Pardo tem tradição. A Tranqueira Invicta. Nunca foi derrotada – disse João Antônio, com sua autoridade de general.” (2005b, p. 110). Tabajara Ruas se apoia no conhecimento da história para mostrar a relevância da grande realização. Quem explica é Teixeira Nunes:

- Rio Pardo constou pela primeira vez num mapa em 1637, pela mão do padre Vicente Carafa, com o nome de Jequi – disse Teixeira. – Em 1751, foi criado no arraial um depósito de munição e víveres, para abastecer os moradores no inverno. No ano seguinte, iniciaram a construção de um forte no local, pelo capitão Pinto Bandeira. [...] Mais um ano e aquartelou-se em suas muralhas o Regimento dos Dragões. E, desde então, durante um século, o forte resistiu aos índios, aos castelhanos, aos missioneiros dos Sete Povos e aos contrabandistas.  
 - E hoje está nela o Sebastião Barreto – disse João Manuel.  
 - Esta é a maior concentração de tropas republicanas desde o começo da revolução – disse Netto. – Vamos travar um encontro fundamental. (idem, p. 110-111)

O êxito da vitória em Rio Pardo pôde ser comemorado com música, pois, como espólio de guerra, encontrou-se uma banda de música. Em **República das carretas**, Barbosa Lessa enumera os bens confiscados:

[...] Adagas... facas... facões... pás e instrumentos de sapa...  
 Um clarim...  
 Dois tambores...  
 [...] Mais lanças, barris de pólvora, caixotes de munição...  
 Um binóculo...  
 Uma potente luneta...  
 - Mas, e isso aí? O que é isso aí, mas uêi?  
 Uma flauta!  
 E um clarinete! Pratos de metal doirado!  
 Um gigantesco baixo-tuba!  
 Um trombone!  
 E outros tantos instrumentos.  
 Crescêncio não se contém e pergunta:  
 - De quem é essa coisarada toda? (LESSA, 1986, p. 39-40)

Um grupo de músicos contratado pelo Império estava, na ocasião do combate, em Rio Pardo, do qual era maestro Joaquim Mendanha. A partir desse fato inusitado, encomendou-se ao artista uma composição: “Tive uma ideia, companheiro. Nós já temos bandeira, brasão [...]. Só tá faltando uma coisa... Vossa mercê se anima a inventar um hino pra gente?” (idem, p. 40). A letra foi feita pelo poeta Francisco Amaral Fontoura, o “Chiquinho da Vovó”. Dias depois, em Rio Pardo, executou-se pela primeira vez o Hino Rio-grandense.

Anos antes, fora a vitória de Netto no Seival que determinara o passo mais audacioso dos rebeldes, a proclamação da República Rio-grandense. Até então, era estranho para os rio-grandenses entender aquela situação: “Dois exércitos formados por homens da mesma pátria, carregando as mesmas bandeiras, falando a mesma língua. Fácil entender que se lutasse contra castelhanos ou índios. Mas, essa guerra... Simplesmente não

se entendia.” (2005a, p. 145). Para aquele combate, contaram os farroupilhas com a incorporação de tropas uruguaias. É o que registra Alfredo Varela: “Tenho por averiguado, ainda, que duas guardas orientais se incorporaram a Netto, e que o principal concurso destes foi o de lhe proporcionarem cavallhada de refresco que serviu para a peleja.” (1915, p. 808). Tabajara Ruas dá informação semelhante em **Os varões assinalados**:

- Vengo para hablar con el coronel Souza Netto, por órdenes del coronel Lavalleja.

O castelhano foi levado à presença de Netto. Trocaram sonoros abraços. Era o coronel Sans Calengo, velho amigo de Netto. Estava comandando cem homens da Guarda da Fronteira. (2005a, p. 142)

Alfredo Varela comenta que esse tipo de acontecimento não era raro na fronteira, onde indivíduos de um lado e outro intervinham nas guerras dos vizinhos. Diz o historiador que

[...] estou persuadido, e bem, de que Calengo veio de *aficionado*, como dizem por aqueles “pagos”, molhar a sua lança de republicano entusiasta no sangue dos retrógrados brasileiros. Veio ele, com mais alguns, entre esses Thomaz Borches, que dispunha de outra guarda, mais para sudeste, na linha divisória de Jaguarão. Estou autorizado a assim pensar, visto que informante de confiança, o tenente José Gomes Jardim, me garantiu a presença de um e outro no Seival, como ainda me afirmou que com os orientais veio um reforço de 100 homens, na noite anterior ao conflito. (1915, 809)

Silva Tavares estava retornando do Uruguai e chegou à província atravessando o rio Jaguarão e, procurando contato com Bento Manuel para receber ordens, soube da presença do exército de Netto nas imediações. Para o combate, teve condições de ocupar melhor posicionamento, obrigando que, no ataque dos farroupilhas, estes tivessem que enfrentar a subida de uma coxilha. No embate, mesmo em posição desvantajosa e com menor número de combatentes, a vitória dos farroupilhas foi esmagadora, obrigando Silva Tavares a evadir-se com o que restou dos seus soldados. No saldo dos combatentes perdidos, informa Alfredo Varela, os farroupilhas tiveram oito companheiros mortos e 26 feridos, enquanto do inimigo “morderam o pó 167, oficiais e praças, ficando prisioneiros 151 [...]. Em meio dos que conservavam um semblante desalegre, taciturno ou consternado, eram vistos dois majores, um capitão, um tenente e, com eles, um filho de Silva Tavares” (idem, p. 818).

A vitória no Seival foi o momento propício que se armou para que os enfrentamentos com o Império tomassem novo e decisivo passo. Assim, no dia seguinte ao

combate, chegou ao acampamento de Netto, instalado à margem do rio Jaguarão, no campo do Menezes, o major Manuel Lucas de Oliveira para, junto com Joaquim Pedro Soares, braço direito de Netto, convencer o coronel a proclamar a República. Argumentavam “que era preciso combater por um princípio, por uma ideia, a qual era a República” (idem, p. 824), pois “não deviam continuar a bater-se com os inimigos pela mesma bandeira por que se batiam” (FAGUNDES, 1984, p. 152). Houve indecisão de Netto, pois receava que Bento Gonçalves pudesse não aprovar a decisão, ainda mais não sendo ele um republicano. No entanto, “os dois companheiros de armas jeitosamente despertaram os brios de uma alma entusiasta e nobre, mas com os naturais estímulos de pouca idade” (idem, *ibidem*). Para Tabajara Ruas, Netto pensou: “Tenho trinta e dois anos. Tudo que quero é uma noite de sono tranquilo” (RUAS, 2005a p. 162). O historiador Morivalde Calvet Fagundes afirma que, no dia seguinte, a 11 de setembro de 1836, todos os combatentes ali reunidos puderam ouvir, através da voz de Joaquim Pedro que lia a proclamação assinada por Netto, que “Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército Liberal devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta Província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre, independente, com o título de República Rio-grandense [...]” (idem, p. 164).

A ata da proclamação foi redigida um dia depois e, após, Netto “comunicou logo quanto se passava à câmara municipal da vila de Jaguarão. [...] A câmara esperou para reunir-se o dia 20 de setembro, aniversário da revolução. [logo] Unanimemente [os vereadores] aderiram à proclamação da República” (ASSIS BRASIL, 1982, p. 167). Na mesma sessão, como consta na ata daquele dia, deliberaram os edis que

se oficiasse ao excelentíssimo comandante superior Bento Gonçalves da Silva, mostrando-lhe a deliberação que tomou este corpo municipal, e pedindo-lhe queira dirigir interinamente o timão do governo deste estado, como chefe e protetor da República e liberdade rio-grandense [...]. (FAGUNDES, 1984, p. 155)

Aquela República iniciada em 1836 teve seu desfecho depois de uma década de sangrentas batalhas. Os republicanos não tiveram forças suficientes que vencer a guerra contra o Império brasileiro. Entre os dirigentes da República havia cisões e interesses diversos. Não conseguiram vencer batalhas que acreditavam que poderiam ser decisivas e, enfraquecidos, em 1845 optaram por aceitar a paz proposta pelo Império. Netto, no entanto, não concordou com os termos do tratado: “- Esse não é um tratado de paz – disse

Netto. - É uma rendição.” (RUAS, 2005c, p. 185). Mesmo assim, sendo a única voz entre os republicanos discordante com a proposta oferecida, não teve outra alternativa a não ser ele também referendar o tratado, apesar de discordar, sobretudo, do destino dado aos negros que combateram no seu Corpo de Lanceiros. Inconformado com a maneira como acabou a guerra civil, depois de anos de lutas, Netto partiu para o Uruguai para recomeçar e “- Dar um jeito de ganhar a vida. Virar tropeiro. Sei lá. Pelo menos não vou tirar o chapéu a monarcas.” (idem, p. 196).

A personagem Antônio de Souza Netto presente em **Os varões assinalados** não é a que está mais em evidência no romance. Tabajara Ruas deu maior destaque ao presidente da República Rio-grandense, Bento Gonçalves da Silva, que, junto aos seus feitos guerreiros, é mostrado com dores de cabeça, com leituras de livros e galopes a cavalo. A Netto, o autor reserva tão somente suas realizações que estão registradas por historiadores, tanto nas ações quanto nas ideias que sustenta e, até, nas reflexões de suas análises nos acontecimentos da guerra. Não por isso essa é uma personagem minúscula. Ao contrário, na dimensão histórica da personagem, Ruas apresenta um Netto ficcional com o alto valor conferido a ele por diferentes autores que escreveram sobre sua atuação na Revolução Farroupilha.

## 5. OUTRA ALMA PARA NETTO

No século XIX, o general Antônio de Souza Netto fez guerras em toda parte em que andou, transitando nos confrontos das fronteiras, imaginárias ou reais. Apesar da sua destacada atuação histórica – foi o proclamador da República Rio-grandense, em 1836, e partícipe de outras façanhas bélicas, como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai – em diferentes territórios nacionais, dados sobre sua vida, no entanto, como expõe Tabajara Ruas na orelha do livro **Netto perde sua alma**, não são fartos como os de outras personagens – é o caso de Bento Gonçalves da Silva, general do mesmo exército republicano de Netto, que possui extensa lista de obras que tratam de sua biografia, além de documentos que registram seus feitos. A carência de informações, no caso de Netto, permite que a literatura preencha lacunas sobre a sua vida. Essa foi a proposta de Tabajara Ruas, como declara no mesmo texto de orelha: “Deixei a aproximação com Netto acontecer da única maneira que saberia fazê-lo: com a imaginação. Acho que não tem importância inventar a respeito de Antônio de Souza Netto. Tudo que se possa inventar a seu respeito será porventura menor do que foi sua vida.” (RUAS, 2005, s/p). Esse caminho de imaginação e invenção traçado pelo escritor lhe permitiu muitos descobrimentos, tais como Carlos Fuentes já sentenciou: “todo descubrimiento es un deseo, y todo deseo, una necesidad. Inventamos lo que descubrimos; descubrimos lo que imaginamos. Nuestra recompensa es el asombro.” (FUENTES, 1990, p. 59)

O texto literário permite mostrar outras visões sobre Netto além do que registra a história, mas, se Tabajara Ruas se restringisse a trabalhar somente a partir de informações de fatos documentados, mesmo assim sua personagem daria margens a descrições múltiplas que não conferem uma única verdade, pois, conforme quem escreve a história, os acontecimentos e a representação de seus atores podem adquirir diferentes versões, acentuando marcas ideológicas contraditórias. Se, por um lado, no Rio Grande do Sul, Netto é visto como um herói da Revolução Farroupilha por demonstrar rebeldia, força e coragem na luta separatista; por outro, no Uruguai, muitos o consideram um invasor e mercenário, pois participou de forma determinante na guerra civil entre *blancos* e *colorados* na década de 1860. Em documento redigido pelo governo uruguaio em 1864, respondendo a reclamações do Império brasileiro sobre abusos que estariam sofrendo brasileiros residentes no Uruguai, Netto é descrito da seguinte maneira:

El general Netto, conspirador conocido, ambición no saciada aún, que ha contribuido con sus dineros, ganados merced a protección de la autoridad oriental, que contribuye con sus calumnias y con sus consejos a que los elementos de perturbación se alcen, interesado en que cada día sean más amenazantes los jefes y oficiales del ejército imperial que han cedido a los consejos y halagos de ese general y de algún otro caudillo brasileño de quienes son satélites, ¿desistirán acaso de sus propósitos porque el gobierno oriental, a solicitud del imperio adopte nuevamente algunas medidas favorables a la población brasileña prescindente de ambiciones bastardas?  
Es un error creerlo. (HERRERA in CUADERNOS DE MARCHA, 1972, p. 34).

As queixas dos brasileiros residentes no Uruguai contra o governo daquele país foram relatadas ao Imperador Dom Pedro II pelo próprio Netto, conforme Tabajara Ruas coloca em **Netto perde sua alma**:

– Três anos atrás fui a uma audiência com o Imperador do Brasil, a pedido dos meus amigos. Com todo o respeito, fui dizer a ele que: ou ele tomava providências contra o governo de Pancho [Aguirre], que perseguia os brasileiros que moravam no Uruguai, quase todos camaradas da nossa guerra e que viviam exilados lá, ou eu tomaria providências. (RUAS, 2001, p. 148)

Da mesma forma acusadora dos uruguaios, Aldyr Garcia Schlee, escritor fronteiriço, nascido na margem esquerda do rio Jaguarão (Brasil), que considera sua obra mais próxima da literatura uruguaia do que propriamente da brasileira, não perdoa contradições do general simpático à libertação dos escravos e, no seu conto “Felicía”, aponta: “a mãe da mucama fora trazida para San Fructuoso e posta com a filha moça na casa do irmão da viúva do general Antônio de Souza Netto, de quem havia sido escrava.” (SCHLEE, 2009, p. 28).

São por esses contextos que a tradução de **Netto perde sua alma** realizada por Pablo Rocca para a língua espanhola – publicada no Uruguai, em 1997, por Ediciones de la Banda Oriental em conjunto com a Unesco – adquire uma importância relevante. O texto em espanhol, em função do imaginário uruguaio, desvela aspectos dos fatos históricos não percebidos tão claramente na edição brasileira? Ou, ao contrário, existem perdas figurativas na obra traduzida? Para Pascale Casanova,

A tradução é a grande instância de consagração específica do universo literário, Desdenhada como tal por sua aparente neutralidade, ela é contudo a via de acesso principal ao universo literário para todos os escritores “excêntricos”: é uma forma de reconhecimento literário e não uma simples mudança de língua

[...]. [Ela é] o maior desafio e a arma primordial da rivalidade universal entre os jogadores, uma das formas específicas da luta no espaço literário internacional, instrumento de geometria variável cujo uso difere de acordo com a posição do tradutor e do texto traduzido [...]. Por isso o ponto de vista adotado sobre essa transferência linguística depende do sentido no qual se opera (tradutor ou traduzido) e da relação entre as línguas entre as quais se realiza. (2002, p. 169-170)

O “jogo” entre tradutor e traduzido encontra ainda um acréscimo de desafios quando o texto da obra a ser traduzida apresenta formas híbridas entre as línguas “fonte” e “alvo”. Indicando uma linguagem fronteira presente em **Netto perde sua alma**, Léa Masina destaca uma “respiração” gaúcha na obra, onde palavras e expressões castelhanas imbricam-se à língua portuguesa na narrativa de Tabajara Ruas. Desse modo, afirma:

Não há como traduzir a potência verbal de palavras como *carnicero*, aplicada ao precário cirurgião francês que amputa as pernas dos soldados num hospital de Corrientes. Não há equivalentes para expressões como *no más, oigaletê, mala suerte*. Não há como traduzir diálogos inteiros, como os que Netto e Teixeira travam com os charruas que tentam roubar-lhes os cavalos. Para o ouvido de um leitor brasileiro, *cabajo* soa de modo muito distinto a cavalo, e a frase “O cabajo, don” – a que segue o diálogo – “Dexe o cabajo no más e se vaja em paz”; ou “Nuestro Senhor Jesus le há de recompensar, don”; e, ainda, “Es para un ato de caridá, don”, reiteradas, são intraduzíveis para qualquer outro idioma. Além disso, como ocorre com a poesia, são insubstituíveis, uma vez que os índios não poderiam expressar-se noutra fala e de outro modo. (MASINA in CHIAPPINI; MARTINS; PESAVENTO, 2004, p. 194-195)

Se a linguagem fronteira do texto destacada por Léa Masina dá-se justamente pela interferência da língua espanhola dentro do português, como apontar essa hibridez em uma narrativa traduzida para o espanhol? Ser fiel às palavras de Tabajara Ruas, reproduzindo suas expressões castelhanas, não seria trair as suas intenções de mostrar, no destaque da linguagem, a presença do estrangeiro no território brasileiro? Ou, em caminho inverso, provocar o desvio na forma daria conta do significado desejado pelo autor? O texto fronteiro se traduz pelos seus reversos, introduzindo o português na narrativa em espanhol? Parece árdua a tarefa realizada pelo tradutor, onde a luta dos idiomas será uma guerra a mais para a “alma” de Netto.

Na história da literatura sobre tradução, essas questões de fidelidade ou traição, de possibilidade ou não da tradução, sempre estiveram em pauta, ora privilegiando o literal, ora a significação. Para George Steiner, os estudos da tradução compreendem quatro períodos. A fase inicial reflete as ideias daqueles primeiros que desenvolviam a tradução

na prática, entre eles Cícero, que condenava, já em 46 a.C., a tradução “palavra por palavra”, preferindo “acomodar” ao latim o valor e a força das palavras gregas de Esquines e Demóstenes. No segundo período, o século XIX impõe reflexões mais amplas, abarcando a hermenêutica em teorias da linguagem e do pensamento e buscando metodologias e acervo de vocabulário. Na segunda metade do século XX, teorias linguísticas, apoiadas no estruturalismo, caracterizam a terceira fase dos estudos sobre tradução. Tomando a linguagem como ciência, enfatizavam a noção de equivalência entre os idiomas, onde a língua do texto de partida direcionava a busca por processos universais, normativos e automáticos de tradução mensurados em supostos paralelismos entre línguas diferentes. Um quarto momento, em resposta ao anterior e coexistindo com ele, aparece a partir da década de 1960, centrado em uma volta à hermenêutica e relacionando a tradução a outras áreas do conhecimento – como a psicologia, a sociologia, a linguística aplica e a literatura comparada, entre outras –, onde fatores sociais e culturais serão considerados e permitirão um caráter autônomo para o texto traduzido, que estará orientado à cultura de chegada. Verificando que as questões que norteiam as discussões sobre a tradução se repetem ao longo das diferentes épocas, em **After Babel** Steiner destaca duas questões propostas por Ronald Knox: a) deve-se priorizar a versão literal ou a literária?; e b) o tradutor tem liberdade de estilo e/ou linguagem na busca do sentido original? O que parece simplificar as discussões é rebatido por Rosemary Arrojo ao questionar a “matriz logocêntrica que produz essas perguntas e essas expectativas” (ARROJO, 1992, p. 73). A pensadora brasileira rejeita a noção de que o texto “original” seria estável e imutável e descarta também a ideia de que a leitura seria um processo neutro, sem interferência de contextos sócio-culturais e históricos.

Se houve um tempo em que o que norteava a tradução era a busca por formas e sentidos similares ou equivalentes entre uma e outra língua, na atualidade tem-se a percepção de que os idiomas são diferentes porque expressam mundos diversos e, assim, não há como reproduzir exatamente igual no texto traduzido o que tenha sido colocado originalmente. Nesse sentido, caberá ao tradutor fazer suas eleições para melhor representar suas leituras do texto a ser traduzido, onde a primeira das escolhas será a das obras literárias entendidas como merecedoras de ganhar suas versões em outro idioma. Nítida parece ser a participação do tradutor, seja por selecionar e incorporar ao sistema literário de chegada as produções de outros lugares, alimentando e enriquecendo esse

sistema que, estimulado pelo novo aporte, pode ganhar novas orientações e vitalidade; seja por determinar as “deformações” desses textos. Para Rosemary Arrojo

Toda tradução, por mais simples e breve que seja, trai sua procedência, revela as opções, as circunstâncias, o tempo e a história de seu realizador. Toda tradução, por mais simples e breve que seja, revela ser produto de uma perspectiva, de um sujeito interpretante e, não meramente, uma compreensão “neutra” e desinteressada ou um resgate comprovadamente “correto” ou “incorreto” dos significados supostamente estáveis do texto de partida. (ARROJO, 1992, p. 68)

Por existir essa inevitável interferência do tradutor, muitas vezes estabeleceram-se hierarquias entre os textos originais e suas traduções, onde estas eram apontadas como inferiores e devedoras em relação aos primeiros. Rotuladas como *les belles infidèles*, expressão cunhada no século XVII, às traduções se sugeriam, pejorativamente, deformações e traições de textos tidos como únicos e definitivos. No entanto, com a consolidação dos estudos da tradução a partir da década de 1980, tem-se, hoje, a noção da alteração não mais como uma transformação negativa, mas sim como natural e necessária no processo de tradução. Essa mudança de conceito se respalda pela mudança de foco proposta por teorias como a dos polissistemas, desenvolvida por estudos de Itamar Even-Zohar e seus colegas, entre eles Gideon Toury. Nessa nova concepção teórica, toma-se a língua-meta como objeto, abordando, desse modo, o texto traduzido em relação a um amplo sistema cultural. Avançando nessa implicação, André Lefevere e Lawrence Venuti acentuam suas considerações. Lefevere concebeu “a ideia de tradução como refração em vez de reflexão, oferecendo um modelo mais complexo do que a velha ideia da tradução como um espelho do original.” (BASSNETT, 2005, p. 19). Venuti, por sua vez, ressalta a presença visível e criativa do tradutor no texto. Assim, conforme enfatizam Nicolás Helft e Alan Pauls:

Violar la literalidad es un procedimiento retórico, igual que respetarla, y si ambas decisiones deben ser juzgadas, el criterio no es aquí la relación con el original (la distancia o la proximidad con respecto a su sentido último) sino la capacidad que cada una tiene de alterar, desestabilizar su identidad, desarraigar sus sentidos y recolocarlos en un bloque nuevo de espacio y de tiempo, volverlos permeables a circunstancias que nunca previeron pero que son, ahora, las que de algún modo están leyéndolos, y más tarde las que otros leerán como si formaran parte del original. (HELFT; PAULS, 2000, p. 109-110)

Sendo o tradutor o responsável por escolhas no uso da linguagem, consciente das alterações provocadas por suas decisões, uma evidência ou “verdad de perogrullo”, nas palavras de Esteban Pujals Gesalí, faz-se notar: o tradutor é o autor do texto traduzido. Dessa forma, Gesalí conclui que a tradução não está presa às normas linguísticas e ao estilo do texto de origem: “toda traducción utiliza lo que llamamos el ‘texto original’ como ocasión, como punto de partida, como inspiración o pretexto de un texto diferente con respecto al cual es en teoría heteróclito” (GESALÍ, s/d, p. 52-53). Isso propicia uma inversão da servilidade tradutória, pois nesse caso é o texto de partida que se coloca a serviço da tradução. Em consonância com essa ideia é a posição de A.R. Monroy que, ao negar a marginalidade e a invisibilidade do tradutor, baseia-se em Mikhail Bakhtin e nos seus conceitos de polifonia do discurso e de instabilidade da linguagem, sempre capazes de estender sentidos e forças expressivas, para afirmar que

Podemos pensar la traducción no como esa vergüenza que hay que esconder por delatar al lenguaje en su “impureza”, sino como un proceso abierto de mestizaje en que los enunciados interactúan polémicamente – es decir, dialógicamente – un proceso en que una cultura no sustituye a la otra – no la canibaliza – sino que se incorpora a ella y la modifica significativamente. (MONROY, 1999, p. 210)

Publicadas em diferentes idiomas, épocas e lugares, as traduções – entendidas não como produtos, mas como processos de transposição de uma língua à outra – possuem a capacidade de mostrar infinitas potencialidades de um texto fonte. Assim, citando a Antoine Berman, Marina Guglielmi (in GNISCI, 2002, p. 305) diz que não há “a tradução”, rígida, mecânica e definitiva, mas sim existem “as traduções”, que abrem espaço para a criatividade e revelam a rica multiplicidade de leituras de um texto. A relação entre criação e tradução também é apontada por Octavio Paz, que percebe serem operações análogas, pois, para o poeta e tradutor mexicano, “la traducción implica una transformación del original” (PAZ, 1981, p. 10). Isso porque as diferentes línguas mostram a pluralidade das visões de mundo de cada civilização, de cada sociedade. E, se a tradução pode suprimir diferenças, ela também as revela mais plenamente, permitindo um intercâmbio cultural onde, ainda segundo Paz, “cada traducción es, hasta cierto punto, una invención y así constituye un texto único” (idem, p. 9), pois o texto original “jamás reaparece (sería imposible) en la otra lengua” (idem, p. 10). No entanto, o diálogo com o texto original permanece, uma vez que ele “está presente siempre porque la traducción, sin decirlo, lo menciona constantemente o lo convierte en un objeto verbal que, aunque

distinto, lo reproduce: metonimia y metáfora” (idem, ibidem). Concordando com esses preceitos, Haroldo de Campos afirma: “o tradutor constrói paralelamente (paramorficamente) ao original o texto de sua ‘transcrição’” (CAMPOS, 1991, p. 18). Para Campos, a tradução desconstrói o texto original para operar “uma deslocação reconfiguradora, a projetada reconvergência das divergências” (idem, ibidem). O deslocamento realizado pelo tradutor transgride a obra ao ambientá-la no imaginário de outra cultura a partir de “uma nova seleção e combinação dos elementos extra-e-intratextuais do original [...]. No mesmo passo, reconfigura, numa outra concretização imaginária, o imaginário do original, reimaginando-o” (idem, p. 30) e propiciando outros horizontes, novas significações.

A contribuição que a tradução pode trazer para a literatura em que é introduzida dá-se através de novos elementos e modelos, novas estéticas, ideias e características. O texto transcrito em outra língua frequentemente repercute de maneira diversa no polissistema em que é inserido, podendo violar as convenções da literatura alvo ou aderir às suas normas conservadoras. Essa parece ser a questão maior para analisar o que Léa Masina chamou, em relação à linguagem da obra de Tabajara Ruas, de “respiração” gaúcha de natureza fronteiriça.

A partir das noções teóricas referidas acima, serão apontadas, a seguir, algumas das ressignificações que apresenta a tradução em espanhol de **Netto perde sua alma** feita por Pablo Rocca, não com a preocupação de julgar a fidelidade do texto, mas sim verificar as opções adotadas pelo tradutor em relação aos estranhamentos e familiarizações da linguagem e como suas escolhas, a partir de uma tradição cultural diversa, contribuem para se perceber **Netto pierde su alma** como outra criação literária.

As diferenças nas escrituras das publicações brasileira e uruguaia dão-se sob vários aspectos, algumas acentuam uma mudança maior entre os textos, e outras, apesar de marcar variações, não chegam a salientar divergências. Então, aqui, serão privilegiadas algumas das alterações que refletem distanciamentos mais agudos entre um texto e outro.

Um critério nítido do tradutor uruguaio refere-se a retificações de caráter histórico e/ou geográfico e sua temporalidade, como em

O capitão clamava contra o cirurgião [...] [que] queria também ficar com sua estância e com seus cavalos e até Colita, o **vira-lata**<sup>7</sup> que encontrara num monturo de lixo. (p. 13)

Lo acusaba de que se quería quedar [...] con su estancia y sus caballos y hasta con Colita, el **cuzco** que había encontrado en un basural. (p. 13)<sup>8</sup>

O termo utilizado pelo autor brasileiro não corresponde à época dos acontecimentos narrados, pois “vira-lata” é uma palavra da atualidade e, inclusive, caracteriza uma urbanidade. Já “cuzco”, que também é de uso contemporâneo tanto no Uruguai quanto no sul do Brasil, designa mais propriamente uma regionalidade e mostra a contribuição linguística indígena guarani, presente no idioma espanhol desde a colonização. Caso similar verifica-se em

Devemos mandar **estafetas** a todas as brigadas e piquetes espalhados na região, convocando-os para que se unam a nós. (p. 65)

Tenemos que mandar **chasques** a todas las brigadas y piquetes distribuidos en la región, convocándolos para que se unan a nosotros. (p. 47)

Como no exemplo anterior, “estafetas”, apesar da origem latina para o estribo do cavalo, também conota urbanidade. Diferentemente, a palavra do idioma espanhol de origem quéchua que designa mensageiro parece ambientar-se com muita propriedade à situação narrada.

Já no fragmento a seguir, a interferência da tradução efetua-se em critérios de correção de referência histórica:

(seu antecessor, **Pancho** Aguirre, aliado de López, o perseguia, bem como a outros brasileiros que viviam no Uruguai). (p. 19)

(su antecesor, **Atanasio** Aguirre, aliado de López, lo había perseguido a él y a otros brasileños que vivían en Uruguay). (p. 17)

---

<sup>7</sup> As alterações entre os textos são mostradas com as citações em português e em espanhol, destacando-se em negrito as palavras divergentes para análise.

<sup>8</sup> No destaque comparativo entre os textos, o número das páginas indicativas dos fragmentos refere-se, respectivamente, às edições de **Netto perde sua alma** e de **Netto pierde sua alma** relacionadas nas Referências bibliográficas desta tese.

Sendo uma tradução publicada no Uruguai, é evidente o maior rigor em relação a um dado expressivo da história daquele país. Atanasio Aguirre foi presidente interino da República a partir da renúncia de Bernardo Berro em 1864, dando continuidade à política de hostilidade a brasileiros que habitavam o território uruguaio naquele período, o que provocou a intervenção militar do Brasil, tomando o Império partido pelos *colorados*, opositores do governo oriental. O “Pancho” utilizado no texto em português não possui nenhum compromisso histórico, o que direciona a obra a sua ficcionalidade. No exemplo abaixo, a tradução também busca uma precisão factual:

O orgulho de Maria era robusto e claro e ele a amara principalmente por aquela qualidade de orgulho que demonstrava até mesmo ao dançar uma valsa nos salões do **Clube Pastoril** de Paisandu. (p. 33)

[o orgulho] era robusto y claro, y él la había amado principalmente por esa calidad de orgullo que demostraba hasta cuando danzaba un vals en los salones del **Club Rural** de Paysandú. (p. 26)

A “correção” na designação do clube assenta a narrativa a uma referência concreta, pois, para os leitores que conhecem a cidade uruguaia mencionada, é possível identificar com exatidão um lugar que, de fato, pode ter sido frequentado por Netto. O leitor pode, inclusive, experimentar dançar no mesmo chão que os pés do general teriam pisado. Por sua vez, o texto de Tabajara Ruas não permite que se saia do mundo imaginário. Outra modificação em relação à denominação de um espaço está em

Juntando nossas forças com a do general Bento Gonçalves, somaremos mais de seis mil soldados, o maior exército já formado por homens livres no **Continente** de São Pedro. [...] Tem morto nosso enterrado por todo o **Continente**. (p. 65; 93)

Juntando nuestras fuerzas a las del general Bento Gonçalves sumaremos más de seis mil hombres, el mayor ejército jamás formado por hombres libres en el **territorio** de São Pedro de Rio Grande. [...] Hay muertos nuestros enterrados por todo **Rio Grande**. (p. 47; 62)

As opções da tradução por “territorio” e “Rio Grande” tornam o texto em espanhol mais objetivo e compreensível para leitores sem maiores familiaridades com a história riograndense, pois a denominação “Continente”<sup>9</sup>, em referência à extensão de terras que

---

<sup>9</sup> Levantamento das muitas denominações do território que compreende o atual Rio Grande do Sul feito por Riograndino da Costa e Silva, elencando, a partir de sua menção em documentos, a seguinte lista: 1. São Pedro (1531-1532); 2. Capitania del Rei (1534); 3. Rio Grande (1550 em um mapa e em documentos oficiais a partir de 1715); 4. Rio Grande de São Pedro (1721); 5. Rio de São Pedro (1736); 6.

está para além da Lagoa dos Patos, foi dada ao território meridional brasileiro a partir de 1737 com a fundação do Presídio Jesus Maria José, atual cidade de Rio Grande, envolvendo questões culturais e políticas próprias dos habitantes do sul do Brasil.

Se o tradutor evitou o uso da denominação “Continente”, não foi diferente em relação ao termo “pampa”:

o sol derramava sua luz sobre o **pampa** [...]. O sargento Caldeira tornou a olhar vagarosamente a solidão do **pampa** ao seu redor. [...] Cada vez que via a torre de pedra surgindo pouco a pouco na linha do horizonte, como uma aparição saindo vagarosamente do fundo do **pampa**, seu coração se iluminava (p. 91; 96; 108)

el sol derramaba su luz sobre la **llanura** [...]. El sargento Caldeira volvió a mirar largo rato la soledad de los **campos** que lo rodeaban. [...] Cada vez que veía la torre de piedra surgiendo poco a poco en la línea del horizonte, como una aparición que surgiera lentamente del fondo de la **pradera**, su corazón se iluminaba. (p. 61; 65; 73)

A variação das opções evidencia a intenção do tradutor. Palavra incorporada do quéchua primeiro para o espanhol e depois para o português, “pampa” possui significados mais abrangentes no Uruguai. Além de referir-se ao bioma próprio da região fronteira, ocupando a parte sul do Rio Grande do Sul e a totalidade do Uruguai – o que já configura distinções, pois no país vizinho não há contrastes geográficos que exijam especificar o lugar –, denota ainda uma raça bovina muito comum naquele país. As alternativas apresentadas na tradução não deixam dúvidas de interpretação.

Em outro caso, existe uma troca de sentidos na tradução pela inversão na ordenação de frases, no entanto elas não prejudicam a compreensão do texto. Como em

– A patrulla – disse o canoeiro.  
Uma luz brilhou, distante e fugaz. (p. 45)

Una luz brilló, distante y fugaz.  
– La patrulla – dijo el botero. (p. 33)

Alteração sutil de sentido também aparece em

---

Continente do Rio Grande (1737); 7. Continente do Rio Grande de São Pedro (1769); 8. Capitania de São Pedro (1807); 9. Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (em 1819 e posteriormente em 1852); 10. Província do Rio Grande do Sul (1822); 11. Estado Riograndense (1836); 12. Estado do Rio Grande do Sul (1889).

As duas mulheres **não se olharam**, mas imperceptivelmente afrouxaram a guarda (p. 52)

Las mujeres **se miraron** e imperceptiblemente aflojaron la guardia. (p. 38)

Neste último caso, é adotada uma coerência, funcionando o olhar como uma cumplicidade para um mesmo gesto. No outro exemplo, a inversão da ordem das frases modifica a percepção do canoeiro. O texto em português mostra uma atenção muito grande por parte da personagem, chegando a antecipar-se ao sinal de perigo. A tradução preferiu usar também uma sequência coerente: primeiro o sinal para depois a identificação do perigo.

Entre as escolhas realizadas pelo tradutor, há também opções que provocam sentidos bem diferentes em relação ao texto de partida:

– *Tentativas voluntaristas para alcançar objetivos **seculares** mediante a vontade subjetiva.* Eu tenho poucas leituras, mas boa memória, capitão. (p. 81)

– Tentativas voluntaristas para alcanzar objetivos **temporales** mediante la voluntad subjetiva. Tengo pocas lecturas, pero buena memoria, capitán. (p. 56)

Além do texto em português utilizar as palavras em itálico para chamar a atenção de que Netto está repetindo palavras do capitão Lucas, seu interlocutor, o que não é transposto para a tradução, o termo “seculares” dá a ideia de que os objetivos são desejados há muito tempo e que permanecerão. Em espanhol, pode-se compreender que os objetivos são apenas momentâneos.

Também há alteração de sentido em

– Então, o senhor tem um filho chamado Benedito e duzentos escravos na sua estância.

Netto ficou examinando o luar escorrer vagaroso ao longo do rosto de madona de Rafael.

– Nunca vi uma madona de Rafael. Nunca vi um autêntico Rafael. Gostaria de ver, mas perdi a vontade quando a conheci.

– Perdeu a vontade?

– Tenho medo de ficar decepcionado.

Olhou para suas mãos, sem pressa, sem sorrir.

– O número de escravos **que dizem que eu tenho** varia conforme a pessoa que o diz. (p. 127)

- Entonces, usted tiene un hijo llamado Benedito y doscientos esclavos en su estancia.
- El número de esclavos **que tengo** varía de acuerdo a quien lo comenta. (p. 87)

No diálogo entre Netto e Maria, Tabajara Ruas reforça a fama de galanteador do general, o que é totalmente suprimida na tradução. Além disso, a construção do texto coloca em suspensão a resposta que ele dá à afirmação de Maria, onde o “sem pressa” faz entender que Netto pensa e escolhe as palavras que vai dizer. E o que diz, pode-se imaginar, é que ele não tem escravos. A tradução, em oposição, mesmo não confirmando a quantidade, faz Netto assumir ser dono de escravos. Em passagem anterior, em uma conversa entre os generais Osório e Netto, ficam nítidas as divergências entre a publicação brasileira e a tradução uruguaia:

- Quando vosmecê parte, general?
- Amanhã bem cedo. **Doze** camaradas vão comigo. (p. 99)
- ¿Cuándo parte, general?
- Mañana bien temprano. Comigo van **doscientos** camaradas. (p. 66)

Gritante é a diferença numérica. É compreensível um general ter doze “camaradas” que empreenderão com ele uma nova vida no Uruguai, após o desfecho da Revolução em 1945. Porém duzentos indivíduos (escravos, como pensa a personagem Maria?) representam muito mais todo um exército que irá se impor pela força no território estrangeiro do que pessoas amigas e confiáveis.

Muitas palavras do português encontram correspondências em espanhol, às vezes com a mesma grafia, mas **Netto pierde su alma** possui várias alterações em relação à obra de partida, refletindo estilos diferentes na escritura de Tabajara Ruas e de Pablo Rocca, seja no emprego de tempos verbais, de adjetivos ou mesmo supressões, como, por exemplo:

[a voz] Está escondida num canto **escuro**, e de repente irrompe,afiada, infantil, **ferindo**. [...] **Lave, limpe e corte** a lebre em pedaços. [...] [Canabarro] **Traiu** em Porongos. (p. 14; 15; 28)

Está escondida en un rincón y de pronto irrumpe, afilada, infantil, **hiriente**. [...] **Limpie y corte** la liebre en pedazos. [...] **Traidor** en Porongos. (p. 14; idem; 23)

Outras alterações são forçadas por adaptações linguísticas, pois as terminologias e as expressões do português se dão de outra forma em espanhol:

- O conselheiro recebeu uma carta do capitão Garibaldi.
- **Oigaletê!** Uma carta do corsário! Então ele ainda está vivo. (p. 39)
- El Consejero recibió una carta del capitán Garibaldi.
- ¡**Mire usted!** ¡Una carta del corsario! Así que aún está vivo. (p. 30)

Ou:

- Como está a febre? - perguntou Osório.
- Melhor. Venho tomando quinino.
- Por mim vosmecê já estaria no hospital há muito tempo.
- Não tenha cuidado. **Vaso ruim...** (p. 29-30)
- ¿Cómo está la fiebre? - preguntó Osorio.
- Mejor. Estoy tomando quinina.
- Por mí, usted ya estaría en el hospital hace tiempo.
- No se preocupe. **Yerba mala...** (p. 24)

E também em:

Está sorrindo, o pirata italiano, está feliz, o irritou, **o tirou do sério.** (p. 47)

El pirata italiano sonríe, está feliz; lo irritó, **lo sacó de las casillas.** (p. 34)

O “vosmecê” – contração de “vossa mercê” e que atualmente derivou no informal “você” – sempre reiterado no texto em português, na tradução é substituído pelo formal “usted” ou pelo recurso da elipse, como nos diálogos entre sargento Caldeira e general Netto:

- **Vosmecê** acha que eu lhe menti, sargento?
- **Vosmecê** nunca mentiu para mim, general. [...] – Este cavalheiro é um voluntário, sargento Caldeira. **Vosmecê toma conta dele.** (p. 41; 64)
- ¿**Usted** cree que le mentí, sargento?
- Para mí **usted** nunca mente, general. [...] – Este caballero es un voluntario, sargento Caldeira. **Queda a su cargo.** (p. 32; 46)

Também utilizado informalmente, o “vosmecê” de Tabajara Ruas confunde o tratamento na versão em espanhol, conforme constata-se no diálogo de tenente Teixeira com Milonga, aparecendo na tradução uma variação entre segunda e terceira pessoas:

– **Vosmecê** me parece muito jovem para ser soldado, Milonga. Em **tua** casa vão ficar preocupados. [...] **Tu tens** muito tempo para virar soldado. (p. 56)

– **Usted** parece muy joven para ser soldado, Milonga. En **su** casa van a estar preocupados. [...] [**Vos**] **Tenés** mucho tiempo para hacerte soldado. (p. 40)

Caracterizando o acento na fala de Garibaldi, o autor brasileiro utiliza-se do idioma italiano em **Netto perde sua alma**. O mesmo faz o tradutor uruguaio, mas não sempre:

– Quantos homens no mundo tiveram o privilégio de proclamar uma república? [...] Muito poucos. **Veramente**, muito poucos. O senhor é um assinalado. Tenho inveja do senhor, general. (p. 46)

¿– Cuántos hombres en el mundo han tenido el privilegio de proclamar una república? [...] Muy pocos, **en verdad**, muy pocos. Usted es un elegido. Le tengo envidia, general. (p. 33-34)

Nessa passagem, houve a opção de troca da expressão do italiano para o espanhol, mas, mais adiante, mantêm-se a forma do original:

– Senhor Garibaldi, vá à puta que o pariu, se me faz favor.

– **Bene, bene...** (p. 47)

– Señor Garibaldi, váyase a la puta que lo parió, si me hace el favor.

– **Bene, bene...** (p. 34)

Ainda no penúltimo exemplo, quando aparece o termo “assinalado”, verifica-se a intertextualidade com os versos da epopeia **Os Lusíades**, de Luís de Camões, já experimentada no título da obra **Os varões assinalados**, ressaltando a grandiosidade das façanhas farroupilhas. A escolha do tradutor não contempla essa relação.

Outro idioma presente no texto de Tabajara Ruas é o espanhol, conforme ressaltou Léa Masina, configurando a linguagem fronteira da obra. É certo que a intenção foi destacar a fala diferenciada entre as personagens, pois o autor muitas vezes inventa uma grafia espanhola para provocar no leitor brasileiro um estranhamento de pronúncia. Na

tradução, esse recurso de escrita não tem cabimento, pois a oralidade só se confirma na correção ortográfica (“cabajo”, como se lê em português, em espanhol só se consegue com a grafia correta: “caballo”). Porém, a tradução perde o contraste das línguas, não possibilitando as marcas de alteridade desejadas pelo autor brasileiro. Algumas poucas vezes, o tradutor mantém os termos em itálico e chega a fazer uso de notas de rodapé, informando que as palavras estavam em espanhol no original. Mas, talvez pela quantidade dos casos, esse não é um hábito constante. Assim, temos:

– *Mala suerte* - disse Netto. – Ao meio-dia chegaríamos no acampamento. (p. 59).

– *Mala suerte* [com a observação no rodapé] – dijo Netto. – A mediodía hubiéramos llegado al campamento. (p. 42)

Mas também encontramos, sem nenhuma explicação do tradutor sobre a língua espanhola presente no original, casos como

– Vosmecê por aqui, sargento? Como **le** vai? (p. 35)

– ¿Usted por aquí, sargento? ¿Cómo **le** va? (p. 27)

Talvez por já prever a transmutação de **Netto perde sua alma** do livro para o filme, Tabajara Ruas tenha usado uma linguagem que se aproxima muito dos roteiros de cinema, onde o texto é enfático, deixando para a interpretação dos atores o desdobramento de nuances. No entanto, na tradução em espanhol, as marcas das possibilidades são explícitas:

Pelo lado esquerdo da casa surgiu a ponta de uma carabina. Atrás dela apareceu um negrinho **de quinze anos**. [...] **Ainda era voz infantil**, suavemente grave. (p. 52-54)

[...] Lucas **deu** um imperceptível sorriso de astúcia e comiseração. (p. 79)

Del lado izquierdo de la casa surgió la punta de una carabina. Detrás apareció un negrito **de unos quince años**. [...] **Era una voz casi infantil**, suavemente grave. (p. 38-39)

[...] Lucas **esbozó** una imperceptible sonrisa de astucia y conmiseración. (p. 55)

As orações curtas também reproduzem a linguagem cinematográfica, contrastando com a opção do tradutor:

Parou. Voltou-se. (p. 87)

Netto se detuvo y giró sobre sí mismo. (p. 60)

Não é propósito desta tese enumerar todas as diferenças que existem entre a obra produzida por Tabajara Ruas e a tradução realizada por Pablo Rocca, pois elas são ainda muitas. Procurou-se, através dos exemplos, mostrar a variedade dos “problemas” que o tradutor teve que enfrentar e quais as soluções encontradas por ele. Podemos constatar que muitas das opções de tradução escolhidas provocam uma percepção diferente da obra entre as duas línguas, português e espanhol. Essa ressignificação dá-se porque, incorporada a outro sistema literário, a apresentação e leitura dessa obra estabelece diálogos com referenciais de outra cultura. Reforça-se, assim, o conceito de que a tradução literária é um ato criativo, onde a interferência do tradutor assume um papel relevante para mostrar novas possibilidades de um texto.

Uma importante observação merece ser colocada em relação a um texto sul-rio-grandense que é publicado em língua espanhola no Uruguai. Historicamente, a tradição regionalista da literatura do Rio Grande do Sul sempre bebeu nas fontes gauchescas argentinas e uruguaias. Os escritores do sul do Brasil, lendo e conhecendo obras e autores que canonizaram esse gênero literário, puderam absorver muito da cultura dos países vizinhos, relacionando seus elementos com a sua própria formação. Desse modo, um poema como **Antônio Chimango**, de autoria de Ramiro Barcellos, mas publicado sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, concebe-se a partir de uma linha tradicionalista começada com **Los tres gauchos orientales**, de Antonio Lussich, e **El gaucho Martín Fierro**, de José Hernández. Igualmente, autores como Eduardo Acevedo Díaz, Javier de Viana e Ricardo Güiraldes serão expoentes que marcarão as leituras dos escritores do sul do Brasil e que, de alguma forma, serão incorporados na produção literária do Rio Grande do Sul. Nos últimos tempos, quando começam a aparecer obras de autores sul-rio-grandenses traduzidas no Uruguai, como, por exemplo, as de Cyro Martins, Sergio Faraco, Aldyr Garcia Schlee e Tabajara Ruas, é estabelecida uma segunda via no diálogo literário, ou “literarização”, a partir da concepção apresentada por Pascale Casanova:

É a tradução para uma grande língua literária que vai fazer seu texto entrar para o universo literário: a tradução não é uma simples “naturalização” (no sentido de uma mudança de nacionalidade), ou a passagem de uma língua para outra; é, muito mais especificamente, uma “literarização”. (2002, p. 171-172)

No caso aqui apresentado, é o espanhol a “grande língua literária” de que fala Casanova, pois sua trajetória no tratamento da temática regionalista da gauchesca é de longa data, inclusive sendo alterada a escrita padrão para conferir uma linguagem com intenções de representação da oralidade. Com a introdução de autores sul-rio-grandenses, a partir das traduções para o espanhol no sistema literário da cultura *platina*, abre-se a possibilidade do contexto cultural pampiano do sul do Brasil ser absorvido por leitores e novos autores da região do Prata, de maneira tal que ele também revitalize e interfira nas concepções de obras argentinas e uruguaias.

Recuperando o significado “levar além” do verbo *traducere*, do latim, Tania Franco Carvalhal fala que “o tradutor, por vezes designado de ‘barqueiro’ (ele atravessa um rio), possibilita o acesso não só a uma obra literária gerada em outra língua, mas a costumes e princípios que o texto, traduzido, veicula” (CARVALHAL, 2003, p. 219). Então, ao considerar a tradução de **Netto perde sua alma**, é possível vislumbrar na imagem final do romance, quando o canoieiro aparece para levar Netto para outra margem, e o general “empurra a canoa e salta para dentro dela” (p. 157), como uma passagem da obra a outras línguas, a outras culturas que, ao mesmo tempo em que receberão a vitalidade da personagem, acolherão Netto e o revestirão com outras “almas”.

## 6. UMA ALMA ASSINALADA

Voltando a uma forma próxima do folhetim – “como se fazia nos tempos de antigamente”, diz o escritor –, já experimentada antes na primeira edição de **Os varões assinalados**, mas inovada através de instrumento de avançada tecnologia, Tabajara Ruas publicou **As cartas do domador** em capítulos durante quatorze semanas, de 29 de setembro a 29 de dezembro de 2006, no portal <http://terramagazine.terra.com.br>. Como livro impresso, a obra é inédita, porém o próprio autor, sob sua direção, a transmutou e levou às telas do cinema com o título de **Netto e o domador de cavalos**, filme que estreou em 2008.

Nessa narrativa, as relações entre ficção e história que ambientam o trânsito em que a personagem Netto se insere se fazem junto a uma tradicional lenda gauchesca, a do “Negrinho do pastoreio”, que, por sua vez, também é apresentada no movimento entre realidade e invenção. Ou seja, existe uma ficcionalização da histórica figura do general Netto e uma historicização dos infortúnios vivenciados pelo negrinho. No caso desta última personagem, ela aparece na trama como um retorno à narrativa de acontecimentos históricos que marcaram o passado escravista nas estâncias do pampa, pois

Os elementos contidos no “causo” não justificariam plenamente o prestígio da lenda se não resumisse o Negrinho tantos outros destinos de crianças que nunca tiveram infância, se ele não fosse o representante de todos aqueles negrinhos e negrinhas triturados na engrenagem da estrutura colonial. (MEYER, 2002a, p. 100)

Do mesmo modo, é apontado por Agemir Bavaresco que

não se poderá dizer que o texto d’O Negrinho do Pastoreio é uma lenda, *stricto sensu*, porque há, de um lado, um inegável substrato histórico, onde surgiu a lenda, ou seja, a sociedade escravista da estância. A lenda cumpre, aqui, uma função contraideológica em relação ao poder vigente dos estancieiros. Ela situa-se num espaço social, retrata tipos de comportamentos e analisa a realidade pampiana dentro do estilo naturalista. (2000, p. 15-16)

A reconstituição elaborada por Tabajara Ruas, portanto, vem de uma larga trajetória e cumpre o ciclo história-lenda-história, enriquecido tanto por fatos que foram realidades de uma época quanto pelo imaginário que constitui crenças e expectativas de tradição oral e que é de domínio público. Como obra literária, **As cartas do domador** dialoga com a

lenda para possibilitar compreensões da história do Rio Grande do Sul. Os aportes de lendas, mitos, causos e histórias fantásticas, como patrimônio imaterial da cultura de um povo, podem ser considerados elementos significativos para o estudo do passado porque permitem o acesso a um universo da oralidade que expressa, mesmo inconscientemente, um conhecimento popular e inclui as verdades e os saberes de sujeitos analfabetos, tradicionalmente excluídos na escrita da história. Os contos populares se constituem, assim, em patrimônios históricos, e suas variações indicam adaptações a épocas e a territórios, conforme cada tradição a partir de onde elas estão situadas. Destarte, as inúmeras lendas presentes na tradição gauchesca, como “Mboitató”, “A Salamanca do Jarau”, “Mboboré” e outras, têm muito a oferecer para o entendimento da cultura de tradição gauchesca. Com a lenda do “Negrinho do pastoreio” não é diferente, pois ela se formou no ambiente pastoril,

num meio ainda não atingido pela concentração industrial e onde o hábito da cotidiana dureza no mando, fator considerado indispensável para a produção intensiva, ainda não se fizera inconsciência e calejamento, os casos de alta crueldade, as judiarias bestiais deviam forçosamente repercutir mais fundo na memória e deixar marcas mais sensíveis na vida sentimental dos simples, por menos amiudados. (MEYER, 2002a, p. 99)

Atos de crueldade sofridos por meninos escravos não se confinavam unicamente a território sul-rio-grandense. Também em outras regiões pampianas, há registros dessas violências. Não é de se admirar, portanto, que, ainda hoje, estejam vivos na memória de uruguaios relatos de tempos muito distantes. Estudos da professora Ana Cacilia Rodríguez apresentam depoimentos recolhidos em comunidades situadas no norte do Uruguai que preservam histórias ocorridas em épocas em que, mesmo não sendo legal a escravidão naquele país, eram tratados como cativos os negros peões das estâncias. Algumas versões ganharam versos artísticos, como o poema “El moreno”, de autor anônimo y que é recitado por Aníbal Márquez, um afrodescendente de mais de oitenta anos:

Si había una vez un moreno  
 en una estancia criado  
 que el patrón le había tratado  
 igual que a cabajo ajeno  
 él aguantaba sereno  
 los gritos y los azotes  
 cuando erraba un tiro e'lazo  
 o algún potro lo volteaba  
 a veces hasta le daba  
 el patrón algún mangazo [...] (In RODRÍGUEZ, 2009, p. 83)

Através da lenda do “Negrinho do pastoreio”, é possível recuperar elementos que documentam a escravidão inserida na história social dos séculos XVIII e XIX. Esse é o caminho traçado por Tabajara Ruas. Mas não somente por ele, pois, desde fins do século XIX, autores brasileiros e uruguaios têm se dedicado a escrever essa que é, muito provavelmente, a mais popular das lendas gauchescas e que, desde a infância, é conhecida e repetida de geração a geração por todos que vivem no pampa. Ela está registrada em canções, peças teatrais, filmes, poemas e narrativas escritas. Entre outros autores que fizeram versões da lenda, podem ser citados Apolinário Porto Alegre (1875), Javier Freyre (1890), Alfredo Varela (1897 e 1933), João Simões Lopes Neto (1906), João Cezimbra Jacques (1912), Darcy Azambuja (1925) e os posteriores Yamandú Rodríguez, Serafín J. García e Luiz Carlos Barbosa Lessa. Todas as versões apresentam uns ou outros eixos comuns, como o extravio de animais no pastoreio do negrinho, os castigos sofridos por ele, seu suplício no formigueiro, sua morte e, em quase todos os autores, a qualidade do negrinho como achador de coisas perdidas. Analisando diferenças, é possível encontrar uma variedade grande, o que se percebe que, a cada versão, a cada autor, elementos foram incorporados ou adaptados.

Como lendas, as versões do “Negrinho do pastoreio” apresentam algumas características, tais como a oralidade da narrativa, seu anonimato e sua persistência e antiguidade, não havendo precisão do tempo do fato ocorrido. Por exemplo, em João Cezimbra Jacques, a temporalidade é apresentada com simples “Havia um estancieiro” ou “Uma feita”. O autor menciona apenas que narrará a história “conforme ouvíamos contar na nossa infância pela gauchada” (1979, p. 156-157). No poema “Negrito del pastoreo”, de Yamandú Rodríguez, também não há localização do tempo e, assim como em Cezimbra Jacques, o autor confere uma autoridade para a sua versão através do depoimento de pessoas maiores. Então introduz a lenda com um “según dicen las viejas” (s/d). Outro uruguaio, Serafín J. García, igualmente busca um suporte para a lenda, afirmando que “la tradición oral se ha encargado de ir la perpetuando entre nuestros criollos, a lo largo de muchísimas generaciones” (s/d). Porém é vago na referência, dizendo nada mais que os acontecimentos com o negrinho tiveram sua origem “durante la época de la dominación española, cuando las primitivas estancias de estas tierras carecían de alambrados divisórios.” (s/d). João Simões Lopes Neto dá a mesma contextualização, dizendo que “Naquele tempo os campos ainda eram abertos, não havia entre eles nem divisas nem

cercas [...]” (2009, p. 195). No entanto, não deixa de apresentar o clássico “Era uma vez”. Já no texto de Javier Freyre, há a indicação do tempo e do lugar: “Allá por los años 1784 residía en el departamento de Paysandú” (in MEYER, 1951, p. 123). Mesmo assim, sua narrativa mantém o fabuloso caráter das crenças nos poderes do negrinho ao focar os pedidos que a ele se fazem:

[...] cuando una tempestad es de grande duración, prendemos una luz a esta imagen, y le rogamos que interceda con Dios, para que nos libre de los furores de la tormenta. Cuando las epidemias diezman nuestras haciendas, le hacemos también iguales rogativos, y muchas veces no son inútiles nuestras súplicas (idem, p. 125)

A tormenta a que se refere Javier Freyre também é encontrada nos textos de Yamandú Rodríguez e de Serafín J. García, todos uruguaios. Nas suas versões, ela é a causadora dos infortúnios do negrinho, pois, em um momento de distração do menino, por sonolência ou por se entreter comendo pitangas, a chuva dispersou as ovelhas que ele pastoreava. Nos autores sul-rio-grandenses, não há menção a nenhuma tormenta, tampouco os animais do pastoreio são ovelhas. Na versão de Alfredo Varela, há o extravio de um petiço; em Cezimbra Jacques, perde-se um novilho. Nem em um nem em outro autor é anunciado o motivo da perda do animal. Coube a Simões Lopes Neto a introdução da personagem do filho do estancieiro, um “menino maleva” que, enquanto o negrinho dormia junto à tropilha de trinta tordilhos, “enxotou os cavalos, que se dispersaram, disparando campo fora, retouçando e desguaritando-se nas canhadas” (2009, p. 199).

As formas descritas para o negrinho recuperar os animais perdidos são diferentes em cada autor. No seu “Crioulo do Pastorejo”, Cezimbra Jacques mostra o menino atuando sozinho, sem nenhuma ajuda sobrenatural. Ele encontra o novilho, mas o perde novamente:

Não caminhou ele muito tempo para avistá-lo pastando em uma coxilha. Ao lançar-lhe as vistas, desatou um frágil laço dos tentos, fez a armada e serrou pernas no cavalo e, aproximando-se do novilho à distância necessária, atirou o laço certo, laçando-o.  
Em poucos tirões secos que deu o animal altaneiro, partiu-se o laço e saiu ele à disparada, sem que, por mais empenho que fizesse o crioulo, fosse possível fazê-lo dar volta. (1979, p. 157)

Já o texto de Serafín J. García é inconcluso, não revelando como o negrinho encontrou, sob noite escura, a ovelha negra perdida:

Nadie supo jamás de qué medios se valió el pequeñuelo para encontrar la oveja. Según algunas versiones, lo ayudaron las luciérnagas con sus farolitos de luz verdosa. Según otras, fueron las enigmáticas lechuzas - para cuyos ojos la noche no tiene ningún secreto - quienes guiaron sus pasos entre las tinieblas. Y él, por su parte, siempre guardó un hermético silencio acerca de lo ocurrido. (s/d)

No poema de Yamandú Rodríguez, o negrinho recebe ajuda sagrada: “Jesús le encendió la luna/con pena del niño negro...”. A personagem de Simões Lopes Neto também é agraciada com intervenção divina, depois de pensar na sua madrinha Nossa Senhora e tomar um coto de vela do oratório: “Por coxilhas e canhadas, na beira dos lagoões, nos paradeiros e nas restingas, por onde o Negrinho ia passando, a vela benta ia pingando cera no chão: e de cada pingo nascia uma nova luz, e já eram tantas que clareavam tudo.” (2009, p. 199). Na primeira versão de Alfredo Varela, de 1897, o negrinho não recebe ajuda, mas também não recupera o petiço, apesar de também carregar um coto de vela: “pela noite adentro, servindo-se para alumiar-se, de um coto de vela; mas, de balde.” (1897, p. 378).

O castigo que sofre o negrinho pela perda dos animais varia bastante entre os diferentes autores. No “Negrito del pastoreo” de Yamandú Rodríguez, o menino escravo é obrigado a procurar pela ovelha extraviada noite adentro e, cansado e com fome, dorme e é devorado por formigas. Em Cezimbra Jacques, o negrinho é surrado duas vezes “a valer com grosso e pesado relho” e ainda é deitado sobre um formigueiro, onde passa toda uma noite. Na versão de Alfredo Varela, por ter perdido um petiço, o “senhor, então, fê-lo matar sob o açoite; para esconder o nefando crime, ordenou que o enterrassem, sendo escolhido um lugar em que seria difícil de descobrir o cadáver: um desses grandes formigueiros existentes no país” (1897, p. 378). Na lenda narrada por Simões Lopes Neto, os sofrimentos do negrinho também são esses: surras de relho e, depois, “como já era noite e para não gastar a enxada em fazer nova cova, o estancieiro mandou atirar o corpo do Negrinho na panela de um formigueiro” (2009, p. 200). No texto de Serafín J. García, o único castigo é procurar a ovelha até encontrá-la.

Em algumas versões, o final é insólito, em outras não. A ação narrada por Serafín J. García se encerra com a ovelha recuperada e não há a morte do negrinho, como em outros autores. Em Cezimbra Jacques, o estancieiro vê “erguer-se uma nuvem [do formigueiro] e, envolvido nela, subir o mártir ao céu, desaparecendo.” (1979, p. 157). Apolinário Porto

Alegre, que é o autor de “Crioulo do pastoreio”, versão mais antiga que se conhece, escrita ainda sob regime escravocrata no Brasil – apesar de haver referência à lenda em texto anterior, de 1872, de Alberto Coelho da Cunha, assinado com o pseudônimo de Vítor Valpírio –, apresenta a visão da filha do estancieiro no momento do desaparecimento do menino escravo: “O crioulinho apareceu-lhe resplandecente, saudando-a risonho, entre brancas nuvens que foram se erguendo... se erguendo, até desaparecerem na profundidade [sic] dos céus. Ainda bem longe no espaço ela viu-lhe a mãozinha negra saudando-a num gesto.” (apud DINIZ, 2003, p. 155). Na versão de Alfredo Varela, é o estancieiro quem vê o negrinho, “o qual, de pé, à boca da passageira sepultura, sacudia de si as formigas e a terra de que o tinham coberto, feito o que, saltando sobre o petiço perdido e que no momento ali se achava, desapareceu para sempre.” (1897, p. 378). Esse final com o estancieiro indo até o local do formigueiro é semelhante ao de Simões Lopes Neto, mas, na versão do escritor pelotense, há ainda a introdução da imagem de Nossa Senhora:

Qual não foi o seu grande espanto, quando chegado perto, viu na boca do formigueiro o Negrinho de pé, com a pele lisa, perfeita, sacudindo de si as formigas que o cobriam ainda!... O Negrinho, de pé, e ali ao lado, o cavalo baio e ali junto, a tropilha dos trinta tordilhos... e fazendo-lhe frente, de guarda ao mesquinho, o estancieiro viu a madrinha dos que não a têm, viu a Virgem, Nossa Senhora, tão serena, pousada na terra, mas mostrando que estava no céu... Quando tal viu, o senhor caiu de joelhos diante do escravo. E o Negrinho, sarado e risonho, pulando de em pêlo e sem rédeas, no baio, chupou o beijo e tocou a tropilha a galope. (2009, 200-201)

#### Em Yamandú Rodríguez, por o negrinho não ter sido velado

[...] no pudo alzar el vuelo;  
 porque no son cuatro luces  
 las velas: son cuatro dedos...  
 Y como no le señalaron  
 el camino de los cielos  
 anda perdido por los campos  
 el negrito del pastoreo. (s/d)

Muitas das versões da lenda do “Negrinho do pastoreio” santificam a vítima do estancieiro e lhe dão poderes de encontrar coisas perdidas. Para efetivar-se o achado, o negrinho exige um coto de vela para Nossa Senhora e um naco de fumo para ele. Mas também nesse aspecto, mesmo sendo o mais recorrente nos diferentes textos, existem variações de um autor a outro. Como já referido acima, a lenda contada por Javier Freyre não fala de coisas perdidas que se rogam para serem encontradas, mas os pedidos são para

proteção “de los furores de la tormenta”. Já a versão de Alfredo Varela diz que “O povo dos campos, quando queria encontrar um objeto perdido, tinha o cuidado de votar-lhe, em qualquer canto, um naco de fumo e um coto de vela aceso” (1897, p. 378). A mesma tradição da oferenda apresenta Cezimbra Jacques: “E ficou entre eles esse uso: quando perdem qualquer coisa útil, prometem logo velas ao Crioulo do Pastorejo, as quais costumam acender ao acharem o objeto perdido.” (1979, p. 158). Em Serafín J. García, as velas têm uma função e devem ser acesas ao se fazer um pedido ao negrinho:

[...] nuestros paisanos, cuantos pierden algún objeto en el campo le encomiendan la búsqueda al servicial Negrito del Pastoreo, encendiéndole un cabito de vela para que así pueda ver mejor entre las sombras nocturnas, pues es siempre por la noche que realiza sus fabulosos hallazgos. (s/d)

Yamandú Rodríguez não se detém em objetos e amplia os motivos das promessas:

Por eso cuando se pierde  
de un alfiler hasta un beso  
se le promete una luz  
y él lo encuentra en un momento...  
Tiene que ser un cabito  
y tiene que arder en el suelo;  
porque es muy humilde el ánima  
del negrito del pastoreo. (s/d)

Na canção de Barbosa Lessa, há um desdobramento da invocação, apresentando um aspecto sociológico, pois faz referência a aqueles que, obrigados a deixar o campo e se “embretarem” na cidade, guardam uma saudade e um desejo na memória:

Negrinho do Pastoreio  
Acendo esta vela pra ti  
E peço que me devolvas  
A querência que perdi  
Negrinho do pastoreio  
Traze a mim o meu rincão  
Eu te acendo esta velinha  
Nela está meu coração (s/d)

Nesse exemplo, os poderes do negrinho aparecem não para recuperar objetos perdidos, mas como regeneradores de elementos que fazem parte dos valores de uma identidade. Configuram uma esperança de reencontro, tal como no conto “Negrinho do pastoreio”, de Darcy Azambuja, onde o protagonista da história não é o da lenda, mas sim Vicentinho, outro negrinho que também vive agruras e sofre na estância. Na narrativa, esse menino representa uma historicização do negrinho do pastoreio, e as fabulações e

encantamentos acontecem em sonhos e delírio febril do menino. Vicentinho tem o desejo de rever o pai, desaparecido desde que foi para a guerra. Então, conhecedor da lenda, toma um naco de fumo e rouba na cozinha um bico de vela e uma caixa de fósforos para “pedir ao negrinho do pastoreio que achasse o pai, perdido na revolução.” (AZAMBUJA, 2005, p. 118).

A ambientação da trama que faz Azambuja dá um retrato da situação de muitos negrinhos que sofreram na escravidão, reforçando a atribuição da construção da lenda a inúmeros acontecimentos semelhantes vivenciados por pequenos escravos. Assim, o Vicentinho de Darcy Azambuja, que sofria com os “dois filhos do estancieiro [que] davam-lhe relhaços por brinqueado e [com] o restante da família [que] enxotava-o como um cão” (2005, p. 117) e que “temendo maiores perigos, [...] encolhido, foi encostar-se à janela dos fundos e ali ficou quieto” (idem, p. 115) bem poderia ser o negrinho descrito por Auguste de Saint-Hilaire no seu relato **Viagem ao Rio Grande do Sul**, onde escreveu que, na estância,

Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é frequente em outras. (1999, p. 73)

O conhecimento do viajante francês sobre a situação do negro no Rio Grande do Sul foi se dando aos poucos. Sua primeira impressão havia sido diferente de outras condições mais cruéis que percebeu depois. Inicialmente, pensa ser o sul, “em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes [...]” (idem, p. 47). Suas observações preliminares deram motivo à criação do mito de uma democracia pastoril, pois apontavam uma “relativa liberdade que decorriam da própria natureza da ‘campeiragem’ [...] [onde] o negro campeiro lidava ombro a ombro com o patrão” (MEYER, 2002a, p. 94). Essa ideia estaria corroborada na informação de Saint-Hilaire:

Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-lhes com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. (1999, p. 47)

Observando com maior atenção, o naturalista faz reparos no seu entendimento, porém encontrando justificativas para a rudeza no tratamento com os escravos:

Afirmei que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do país. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas charqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia. (idem, p. 73)

Ainda mais benévolo que Saint-Hilaire foi outro viajante, Nicolau Dreys, que não viu arbitrariedades contra o escravo. Antes que isso, seu relato apresenta satisfação do negro em relação às tarefas impostas a ele e às condições que recebia para executá-las:

[...] nas estâncias, pouco tem que fazer o negro, exceto na ocasião rara dos rodeios; nas charqueadas, o trabalho é mais exigente, sem ser nem pesado nem excessivo; é uma ocupação regular distribuída segundo as forças do negro. [...] Os negros trabalhadores dos estabelecimentos industriais do Rio Grande recebem abundância de mantimentos; estão bem vestidos conforme a exigência da estação, bem tratados nas suas doenças; e é isso justamente o que quer o negro [...]. (apud MEYER, 2002, p. 96)

Da mesma maneira são apresentadas as observações de John Luccock, que diz nunca ter visto “nada que evidenciasse particular ruindade” (apud MEYER, 2002, p. 97) contra os negros no sul do país.

Essas considerações dos viajantes fizeram com que, por muito tempo, os historiadores desconsiderassem e mesmo esquecessem a escravidão no desenvolvimento econômico oitocentista no Rio Grande do Sul. Até a primeira metade do século XX e mesmo para alguns historiadores posteriores, prevaleceu o entendimento noticiado pelos observadores estrangeiros do século XIX. Somente com o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas foi possível confrontar e redefinir os estudos sobre a escravidão nas estâncias gaúchas. Para o professor Mário Maestri,

Apenas muito lenta e imperfeitamente começa ser superada a visão do Rio Grande do Sul desconhecedor da pecha da escravidão, produto do trabalho livre, sobretudo lusitano, alemão e italiano. O reconhecimento do Rio Grande do Sul como uma das grandes regiões escravistas do Brasil e das reais condições de existência do cativo sulino entram em choque com o mito fundador da sociedade gaúcha – a democracia pastoril geradora de uma formação social singular, desconhecadora das desigualdades e contradições sociais. (1997, p. 78)

Importante papel desempenham as mais variadas versões da lenda do “Negrinho do pastoreio” por denunciar o tratamento dado aos escravos no pampa e aclarar historicamente as condições de vida dos cativos. Elas inscrevem o negro como um dos elementos presentes e fundadores na identidade gauchesca. Atestam “o caráter corriqueiro da opressão das relações de poder autoritárias e cruéis presentes nas estâncias do Rio Grande do Sul” (TRAPP, 2011, p. 45) e de outras regiões pampianas, não podendo esse aspecto ser desconsiderado na formação social e econômica dos séculos XVIII e XIX.

Como definem Margaret Bakos e Zilá Bern em relação à cena final de “O Negrinho do pastoreio”, de Simões Lopes Neto, com as lendas é possível

Mostrar o mundo às avessas, [...] o senhor prostrado diante do escravo – mesmo no contexto sobrenatural do milagre – revela o inconsciente coletivo do gaúcho que queria ver definitivamente cessada a ordem vigente que autorizava os castigos físicos dos escravos até a morte. (BAKOS; BERN, 1998, p. 83)

A lenda do “Negrinho do pastoreio” apresenta, assim, um componente político que desvela atrocidades da sociedade vigente e reivindica uma mudança de sistema. Ampliando para situações generalizadas vivenciadas por meninos escravos nos campos pampianos, Darcy Azambuja deslocou a lenda do “Negrinho do pastoreio” para dentro do seu texto, incorporada ao enredo da narrativa do conto, onde Vicentinho, para “realizar o seu sonho, [resolve] fazer uma promessa ao negrinho do pastoreio” (2005, p. 118). Dessa forma, o autor não individualiza o sofrimento de meninos escravos, mas, ao contrário, estabelece semelhanças entre as tristezas dos negrinhos e revela que as brutalidades impostas a eles eram corriqueiras na sociedade da época.

Também Tabajara Ruas trabalha com essa estrutura de uma história dentro de outra, lembrando a circularidade do texto “Un sueño”, de Jorge Luis Borges: “[...] En esa celda circular, un hombre que se parece a mí escribe en caracteres que no comprendo un largo poema sobre un hombre que en otra celda circular escribe un poema sobre un hombre que en otra celda circular...” (1989, p. 322). Desse modo, a tradição oral da contação de histórias está presente em **As cartas do domador** através de lendas que a personagem Capincho transmite às crianças da estância:

– ... o estancieiro mandou amarrar o Negrinho pelos pulsos a um palanque e dar-lhe, dar-lhe uma surra de relho. E quando era já noite fechada mandou que fosse

campear os cavalos perdidos. Rengueando, chorando e gemendo o negrinho pensou na sua madrinha Nossa Senhora... (RUAS, 2006, cap. 4, parte 5)<sup>10</sup>

Essa narração de Capincho é tal qual “O Negrinho do pastoreio”, de João Simões Lopes Neto. Esse mesmo texto do autor pelotense – primeira versão conhecida a introduzir a disputa de cavalos em cancha reta – serve a Tabajara Ruas para relacionar a lenda, que mostra o negrinho como um ginete, ao gosto do general Netto pelos cavalos, conhecido apreciador que era das corridas de parelheiros. Na obra de Ruas, as ações da lenda de Simões Lopes Neto são o mote para o desencadeamento da narrativa. Assim, há a carreira entre o cavalo do estancieiro conduzido por Negrinho e o cavalo de outro estancieiro, o Barão de Aceguá. Na sequência, Negrinho perde a disputa e é surrado com açoites de relho. Completando o castigo, o menino é obrigado a recolher e pastorear uma manada de trinta tordilhos. Depois, enquanto ele dorme, o filho do estancieiro dispersa os animais. Negrinho volta a ser espancado, desta vez até parecer morto. Logo, ele é jogado em um formigueiro. No entanto, outros elementos são incorporados ao texto de Ruas. Junto ao tema da opressão vivida pelos escravos, Ruas inclui o ambiente pré-revolucionário dos farroupilhas – o contexto de revolução também esteve presente no conto de Darcy Azambuja – e ainda o sonho de liberdade dos negros fugidos que vivem em acampamentos quilombolas. São traços históricos que irão desfazer cenas sobrenaturais da lenda, como a insólita ajuda da madrinha do menino, a Nossa Senhora, realizando o milagre da iluminação do campo em noite escura. Por outro lado, a representação feita da personagem Netto não possui embasamento histórico. O autor inventa fatos e coloca a personagem na realização de feitos nobres, inclusive heroicos, como a invasão a um posto militar para soltar seu amigo Índio Torres, preso, torturado e acusado injustamente de matar um soldado.

Em **As cartas do domador**, Netto primeiro é apresentado como general, marcando a figura que ficou gravada na memória da história. Mas depois, no texto, o posto de general aparece em sentido mitológico no diálogo de Netto com um dos lanceiros negros, quando é reparado: “– Então vosmecê é o famoso general Netto. / – Meu posto é de coronel.” (cap. 11, parte 12). Desestabilizando outras certezas, na obra, Ruas faz um esclarecimento

---

<sup>10</sup> Como a publicação de **As cartas do domador** é on-line, as indicações do texto são mostradas aqui com o capítulo e a parte do texto referente ao fragmento destacado.

jocosos em relação ao nome de Netto, similar ao já apresentado em **Netto perde sua alma**, causo conhecido nos campos de Povo Novo, povoado onde nasceu:

- Inda que mal pergunte, seu nome é mesmo Netto?  
Bonifácia não era de dar voltas quando queria saber alguma coisa.
- Antônio. De Souza.
- Mas todos chamam o coronel de Netto - diz o Índio.
- Netto! E por quê?
- Quando o coronel era guri, montava o cavalo do avô nas carreiras em Povo Novo. O avô ficava gritando dále neto, dále neto, dále neto! Ficou conhecido por Netto. (cap. 11, parte 16)

O autor também aproxima sua escritura às incertezas do aspecto temporal característico das lendas: “No sul, há muito tempo...”. Depois faz contextualização à época referida na obra, marcando tempo e lugar e, para situar sua narrativa a uma relação universal, compara sua personagem Netto a outras personagens históricas:

Netto vai atravessando a cavalo os campos do Taim, perto da fronteira do Brasil com o Uruguai, uma região conhecida como os Campos Neutrais.  
[...] É o quente verão de 1835.  
Nesse verão, Karl Marx tinha 19 anos de idade. Netto, ao que parece, 32. Marx ainda era estudante. Netto ainda era coronel. (cap. 1, parte 1)

Importa destacar que o espaço referido mostra uma indefinição. No ano de 1835, o Tratado de Santo Ildefonso, que havia estabelecido os Campos Neutrais, não estava mais em vigência, mas para o Uruguai, país que conquistara a independência poucos anos antes, as demarcações dos limites nacionais deveriam voltar a ser discutidas. A presença de um posto militar no local evidencia que era uma região ainda a ser defendida pelo Império e à espera de reconhecimento. Por ora, como denominam diferentes vozes, era o “fim do mundo” e “terra de ninguém”:

No horizonte da lagoa Mirim, o Posto Militar é uma paliçada de troncos pontudos no alto duma duna, um lugar desolado e infinito.  
Netto pára na elevação e olha a solidão em volta. Murmura para o cavalo negro:  
- Fascínio, chegamos no fim do mundo.  
[...] e descobri que estes campos neutrais não tem fim... Isto tudo é Terra de Ninguém...  
[...] Só peço que não esqueçam que estes são os Campos Neutrais! Los Campos Neutrales, a Terra de Ninguém! E que aqui, nestes campos, com um cavalo e uma boleadeira, um homem é livre. (cap.1, parte 3; cap. 11, parte 18; cap. 13, parte 8)

Outros diálogos textuais presentes na composição da obra de Ruas se dão com sonetos de Luís de Camões. A personagem que desempenha funções de secretário do delegado se utiliza do recurso da declamação dos versos do poeta português, seu conterrâneo, para conquistar o coração das mulheres, mas nunca obtém êxito, pois sua sensibilidade com a poesia não se reflete nos seus gestos, deveras descorteses:

O Secretário coça a garganta, olha para Laura, se concentra.

- Soneto 9, Luís de Camões.

*Tanto de meu estado me acho incerto,  
Que em vivo ardor tremendo estou de frio;  
Sem causa juntamente choro e rio,  
O mundo todo abarco, e nada aperto.  
É tudo quanto sinto, um desconcerto,  
Da alma um fogo me sai, da vista um rio;  
Agora espero, agora desconfio,  
Agora desvario, agora acerto.  
Estando em Terra, chego ao Céu voando;  
Numa hora, acho mil anos, e é de jeito  
Que em mil anos não posso achar uma hora.  
Se me pergunta alguém porque assim ando  
Respondo que não sei, porém suspeito  
Que só porque vos vi, minha Senhora.*

A declamação é plena de beleza e emoção. O público explode em aplausos. Secretário desce do banquinho e sucumbe a um mar de palmadas nas costas e felicitações.

Laura se afasta para a cozinha.

[...]

Secretário abre um lenço cheio de moedas sobre o balcão, diante de Laura. [...]

- Dona Laura, tudo que ganhei na carreira... por um segundo no Paraíso... um beijinho seu.

- Tire o chapéu quando falar com uma dama.

O Secretário tira o chapéu. Laura apanha uma frigideira debaixo do balcão e bate violentamente na cabeça do Secretário. (cap. 6, parte 5; cap. 7, parte 2)

As intertextualidades de **As cartas do domador** também se identificam com a cena do negrinho que fica em pé, na sala, aguardando ordens do patrão, na exposição feita por Auguste de Saint-Hilaire e que Darcy Azambuja personificou em Vicentinho, o menino do seu conto “Negrinho do pastoreio”. No texto de Ruas, a descrição é:

A família toda está em volta da longa mesa coberta por toalha de linho, com pratos e talheres e guardanapos de boa qualidade e certa elegância. Há velas acesas em candelabros. O Barão está na cabeceira, a Baronesa, na outra ponta; a Avó e Rejane em um lado, Clara e André no outro. Verônica supervisiona. Há um menino negro em pé a um canto. (cap. 5, parte 1)

Em 1820, o viajante francês não deixou de observar o tratamento ríspido dado aos negros: “O Sr. Chaves, tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem

tremer diante de seus donos.” (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 73). A arrogância e brutalidade igualmente é retratada por Tabajara Ruas:

- Tu me desobedeceu.
- Obedeci, sim sinhô, Barão.
- Não conduziu o baio como eu mandei.
- Conduzi, sim sinhô!
- Não discute comigo, Negrinho. (cap. 10, parte 8)

As atrocidades vivenciadas nas estâncias motivaram a que os negros fugissem. O ambiente revolucionário que se prenunciava alimentava a esperança de alcançar a liberdade. Na história de Ruas, onde também estão presentes as velas e o fumo do texto de Simões Lopes Neto, o Negrinho tem o desejo de abandonar a estância e se juntar aos revolucionários:

- Maria está acendendo a vela diante do altar da Virgem Maria.
- Maria, tem escravo deixando as estâncias e se reunindo no meio do mato. Maria, Maria.
- Maria se volta para o Negrinho, deitado sobre pelegos. Ele está tenso, fumando um palheiro. Maria começa a tratar a ferida no seu rosto.
- O quê?
- Vai começar uma guerra contra os senhores. (cap. 4, parte 3)

Já o bolicheiro Recabarren, que é branco e não é escravo, não tem entusiasmo em participar de mais uma guerra, depois de lembrar de antigas batalhas da Cisplatina em que participou:

- Massacramos milhares de índios nas Missões e nos encheram de medalhas - diz Recabarren lutando com a fumaça que entra em seus olhos. Alguém pode comer uma medalha? Sabe o que eu ganhei nessa guerra, depois de matar pelo menos duzentos guaranis com faca e garrucha? [...] Fome, meu amigo... fome... e remorso. (cap. 4, parte 4)

Da mesma forma, cansados de lutas, outros compartilham as mesmas opiniões, pois carregam as amargas consequências que os combates proporcionam:

- Ventos de revolução... ventos de revolução... Estou farto dessas novidades. Desde 1700 temos uma guerra atrás da outra. Trinta anos atrás perdi meu irmão mais velho na guerra contra os índios, 15 anos atrás perdi meu filho na guerra contra os castelhanos.

Também inconformado com as guerras, o Índio Torres, apesar de não concordar com a situação opressiva presente na Província, não se reconhecesse partidário nem de

republicanos e nem de monarquistas, e faz críticas à sociedade dos brancos, preferindo buscar o isolamento. Suas críticas não poupam nem mesmo seu amigo Netto:

- Tu ainda busca soldados, Netto... acho isso estranho.
- Estranho?
- Tu busca homens para levar à morte... tu pensa nisso?
- [...]
- Não quero mais saber das guerras de vocês. Tu tens escravos na tua estância. Por que não liberta eles?
- Já discutimos isso antes. Tudo tem seu tempo. (cap. 12, parte 4)

Netto, no entanto, questionado tanto por autoridades, como o sargento do exército imperial, quanto por negros fugidos, partes opostas na eventual guerra que se anuncia, não tem dúvidas dos seus propósitos e está seguro do seu papel no enfrentamento com o Império. Isso ele deixa claro aos negros Lança e Espada:

- Espada segura Netto com um abraço.
- Lança e Netto ficam se olhando nos olhos.
- Quem é vosmecê?
- Oficial do exército liberal republicano. (cap. 5, parte 5)

No diálogo com o militar, Netto é mais discreto, mas sem deixar de ser verdadeiro:

- Tem muita gente tramando contra o Imperador, senhor Antônio. Vivemos tempos de ideias perigosas. Nos diga uma coisa, seu Antônio: vosmecê é republicano?
- Minha república é o lombo do meu cavalo. (cap. 6, parte 6)

Certamente aquela seria uma guerra diferente das anteriores. Era um enfrentamento com o poder central do próprio país, reivindicando mudanças políticas profundas, alterando o sistema de governo. Muitos, desde o início, queriam a secessão para formar um Estado federativo. Havendo a vitória, as esperanças de câmbios na sociedade eram grandes, pois já na formação dos exércitos as surpresas eram grandes: “- Índios e negros num partido político: isso, sim, é novidade!” (cap. 7, parte 8). Era o passado que justificava que, naquele momento, houvesse o desejo de outra sociedade por parte daqueles que eram herdeiros de injustiças sofridas desde sempre. No mínimo, seria a busca pelo reconhecimento de uma identidade, tanto dos negros como dos índios: “- Qual é teu nome, Negrinho? – pergunta Netto. / Não tenho nome.” (cap. 6, parte 7); “- Não conheci meu pai. Dizem que era um padre espanhol. Eu não sou branco... nem índio...” (cap. 11, parte 18).

No texto de Tabajara Ruas, mesmo enfocando questões próprias de um tempo determinado, é possível, constantemente, ler a lenda “O Negrinho do pastoreio” escrita por Simões Lopes Neto. Assim, situações conhecidas da lenda se repetem em **As cartas do domador**, como as surras sofridas pelo Negrinho:

[O estancieiro] mandou amarrar o Negrinho pelos pulsos a um palanque e dar-lhe, dar-lhe uma surra de relho. (LOPES NETO, 2009, p. 198)

O Negrinho está sendo amarrado no palanque no meio do pátio, com as mãos para cima, por Capincho e Cara Cortada. [...] (cap. 10, parte 8)

- Eu não te ensinei que discutir com teu senhor é pecado?

O Barão tira o chicote do pescoço e o estende para Capincho.

- Trinta chibatadas. (cap. 10, parte10)

Porém, Ruas substitui algumas situações imaginárias ou insólitas por descrições verossímeis. Assim, para recolher a tropilha de cavalos durante a noite, o Negrinho é ajudado não por Nossa Senhora, mas por Netto e os quilombolas:

Detrás de uma coxilha surgem de repente Netto e o grupo de lanceiros. Cercam o Negrinho. Maria vai até ele, os dois se abraçam com força.

- Já peguei sete tordilhos.

- Quantos são?

- Trinta. [...]

- Muito bem. Vamos reunir os cavalos pro Negrinho e sair deste campo aberto. (cap. 12, parte 1)

Da mesma forma, os tormentos do pesadelo do estancieiro presentes na lenda, na obra de Ruas, transformam-se em atos de vingança. Sua estância é invadida por Netto, Índio Torres e seus companheiros negros, o que representa uma declaração do começo da guerra:

O Barão é levado por Índio Torres e Caldeira até o palanque. É amarrado com as mãos para cima. Suas roupas são rasgadas por Caldeira com violência. As costas ficam nuas. Caldeira apanha o chicote, mas Índio Torres o toma de suas mãos.

- Este serviço é para mim: eu sou o selvagem.

[...] No palanque, Índio Torres se aproxima do Barão.

- Quantas chibatadas mataram esse menino, Barão?

O Barão não responde.

-Não sabe, mas eu sei. A grande aposta do grande estancieiro! Acho que vou ficar com o braço dolorido, mas vai valer a pena. (cap. 14, parte 6)

Na lenda de Simões Lopes Neto, depois de sua morte, por milagre, o Negrinho reaparece nas visões de posteiros e andantes do pampa, tropeiros, chasques, mascates e carreteiros, tocando uma tropilha de tordilhos, “conduzindo o seu pastoreio, o Negrinho,

sarado e risonho, cruza os campos, corta os macegais, bandeia as restingas, desponta os banhados, vara os arroios, sobe as coxilhas e desce às canhadas.” (LOPES NETTO, 2009, p. 202). Mas em **As cartas do domador**, Negrinho morre e é enterrado. Tabajara Ruas não explicita, nessa obra, o que vem depois, mas é a história que conta a convulsão que se seguiu. Pelos mesmos caminhos percorridos pelo Negrinho da lenda, um exército de lanceiros negros fez uma revolução e lutou até a morte pelo fim da escravidão.

O Netto de **As cartas do domador** não é o general documentado na história. Mas ele é um salvador a quem tantos escravos depositaram suas esperanças de liberdade. Talvez essa seja a figura de Netto presente na mente dos negros que, no enfrentamento às tiranias que dominavam a sociedade, entregavam suas vidas nos combates da Revolução Farroupilha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obras literárias em que se mesclam história e ficção existem desde o surgimento do romance, sobretudo com o intuito de inventar uma memória coletiva através da narração de feitos heróicos. Dessa forma, elas se mostram semelhantes aos discursos da história, e buscam projetar uma verdade em uma versão de acontecimentos e personagens do passado.

Não parecer ser esse o propósito de Tabajara Ruas em **Netto perde sua alma**, pois o autor apresenta uma história de fantasmas, deixando claro que sua narrativa se dirige muito mais a uma aproximação com outras obras da própria literatura, mesmo que se desenvolva a partir dos acontecimentos baseados na vida do general Antônio de Souza Netto. Assim, diferentes autores visitam o texto de Ruas, seja através da indicação de leituras feitas por um amigo, ou na lembrança da personagem de alguma passagem de uma obra lida, ou troca de opiniões com o afiliado sobre o gosto por um romance, ou então o próprio fim de Netto ser encaminhado por um destino literário.

Como interlocutor da sua imaginação, o general Netto tem a presença do sargento Caldeira, espectro de um companheiro de guerra inserido também em outras obras de Ruas. Em **Os varões assinalados**, Caldeira e Netto se reencontram na Revolução Farroupilha depois de terem se conhecido na guerra da Cisplatina. Já em **As cartas do domador**, Caldeira é um líder quilombola que virá a aderir ao Corpo de Lanceiros Negros que Netto organiza para a Revolução.

O início e o fim de **Netto perde sua alma** são significativos no relato do dia da morte do general Netto. As primeiras frases da Parte I, intitulada “Corrientes”, que descrevem o hospital onde se encontra o general no dia 1º de julho de 1836, são: “Havia uma porta batendo em algum lugar. Havia um reflexo de água brilhando no teto do quarto.” (p. 13). Elas se repetem quase que idênticas na abertura da quarta e última parte, também intitulada “Corrientes”: “Há uma porta batendo em algum lugar. Há um reflexo de água brilhando no teto do quarto” (p. 139). O ciclo que a narrativa completa, encerra no seu interior uma quantidade de vozes que atormentam e inquietam o espírito de Netto, que padece febril “no círculo do Inferno” dos seus últimos instantes de vida. Elas farão cobranças e exigências sem dar descanso ao convalescente, culpando-o, com malícia, por

não ver, por exemplo, a retirada do corpo do capitão de los Santos da cama ao lado da sua, no hospital militar: “- Porque estava dormindo outra vez, general”. (p. 14). Às vezes, Netto ouve uma voz séria: “- Deve ser coisa premeditada.” (p. 18), referindo-se à pouca higiene do médico que não lava as mãos para atender seus pacientes. Outras vezes, é uma voz bonachona que lhe fala, como quando Netto conclui que deveria matar o tenente-coronel Fointainebleux, médico do hospital de Corrientes: “- Muito bem, índio velho, assim é que se faz.” (p. 20), no que uma voz infantil incentiva: “- Tem um bisturi na gaveta da cômoda.” (ibidem). A personagem Netto ainda reconhece várias outras vozes que lhe fazem repassar acontecimentos da sua vida. Até a voz do seu cavalo morto em combate, em seus pesadelos, faz acusações a ele: “- Vosmecê foi usado pelos ingleses para atacar López! – gritou Topázio. [...] – Foi usado por Venâncio Flores para ele tomar o poder! – gritou Topázio com ódio.” (p. 23).

Desse modo, a narrativa de Tabajara Ruas transcorre em meio ao estado convalescente e febril do general Netto, que, entre realidade e delírio no seu último dia de vida, retoma acontecimentos do passado sem deixar de atentar às situações vivenciadas no presente, aos fatos que ocorrem no hospital militar de Corrientes. Essa situação atormentada do paciente explica a não linearidade dos acontecimentos narrados na obra, que passeiam para a frente e para trás no tempo.

O recurso de Tabajara Ruas permite também que os fatos narrados que fazem parte da história documentada sejam complementados pela narração de episódios inventados pelo autor. Sobretudo diálogos de situações que de fato existiram e que são conhecidas, mas que não são detalhadas na historiografia. Sobre o encontro de Netto com o Imperador Dom Pedro II, por exemplo, o general fala ao fantasma do sargento Caldeira, que está junto dele:

-Três anos atrás fui a uma audiência com o Imperador do Brasil, a pedido dos meus amigos. Com todo o respeito, fui dizer a ele que: ou ele tomava providências contra o governo de Pancho, que perseguia os brasileiros que moravam no Uruguai, quase todos camaradas da nossa guerra e que viviam exilados lá, ou eu tomaria providências. (p. 148)

Esse é um fato registrado em livros de história, com uma variação apenas: o presidente do Uruguai não era Pancho, mas sim Atanasio Aguirre. No entanto, há mais informações no mesmo diálogo com o Imperador referido pelo general Netto no romance:

- Eu respondi que até onde sabia, os rio-grandenses também amavam as belas artes e a democracia, e que também admirávamos essa vida tão lírica da Corte, essa Atenas tropical onde ele reinava tão graciosamente. Mas que tínhamos sustentado duzentos anos de guerras de fronteiras, e que sabíamos que mais guerras ainda viriam. Não éramos belicosos, como ele dizia, porque assim o desejávamos, mas porque, se a uns coube o destino de Atenas, a outros coube o destino de Esparta. (p. 149)

Esse Netto que expôs sua opinião para o Imperador sobre o caráter rio-grandense tem de histórico somente o encontro em si, que existiu, e a coerência dos argumentos apresentados. Mas a verdade dos termos da conversa fica como uma possibilidade.

Outro importante diálogo presente em **Netto perde sua alma** é o que acontece entre Netto e o embaixador britânico, Mr. Edward Thornton. Nesse primeiro encontro entre os dois, tendo o inglês já ouvido falar do general, pede para esclarecer o que ele chama de uma “pequena dúvida”: “- O senhor é brasileiro ou rio-grandense? Uruguaio ou argentino? Blanco ou colorado?” (p. 119) Em estudo sobre o romance, Léa Masina chama a atenção de que “essa pergunta continua ressoando e suscita, no leitor, a repetida questão da escolha e definição de uma identidade”, constatando a pesquisadora que “o que se lê [...] é a possibilidade não utópica de assumir a condição de ser e de viver *lo uno y lo diverso*, conforme a repetida expressão de Claudio Guillén” (in CHIAPPINI et al., 2004, p. 194). Entre as possibilidades que Netto pode se identificar estão a sua representação inventada, sem correlação com o registro histórico, e aquela conhecida e relatada pelos historiadores. Entre uma e outra dessas possibilidades existem outras que transitam da ficção para a história e vice-versa.

No texto de **As cartas do domador**, Tabajara Ruas traz para o mais palpável aquilo que se tem como insólito. Nessa obra estão os parceiros de Netto, como existiram realmente; estão os dramas dos negros cativos, que também são história; mas presentes igualmente estão as lendas que são do imaginário popular. Para contar a lenda do “Negrinho do pastoreio”, Ruas situa os acontecimentos em um ambiente marcado na história. Assim eles são mostrados localizados e datados, conferindo à sua narrativa um viés de verossimilhança, mesmo que o Netto ali presente nunca tenha sido revelado por nenhum historiador. Ainda assim existe a verossimilhança.

Mais tranquila por não destoar nos textos históricos é a representação de Netto em **Os varões assinalados**, onde os feitos narrados estão em consonância com o que aparecem em documentos da época da Revolução farroupilha.

Os diferentes Netto trabalhados por Tabajara Ruas nas suas obras expõem uma diversidade de possibilidades da personagem. O caminho trilhado por ela, desde **Os varões assinalados**, passando por **Netto perde sua alma** – no texto original ou na tradução –, até chegar em **As cartas do domador**, vai de uma afirmação dos relatos históricos, segue por possibilidades dos conflitos experimentados por Netto diante dos acontecimentos vivenciados por ele e chegam a uma representação que é a mais pura invenção da personagem. Tabajara Ruas apresenta, pois, uma riqueza de percepções de uma mesma figura, retirando-lhe qualquer enrijecimento que uma única versão poderia lhe dar. Assim, faz transitá-la por regiões ampliadas e por fronteiras indefinidas que não fixam a sua heroicidade tradicionalmente aclamada e, assim, apresenta uma personagem assinalada em alteridades múltiplas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. **O gaúcho**. São Paulo: Ática, 1978.
- APARAÍN, Mario Delgado. **No robarás las botas de los muertos**. Montevidéo: Santillana, 2006.
- ARREGUI, Mario. Un cuento con un pozo. In: **La mujer dormida y otros cuentos**. Montevidéo: Banda Oriental, 1999. p. 35-45.
- ARREGUI, Mario; FARACO, Sergio. **Diálogos sem fronteira**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- ARROJO, Rosemary. “Compreender x interpretar e a questão da tradução” e “As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões”. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino**. Campinas: Pontes, 1992. p. 67-79.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Instinto de nacionalidade. In: \_\_\_\_\_. **Instinto de nacionalidade e outros ensaios**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **História da República Rio-grandense**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Seguros Gerais, 1982.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. Entre a universalidade e o particular: a literatura ante as identidades regionais. In: BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLER, Fernando Luís. **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 31-41.
- AZAMBUJA, Darcy. Negrinho do pastoreio. In: HASSE, Geraldo (Org.). **Darcy Azambuja: contos escolhidos**. Vol. 2. Porto Alegre: Já, 2005. p. 115-120.
- BAKOS, Margaret; BERN, Zilá. **O negro: consciência e trabalho**. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BARRÁN, José Pedro. **Historia uruguaya**. Tomo 4: Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. Montevidéo: Banda Oriental, 1998.
- BARRIOS PINTOS, Aníbal. **Historia de la ganadería en el Uruguay**. 3ª ed. Montevidéo: MEC, 1990.
- BASSNETT, Susan. **Estudos de tradução**. Trad. Sônia Terezinha Gehring, Letícia Vasconcellos Abreu e Paula Azambuja Rossato Antinolfi. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BAVARESCO, Agemir. O núcleo ético-metafísico do Negrinho do Pastoreio de Simões Lopes Neto. In: Razão e Fé, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 37-49, 2000.
- BECCO, Horacio Jorge. **Cielitos de la patria**. Montevidéo: Plus Ultra, 1974.

BERTOLOTTI, Virginia. De los orígenes de gaucho: un vagabundo en fronteras inciertas. In: Revista de la Academia Nacional de Letras. Año I, Nº 2, Montevideú, janeiro-fevereiro de 2007. p. 167-203.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES, Jogle Luis. Los gauchos. In: **Elogio de la sombra**. Obras completas. Vol. I. Buenos Aires: Emecé, 1989.

\_\_\_\_\_. La poesía gauchesca / El escritor argentino y la tradición. In: **Discusión. Obras completas**. Vol. I. Buenos Aires: Emecé, 1989. p. 179-197; 267-274.

\_\_\_\_\_. Un sueño. In: **La cifra. Obras completas**. Vol. II. Buenos Aires: Emecé, 1989. p. 322.

BOSAK, Joana. Fronteiras no Prata: guachos e sombras – A identidade gaúcha e a literatura de Barbosa Lessa e Ricardo Güiraldes. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena. (Orgs.). Cone sul: fluxos, representações e percepções. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 157-166.

\_\_\_\_\_. **De guaxos e de sombras: um ensaio sobre a identidade do gaúcho**. Porto Alegre: Dublinense, 2010.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 44ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. **O corsário**. Porto Alegre: Movimento/IEL; Brasília: INL, 1979.

\_\_\_\_\_. **A divina pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992.

CAMPOS, Haroldo de. “Tradução e reconfiguração do imaginário: o tradutor como transfigurador”. In: COUTHARD, Malcolm (Org.). **Tradução: teoria e prática**. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 17-31.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: Revista Ciência e Cultura/SBPC, vol. 24, nº 9, setembro de 1972. p. 803-809.

\_\_\_\_\_. Uma visão latino-americana. In: AGUIAR, Flávio Wolf; CHIAPPINI, Ligia. (Orgs.). **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 263-270.

\_\_\_\_\_. Literatura e subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **A educação pela noite e outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 140-162.

CASTELLANOS, Alfredo. **Timoteo Aparicio: el ocaso de las lanzas**. Montevideú: Banda Oriental, 1977.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. 2ª ed. Trad. de Antônio Ruas. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

CARVALHAL, Tania Franco. “Tradução e recepção na prática comparatista”. In: \_\_\_\_\_. **O próprio e o alheio**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 217-259.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial da Letras**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1956.

\_\_\_\_\_. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/EST, 1978.

\_\_\_\_\_. **Notícia do Rio Grande**: literatura. Porto Alegre: IEL/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**: período colonial. 3ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

\_\_\_\_\_. / CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). **Cadernos de sábado**: páginas escolhidas. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

CHASTEEN, John Charles. **Héroes a caballo**. Los hermanos Savia y su frontera insurgente. Trad. Aída Altieri. Montevideu: Santillana/Fundación Banco de Boston, 2001.

CHIAPPINI, Ligia. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. Vol 2: Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial/Campinas: URCAMP, 1994. p. 665-702.

\_\_\_\_\_. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995. p. 153-159.

CONI, Emilio A. **El gaucho**: Argentina, Brasil, Uruguay. Buenos Aires: Solar, 1986.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.

CORTÁZAR, Julio. Algunos aspectos del cuento. In: \_\_\_\_\_. **Obra crítica 2**. Buenos Aires: Suma de Letras Argentinas, 2004. p. 505-534.

DACANAL, José Hildebrando. **Ensaios escolhidos**: literatura, história e cultura. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLER, Fernando Luís. **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 25.

DELGADO APARAÍN, Mario. **No robarás las botas de los muertos**. Montevideu: Santillana, 2006.

DINIZ, Carlos F. Sica. **João Simões Lopes Neto: uma biografia**. Porto Alegre: Age, 2003.

DREYS, Nicolau. Notícias descritivas da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (fragmentos). In: SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 26

ECHO DO SUL, Ano I, Jaguarão, 28 de janeiro de 1865.

EL PAÍS, Batallas que hicieron historia: Ituzaingó, la batalla de las desobediencias. Nº VII. Montevideu, junho de 2005.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: EDUSC/EST; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Relatório da Repartição do Negócios de Guerra, 1865. In: Ordens do dia (1865). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866. p. 30.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. Vol. 1: Borges de Medeiros e seu tempo. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1958.

FOFFANI, Enrique; MANCINI, Adriana. Más allá del regionalismo: la transformación del paisaje. In: DRUCAROFF, Elsa; JITRIK, Noé. **Historia de la literatura argentina**. Vol. 11: La narrativa gana partida. Buenos Aires: Emecé, 2000. p. 261-291.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

\_\_\_\_\_. **Origens de Jaguarão: 1790-1833**. 2ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

\_\_\_\_\_. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FREYRE, Javier. El negrito del pastoreo. In: MEYER, Augusto. **Guia do folclore gaúcho**. Rio de Janeiro: Aurora, 1951. p. 123-125.

FUENTES, Carlos. **Valiente mundo nuevo**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira iluminada**. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010.

GARCÍA, Serafín J. El negrito del pastoreo. Disponível em [http://letras-uruguay.espaciolatino.com/serafin/negrito\\_del\\_pastoreo.htm](http://letras-uruguay.espaciolatino.com/serafin/negrito_del_pastoreo.htm). Acessado em 12 de outubro de 2011.

GESALÍ, Esteban Pujals. “El traductor, el otro, el autor y el capitalismo lingüístico”. (mimeo)

GOLIM, Tau. **A fronteira**. Vols. 1 e 2. Porto Alegre: L&PM, 2002 e 2004.

GONÇALVES, Martim César. Da mesma raiz. In: GONÇALVES, Martim César; TIMM, Paulo; VASCONCELOS, Marco Aurélio. CD “Da mesma raiz”. Porto Alegre, 2007.

GUGLIELMI, Marina. “La traducción literária”. In: GNISCI, Armando (Org.). **Introducción a la literatura comparada**. Barcelona: Crítica, 2002. p. 291-340.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. A nova fronteira dos homens da fronteira: a porteira fechada do mundo urbano. Disponível em [http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com\\_content&view=article&Itemid=0&id=772](http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=772). Acessado em 14 de outubro de 2011.

GUIMARAES, Carlos Rafael. No passado e no futuro (excertos). In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 137-138.

GUTIÉRREZ, Eduardo. **Juan Moreira**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1980.

GUTIERREZ, Ester J. B. et al. Estâncias fortificadas. In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Orgs.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2009.

HATOUM, Milton. Identidades difusas. In: BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLER, Fernando Luís. **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 87-102.

HELFT, Nicolás; PAULS, Alan. “Segunda mano”. In: \_\_\_\_\_. **El factor Borges**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 103-123.

HERNÁNDEZ, José. **Martín Fierro**. Buenos Aires: ACME, 1967.

HERRERA, Juan J. de. “Respuesta del gobierno oriental: documento número 5”. In: CUADERNOS DE MARCHA. “Política de Brasil en Uruguay: la misión Saraiva”. Montevidéo, nº 62, junho de 1972. p. 15-26.

HESSEL, Lothar Francisco. “Jaguarão. Guarda da lagoa”. In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 139-141.

HIDALGO, Bartolomé. Diálogo patriótico interesante. In: GARGANIGO, John F.; RELA, Walter. **Antología de la literatura gauchesca y criollista**. Montevidéo: Delta, 1967. p. 17-21.

\_\_\_\_\_. Cielito oriental. In: BECCO, Horacio Jorge. **Cielitos de la patria**. Montevidéo: Plus Ultra, 1974. p. 31-33.

HOHLFELDT, Antônio. O gaúcho: tipo social de tríplice representação. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena (Orgs.). **Cone sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 19-71.

JACQUES, João Cezimbra. Lenda do crioulo do pastorejo. In: **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979. p. 156-158.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia: Ateliê, 2002. p. 27-34.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **República das carretas**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

\_\_\_\_\_. Porteira aberta. In: FISCHER, Luís Augusto; GONZAGA, Sergius. (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. O ensino na órbita imperial / O ensino na órbita farroupilha. In: **Crônicas do passado presente**. Porto Alegre: Nova Prova, 2002. p. 31-34; 35-39.

\_\_\_\_\_. Brasil, 200 anos. In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 152-154.

\_\_\_\_\_. Negrinho do pastoreio. Disponível em <http://letras.terra.com.br/barbosa-lessa/212848/>. Acessado em 15 de outubro de 2011.

LIMA, Alcides. **História popular do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1935.

LOPES NETO, João Simões. Trezentas onças / O negrinho do pastoreio. In: \_\_\_\_\_. **Contos gauchescos & Lendas do sul**. Porto Alegre: L&PM, 2009. p. 18-24; 195-202

LUDMER, Josefina. **El género gauchesco**: un tratado sobre la patria. Buenos Aires: Libros Perfil, 2000.

LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Booklet, 2004.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1984.

\_\_\_\_\_. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O negro e o gaúcho**. Estâncias e fazendas do Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: UPF, 2008. p. 169-271.

MARIANO, Nilson. Antônio de Souza Netto, insurgente até o fim. In: ZERO HORA, Porto Alegre, 11 de setembro de 2009. p. 32

MASINA, Léa. O contrabando na confluência de culturas. In: CASTELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 165-175.

\_\_\_\_\_. “Netto perde sua alma, de Tabajara Ruas: identidade fronteiriça e intervocalidade”. In: CHIAPPINI, Lígia; MARTINS, Maria Helena; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Pampa e cultura**: de Fierro a Netto. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 2004. p. 193-197.

\_\_\_\_\_. Regionalismo étnico no Rio Grande do Sul: síntese de uma proposta conceitual. Disponível em [http://www.celpsyro.org.br/r4/Fronetiras\\_Culturais/Outras%20Fronteiras/OutrasFronteiras\\_RegionalismoEtnico.htm](http://www.celpsyro.org.br/r4/Fronetiras_Culturais/Outras%20Fronteiras/OutrasFronteiras_RegionalismoEtnico.htm). Acessado em 24 de junho de 2010.

MEYER, Augusto. **Prosa do pagos**. 4ª ed. Porto Alegre: IEL, 2002a.

\_\_\_\_\_. / CARVALHAL, Tania Franco (Org.). **Os pêssegos verdes**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002b.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Prosa de ficção** (de 1870 a 1920). 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1988.

MONEGAL, José. El sargento; Renuncia del comisario Portela y del cabo Lapuente. In: **Cuentos de milicos y matreros**. Montevideú: Banda Oriental, 1993. p. 27-30; 57-60.

MONROY, A.R. “De la traducción como heterología: el otro del discurso y el dilema de la fidelidad”. In: \_\_\_\_\_. **El saber del traductor**. Barcelona: Literatura y Ciencia, S.L., 1999. p. 198-260.

MONTE ALTO, Rômulo. A literatura das trastierras no imaginário moderno latino-americano. In: SANTOS, Ana Cristina dos; VARGENS, Dayala de Medeiros; BARRETO,

Talita. (Orgs.). **4º Congresso Brasileiro de Hispanistas**. Vol. III: Literatura Hispano-americana. Rio de Janeiro: ABH, 2006. p. 632-646.

MORAES, Carlos Dante de. **Figuras e ciclos da história rio-grandense**. Porto Alegre: Globo, 1959.

MOREIRA, Maria Eunice. Uma literatura de guerra. In: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; MOREIRA, Maria Eunice. **Literatura sul-rio-grandense: ensaios**. Rio Grande: FURG, 2001. p. 145-174.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: diversidade cultural do Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

OSÓRIO, Helen. O espaço platino: fronteira colonial no século XVIII. In: CATELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 110-114.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. In: Revista Humanas. Porto Alegre, Vol. 17, nº 1/2, jan/dez, 1994. p. 63-85.

PALERMO, Eduardo R. Esclavitud y hacienda pastoril en el Uruguay. In: MAESTRI, Mario (Org.). **O negro e o gaúcho: estancias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2008. p. 138-168.

PAZ, Octavio. **Traducción: literatura y literalidad**. 2ª ed. Barcelona: Tusquets, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 209-244.

\_\_\_\_\_. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia: Ateliê, 2002. p. 35-39.

PINTO, Aureliano de Figueiredo. **Memórias do Coronel Falcão**. 2ª ed. Porto Alegre: Movimento, 1974.

PORTO ALEGRE, Apolinário. **O vaqueano**. São Paulo: Três, 1973.

\_\_\_\_\_. **Cancioneiro da Revolução de 1835**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

POZENATO, José Clemente. **O regional e o universal na literatura gaúcha**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1974.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevidéo: Fundación Ángel Rama, 1989.

REYES ABADIE, Washington; BRUSCHERA, Oscar H.; MELOGNO, Tabaré. **La Banda Oriental**: pradera, frontera, puerto. 2ª ed. Montevidéo: Banda Oriental, 1970.

REYES ABADIE, Washington; VÁSQUEZ ROMERO, Andrés. Crónica general del Uruguay. Fascículo 11. Montevidéo: Banda Oriental, s/d.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava**. Santa Maria: UFSM, 2005.

RIBERO, Orlando. **La defensa de Paysandú**. Montevidéo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997. Trad. Constança Marcondes Cesar.

ROCCA, Pablo. Acerca de las representaciones de lo rural. In: Revista Tradiciones rurales. Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación. Montevidéo, 26 e 27 de setembro de 2009. p. 14-22.

RODRÍGUEZ, Ana Cecilia. La memoria de la esclavitud en relatos orales biográficos de Tacuarembó. In: Trama, Revista de Cultura y Patrimonio. Montevidéo, Año I, nº 1, setembro de 2009. p. 82-102.

RODRÍGUEZ, Yamandú. Negrito del pastoreo. Disponível em <http://gauchoguacho.blogspot.com/2011/03/el-negrito.html>. Acessado em 12 de outubro de 2011.

RUAS, Tabajara. **Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

\_\_\_\_\_. **Netto pierde su alma**. Trad. Pablo Rocca. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental/UNESCO, 1997.

\_\_\_\_\_. Depoimento de um homem da fronteira. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 57-67.

\_\_\_\_\_. **Os varões assinalados**. Vol. 1: O país dos centauros. Porto Alegre: L&PM, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Os varões assinalados**. Vol. 2: A República de Anita. Porto Alegre: L&PM, 2005b

\_\_\_\_\_. **Os varões assinalados**. Vol. 3: O país dos centauros. Porto Alegre: L&PM, 2005c.

\_\_\_\_\_. **Netto perde sua alma**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005d.

\_\_\_\_\_. **As cartas do domador**. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br>. Acessado em 29 de dezembro de 2006.

SÁ BRITO, Francisco de. **Memória da guerra dos farrapos**. Reprodução fac-similada. Rio de Janeiro: Souza, 1950.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SALGADO, Plínio. **A literatura gaúcha**. São Paulo: Paschoal Napolitano & Irmão, 1928.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Buenos Aires: Emecé, 1999.

SANTOS, Walmor. O herói não foi à guerra. In: MASINA, Léa (Org.). **O autor presente: literatura gaúcha**. Porto Alegre: IEL, 1997. p. 269-270.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Buenos Aires: Emecé, 1999.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Don Sejanos. / Braulina. In: **Contos de sempre**. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. p. 27-32 / 61-66.

\_\_\_\_\_. Testemunhos de identidade. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 49-56.

\_\_\_\_\_. “Felícia”. In: \_\_\_\_\_. **Os limites do impossível – contos gardelianos**. Porto Alegre: ARdoTEmpo, 2009.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos**. São Paulo: EDUSP/Iluminuras/FAPESP, 1995.

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil (fragmentos). In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 19-26.

SEVERO, Fabián. **Noite nu norte/Noche en el norte**. Montevideú: Rumbo, 2011.

SEVERO, José Antônio. Criou-se um movimento. In: BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLER, Fernando Luís. **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-16.

SIBER, Carl Eduard. Retrospectiva da guerra contra Rosas (fragmentos). In: SOARES, Eduardo Álvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa. **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 27-30.

SILVA, João Pinto da. **História literária do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1930.

\_\_\_\_\_. Joaquim Caetano da Silva. In: Cadernos jaguarenses, vol. 2, 1998. p. 51-60.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). Porto Alegre: L&PM, 2010.

SOARES, Eduardo Álvares de Souza. **Ponte Mauá**: uma história. 2ª ed. Porto Alegre: E.A.S.S./Evangraf, 2007.

\_\_\_\_\_. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Susana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CATELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 126-139.

SPALDING, Walter. **A epopéia farroupilha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. Disponível em [http://www.cyta.com.ar/suplementos/geco/articulos/articulos\\_archivos/geo\\_v6\\_n2\\_a4.pdf](http://www.cyta.com.ar/suplementos/geco/articulos/articulos_archivos/geo_v6_n2_a4.pdf). Acessado em 28 de setembro de 2011.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da Fronteira na história americana. Trad. Arthur de L. Ávila. (mimeo/sd)

TRAPP, Rafael Petry. *O negrinho do pastoreio* e a escravidão no Rio Grande do Sul: historiografia e identidade. In: Revista Oficina do Historiador. Porto Alegre, Edipucrs, vol. 3, n. 2, agosto de 2011.

VALLERIUS, Denise Mallmann. **Borges em nova tradução**: regionalismo para além das fronteiras. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

VARELA, Alfredo. **Rio Grande do Sul. Descrição physica, histórica e econômica**. Pelotas: Echenique e Irmão, 1897.

\_\_\_\_\_. **Revoluções cisplatinas**. A República Riograndense. Vols. I e II. Porto: Livraria Chardon, 1915.

VELLINHO, Moysés. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo, 1973.

VERISSIMO, Erico. **O continente**. Vol. 2. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIANA, Javier de. Los amores de Bento Segrara. In: **Sus mejores cuentos**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1969.

VISCA, Arturo Sergio. **Aspectos de la narrativa criollista**. Montevidéo: Biblioteca Nacional, 1972.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: **Enciclopédia EINAUDI**, Vol. 14. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989. p. 306-317.

ZILBERMAN, Regina. História e literatura no Rio Grande do Sul. In: BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLER, Fernando Luís. **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 69-80.